

TRATADO QUE INSTITUI A
COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

TRATADO

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA, SUA ALTEZA REAL A GRÃ-DUQUESA DO LUXEMBURGO, SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS,

DETERMINADOS a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus,

DECIDIDOS a assegurar, mediante uma acção comum, o progresso económico e social dos seus países, eliminando as barreiras que dividem a Europa,

FIXANDO como objectivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos,

RECONHECENDO que a eliminação dos obstáculos existentes requer uma acção concertada tendo em vista garantir a estabilidade na expansão económica, o equilíbrio nas trocas comerciais e a lealdade na concorrência,

PREOCUPADOS em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas,

DESEJOSOS de contribuir, mercê de uma política comercial comum, para a supressão progressiva das restrições ao comércio internacional,

PRETENDENDO confirmar a solidariedade que liga a Europa e os países ultramarinos, e desejando assegurar o desenvolvimento da prosperidade destes, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas,

RESOLVIDOS a consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade e apelando para os outros povos da Europa que partilham dos seus ideais para que se associem aos seus esforços,

DECIDIRAM criar uma Comunidade Económica Europeia e, para esse efeito, designaram como plenipotenciários :

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS :

Sr. Paul-Henri SPAAK,
Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Barão J. Ch. Snoy et d'OPPUERS,
Secretário-Geral do Ministério dos Assuntos Económicos, Chefe da
delegação belga junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA :

Sr. Doutor Konrad ADENAUER,
Chanceler Federal ;

Sr. Professor Doutor Walter HALLSTEIN,
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA:

Sr. Christian PINEAU,
Ministro dos Negócios Estrangeiros ;

Sr. Maurice FAURE,
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA :

Sr. António SEGNI,
Presidente do Conselho de Ministros ;

Sr. Professor Gaetano MARTINO,
Ministro dos Negócios Estrangeiros ;

SUA ALTEZA REAL A GRÃ-DUQUESA DO LUXEMBURGO:

Sr. Joseph BECH,
Chefe do Governo, Ministro dos Negócios Estrangeiros ;

Sr. Lambert CHAUS,
Embaixador, Chefe da delegação luxemburguesa junto da Conferência
Intergovernamental ;

SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS :

Sr. Joseph LUNS,
Ministro dos Negócios Estrangeiros ;

Sr. J. LINTHORST HOMAN,

Chefe da delegação neerlandesa junto da Conferência Intergovernamental.

OS QUAIS, depois de terem trocado os seus plenos poderes reconhecidos em boa e devida forma,

ACORDARAM no seguinte :

PARTE I

Os princípios

Artigo 1º

Pelo presente Tratado, as Altas Partes Contratantes instituem entre si uma COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA.

Artigo 2º

A Comunidade tem como missão promover, pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas económicas dos Estados-membros, um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no seio da Comunidade, uma expansão económica contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integram.

Artigo 3º

Para alcançar os fins enunciados no artigo anterior, a acção da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado :

- a) A eliminação, entre os Estados-membros, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à importação e à exportação de mercadorias, bem como de todas as medidas de efeito equivalente ;
- b) O estabelecimento de uma pauta aduaneira comum e de uma política comercial comum em relação aos Estados terceiros ;

- c) A abolição, entre os Estados-membros, dos obstáculos à livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais;
- d) A adopção de uma política comum no domínio da agricultura;
- e) A adopção de uma política comum no domínio dos transportes;
- f) O estabelecimento de um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado comum;
- g) A aplicação de processos que permitam coordenar as políticas económicas dos Estados-membros e sanar os desequilíbrios das suas balanças de pagamentos;
- h) A aproximação das legislações nacionais na medida em que tal seja necessário ao bom funcionamento do mercado comum;
- i) A instituição de um Fundo Social Europeu destinado a melhorar as possibilidades de emprego dos trabalhadores e a contribuir para o aumento do seu nível de vida;
- j) A instituição de um Banco Europeu de Investimento destinado a facilitar a expansão económica da Comunidade mediante a criação de novos recursos;
- k) A associação dos países e territórios ultramarinos com o objectivo de incrementar as trocas comerciais e de prosseguir em comum o desenvolvimento económico e social.

Artigo 4º

1. A realização das tarefas confiadas à Comunidade será assegurada por:

- uma Assembleia;
- um Conselho;
- uma Comissão;
- um Tribunal de Justiça.

Cada instituição actuará dentro dos limites das atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado.

2. O Conselho e a Comissão serão assistidos por um Comité Económico e Social com funções consultivas.

Artigo 5º

Os Estados-membros tomarão todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Tratado ou resultantes de actos das instituições da Comunidade. Os Estados-membros facilitarão à Comunidade o cumprimento da sua missão.

Os Estados-membros abster-se-ão de tomar quaisquer medidas susceptíveis de por em perigo a realização dos objectivos do presente Tratado.

Artigo 6º

1. Os Estados-membros, em estreita colaboração com as instituições da Comunidade, coordenarão as respectivas políticas económicas na medida em que tal for necessário para alcançar os objectivos do presente Tratado.

2. As instituições da Comunidade procurarão não comprometer a estabilidade financeira interna e externa dos Estados-membros.

Artigo 7º

No âmbito de aplicação do presente Tratado, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.

O Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, pode adoptar, por maioria qualificada, toda e qualquer regulamentação tendo em vista proibir estas discriminações.

Artigo 8º

1. O mercado comum será progressivamente estabelecido ao longo de um período de transição de doze anos.

O período de transição será dividido em três fases, de quatro anos cada, cuja duração pode ser modificada nos termos das disposições seguintes.

2. Cada fase comportará um conjunto de acções que devem ser iniciadas e prosseguidas simultaneamente.

3. A passagem da primeira para a segunda fase ficará condicionada à verificação de que o essencial dos objectivos expressamente definidos no presente Tratado para a primeira fase foi efectivamente atingido e de que, sem prejuízo das excepções e dos procedimentos previstos neste Tratado, os compromissos foram respeitados.

Esta verificação será efectuada, no final do quarto ano, pelo Conselho, deliberando por unanimidade, com base num relatório da Comissão. Todavia, nenhum Estado-membro pode impedir a unanimidade invocando o não cumprimento das suas próprias obrigações. Na falta de unanimidade, a primeira fase será automaticamente prolongada por um ano.

No final do quinto ano, a verificação será efectuada pelo Conselho, nas mesmas condições. Na falta de unanimidade, a primeira fase será automaticamente prolongada por mais um ano.

No final do sexto ano, a verificação será efectuada pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, com base num relatório da Comissão.

4. No prazo de um mês a contar da data desta última votação, cada Estado-membro que tenha ficado em minoria, ou qualquer Estado-membro se a maioria exigida não tiver sido atingida, terá o direito de pedir ao Conselho a designação de uma instância de arbitragem cuja decisão vinculará todos os Estados-membros e instituições da Comunidade. Esta instância de arbitragem será composta por três membros designados pelo Conselho, o qual deliberará por unanimidade, sob proposta da Comissão.

Caso o Conselho, no prazo de um mês a contar do pedido, não designe os membros da instância de arbitragem, estes serão designados pelo Tribunal de Justiça dentro de novo prazo de um mês.

A instância de arbitragem designará o seu próprio presidente.

A instância de arbitragem proferirá a sua decisão no prazo de seis meses a contar da data da votação do Conselho referida no último parágrafo do nº 3.

5. A segunda e a terceira fases só podem ser prolongadas ou abreviadas por decisão do Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão.

6. O disposto nos números anteriores não pode ter por efeito o prolongamento do período de transição para além de um total de quinze anos, a partir da entrada em vigor do presente Tratado.

7. Sem prejuízo das excepções ou derrogações previstas no presente Tratado, o termo do período de transição constituirá a data limite para a entrada em vigor de todas as disposições previstas e para a execução do conjunto de medidas que o estabelecimento do mercado comum implica.

PARTE II

Os fundamentos da Comunidade

TÍTULO I

A livre circulação de mercadorias

Artigo 9º

1. A Comunidade assenta numa união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição, entre os Estados-membros, de direitos aduaneiros de importação e de exportação e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a adopção de uma pauta aduaneira comum nas suas relações com países terceiros.

2. O disposto no capítulo I, secção I, e no capítulo II do presente título é aplicável, tanto aos produtos originários dos Estados-membros, como aos produtos provenientes de países terceiros que se encontrem em livre prática nos Estados-membros.

Artigo 10º

1. Consideram-se em livre prática num Estado-membro os produtos provenientes de países terceiros em relação aos quais se tenham cumprido as formalidades de importação e cobrado os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente exigíveis nesse Estado-membro, e que não tenham beneficiado de drawback total ou parcial desses direitos ou encargos.

2. A Comissão determinará, antes do final do primeiro ano a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, os métodos de cooperação administrativa para aplicação do nº 2 do artigo 9º, tendo em conta a necessidade de simplificar, na medida do possível, as formalidades impostas ao comércio.

Antes do final do primeiro ano a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, a Comissão adoptará as disposições aplicáveis, no comércio entre os Estados-membros, às mercadorias originárias de um Estado-membro, no fabrico das quais tenham entrado produtos que não tenham sido submetidos aos direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente que lhes eram aplicáveis no Estado-membro exportador, ou que tenham beneficiado de drawback total ou parcial desses direitos ou encargos.

Ao adoptar estas disposições, a Comissão terá em consideração as regras previstas para a eliminação dos direitos aduaneiros na Comunidade e para a aplicação progressiva da pauta aduaneira comum.

Artigo 11º

Os Estados-membros tomarão todas as medidas adequadas, de modo a permitir aos governos a execução, nos prazos fixados, das obrigações que lhes incumbem, em matéria de direitos aduaneiros, por força do presente Tratado.

CAPÍTULO I

A união aduaneira

SECÇÃO I

A eliminação dos direitos aduaneiros entre os Estados-membros

Artigo 12º

Os Estados-membros abster-se-ão de introduzir entre si novos direitos aduaneiros de importação e de exportação ou encargos de efeito equivalente e de aumentar aqueles que já aplicam nas suas relações comerciais mútuas.

Artigo 13º

1. Os direitos aduaneiros de importação, em vigor entre os Estados-membros, serão por estes progressivamente suprimidos durante o período de transição, nos termos dos artigos 14º e 15º.

2. Os encargos de efeito equivalente aos direitos aduaneiros de importação, em vigor entre os Estados-membros, serão por estes progressivamente suprimidos durante o período de transição. A Comissão fixará, por meio de directivas, o calendário desta supressão, regulando-se pelas disposições constantes dos nºs 2 e 3 do artigo 14º, bem como pelas directivas adoptadas pelo Conselho nos termos do nº 2 do mesmo artigo.

Artigo 14º

1. Para cada produto, o direito de base a partir do qual devem ser efectuadas as sucessivas reduções é o aplicado em 1 de Janeiro de 1957.

2. O calendário das reduções é fixado da seguinte forma :

- a) Durante a primeira fase, a primeira redução efectuar-se-á um ano após a entrada em vigor do presente Tratado; a segunda, dezoito meses depois; a terceira, no final do quarto ano a contar da data da entrada em vigor deste Tratado;
- b) Durante a segunda fase, efectuar-se-á uma redução dezoito meses após o início desta fase; uma segunda redução, dezoito meses após a anterior; um ano depois efectuar-se-á uma terceira redução;
- c) As reduções ainda por realizar efectuar-se-ão durante a terceira fase; O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, fixará o calendário destas reduções, por meio de directivas.

3. Aquando da primeira redução, os Estados-membros aplicarão entre si, sobre cada produto, um direito igual ao direito de base diminuído de 10%.

Em cada redução ulterior, cada Estado-membro deve diminuir o conjunto dos seus direitos, por forma a que a receita aduaneira total, tal como vem definida no nº 4, seja diminuída de 10 %, devendo a redução sobre cada

produto ser de pelo menos 5 % do direito de base.

Todavia, para os produtos sobre os quais subsista um direito ainda superior a 30 %, cada redução deve ser de pelo menos 10 % do direito de base.

4. Para cada Estado-membro, a receita aduaneira total referida no nº 3 calcular-se-á multiplicando os direitos de base pelo valor das importações provenientes dos outros Estados-membros efectuadas durante o ano de 1956.

5. Os problemas especiais suscitados pela aplicação dos números anteriores serão resolvidos por meio de directivas adotadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão.

6. Os Estados-membros manterão a Comissão informada sobre o modo como são aplicadas as disposições acima enunciadas relativas à redução dos direitos. Os Estados-membros esforçar-se-ão por conseguir que a redução aplicada aos direitos sobre cada produto atinja :

- no final da primeira fase, pelo menos 25 % do direito de base;
- no final da segunda fase, pelo menos 50 % do direito de base.

Se a Comissão verificar que existe o risco de se não poderem atingir os objectivos definidos no artigo 13º e as percentagens fixadas no presente número, dirigirá aos Estados-membros todas as recomendações adequadas.

7. As disposições do presente artigo podem ser alteradas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia.

Artigo 15º

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 14º, qualquer Estado-membro pode, durante o período de transição, suspender, total ou parcialmente, a cobrança dos direitos aplicados aos produtos importados dos outros Estados-membros. Esse Estado-membro informará desse facto os outros Estados-membros e a Comissão.

2. Os Estados-membros declaram-se dispostos a reduzir os seus direitos aduaneiros, uns em relação aos outros, mais rapidamente do que se encon-

tra previsto no artigo 14Q, se a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-membros em causa.

Artigo 16Q

Os Estados-membros suprimirão entre si, o mais tardar no final da primeira fase, os direitos aduaneiros de exportação e os encargos de efeito equivalente.

Artigo 17Q

1. As disposições dos artigos 9Q a 15Q, nQ 1, são aplicáveis aos direitos aduaneiros de natureza fiscal. Todavia, estes direitos não serão tomados em consideração para o cálculo da receita aduaneira total, nem para o cálculo da redução do conjunto dos direitos referidos nos nQs 3 e 4 do artigo 14Q.

Estes direitos serão reduzidos de pelo menos 10 % do direito de base, em cada estágio de redução. Os Estados-membros podem reduzi-los mais rapidamente do que se encontra previsto no artigo 14Q.

2. Os Estados-membros darão a conhecer à Comissão, antes do final do primeiro ano a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, os seus direitos aduaneiros de natureza fiscal.

3. Os Estados-membros mantêm a faculdade de substituir estes direitos por uma imposição interna, nos termos do artigo 95Q.

4. Quando a Comissão verificar que a substituição de um direito aduaneiro de natureza fiscal encontra sérias dificuldades num Estado-membro, autorizará este Estado a manter esse direito, com a condição de o suprimir, no prazo máximo de seis anos após a entrada em vigor do presente Tratado. A autorização deve ser requerida antes do final do primeiro ano a contar da data da entrada em vigor deste Tratado.

SECÇÃO II

O estabelecimento da pauta aduaneira comum

Artigo 18º

Os Estados-membros declaram-se dispostos a contribuir para o desenvolvimento do comércio internacional e para a redução dos entraves às trocas comerciais, concluindo acordos que visem, numa base de reciprocidade e de vantagens mútuas, a redução dos direitos aduaneiros abaixo do nível geral de que poderiam prevalecer-se, pelo facto de haverem instituído entre si uma união aduaneira.

Artigo 19º

1. Nas condições e dentro dos limites a seguir previstos, os direitos da pauta aduaneira comum serão fixados ao nível da média aritmética dos direitos aplicados nos quatro territórios aduaneiros abrangidos pela Comunidade.

2. Os direitos tomados como base para o cálculo desta média serão os aplicados pelos Estados-membros em 1 de Janeiro de 1957.

Todavia, no respeitante à pauta italiana, o direito aplicado não tomará em consideração a redução temporária de 10 %. Por outro lado, relativamente às posições em que esta pauta contiver um direito convencional, este substituirá o direito aplicado assim definido, com a condição de não o exceder em mais de 10%. Quando o direito convencional exceder o direito aplicado assim definido em mais de 10 %, tomar-se-á este, majorado de 10 %, como base para o cálculo da média aritmética.

No respeitante às posições pautais enumeradas na lista A, os direitos que figuram nessa lista substituem os direitos aplicados para o cálculo da média aritmética.

3. Os direitos da pauta aduaneira comum não podem exceder :

a) 3% para os produtos indicados nas posições pautais enumeradas na lista B;

- b) 10% para os produtos indicados nas posições pautais enumeradas na lista C;
- c) 15% para os produtos indicados nas posições pautais enumeradas na lista D;
- d) 25% para os produtos indicados nas posições pautais enumeradas na lista E; quando, porém, para estes produtos a pauta dos países do Benelux fixar um direito que não exceda 3%, este direito elevar-se-á a 12% para efeito do cálculo da média aritmética.

4. A lista F fixa os direitos aplicáveis aos produtos nela enumerados.

5. As listas de posições pautais referidas no presente artigo e no artigo 20º constam do Anexo I do presente Tratado.

Artigo 20º

Os direitos aplicáveis aos produtos da lista G serão fixados por meio de negociações entre os Estados-membros. Cada Estado-membro pode acrescentar outros produtos a essa lista até ao limite de 2% do valor total das suas importações provenientes de países terceiros, durante o ano de 1956.

A Comissão tomará todas as iniciativas úteis para que estas negociações sejam iniciadas antes do final do segundo ano a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado e concluídas antes do final da primeira fase.

Se, para certos produtos, não se chegar a acordo dentro destes prazos, o Conselho, sob proposta da Comissão, deliberando por unanimidade até ao final da segunda fase e, daí em diante, por maioria qualificada, fixará os direitos da pauta aduaneira comum.

Artigo 21º

1. As dificuldades técnicas que possam surgir na aplicação dos artigos 19º e 20º serão resolvidas, no prazo máximo de dois anos após a entrada em vigor do presente Tratado, por meio de directivas adoptadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão.

2. Antes do final da primeira fase, ou o mais tardar aquando da fixação dos direitos, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, decidirá dos ajustamentos que o equilíbrio interno da pauta aduaneira comum exigir como consequência da aplicação das disposições constantes dos artigos 19º e 20º, tomando em consideração, nomeadamente, o grau de transformação das diferentes mercadorias a que a pauta se aplica.

Artigo 22º

A Comissão determinará, no prazo máximo de dois anos após a entrada em vigor do presente Tratado, em que medida os direitos aduaneiros de natureza fiscal referidos no nº 2 do artigo 17º devem ser considerados para o cálculo da média aritmética prevista no nº 1 do artigo 19º. A Comissão tomará em consideração o aspecto protector que estes direitos possam comportar.

No prazo máximo de seis meses após tal determinação, qualquer Estado-membro pode pedir a aplicação ao produto em causa do procedimento referido no artigo 20º, sem que o limite previsto nesse artigo lhe seja oponível.

Artigo 23º

1. Tendo em vista a progressiva introdução da pauta aduaneira comum, os Estados-membros modificarão as suas pautas aplicáveis a países terceiros, nos seguintes termos :

- a) Para as posições pautais em que os direitos efectivamente aplicados em 1 de Janeiro de 1957 não se afastem em mais de 15%, para mais ou para menos, dos direitos da pauta aduaneira comum, estes últimos aplicar-se-ão a partir do final do quarto ano após a entrada em vigor do presente Tratado;
- b) Nos restantes casos, cada Estado-membro aplicará, na mesma data, um direito que reduza de 30% a diferença entre o direito efectivamente aplicado em 1 de Janeiro de 1957 e o da pauta aduaneira comum;
- c) Esta diferença será novamente reduzida de 30% no final da segunda fase;

d) No que respeita às posições pautais cujos direitos da pauta aduaneira comum ainda não sejam conhecidos no final da primeira fase, cada Estado-membro aplicará, no prazo máximo de seis meses após a deliberação do Conselho tomada nos termos do artigo 20º, os direitos que resultariam da aplicação das disposições constantes do presente número.

2. O Estado-membro que tenha obtido a autorização prevista no nº 4 do artigo 17º ficará dispensado de aplicar as disposições anteriores enquanto for válida essa autorização e no que se refira às posições pautais que dela sejam objecto. Findo o período de autorização, esse Estado-membro aplicará o direito que resultaria da aplicação do disposto no número anterior.

3. A pauta aduaneira comum será aplicável integralmente, o mais tardar no termo do período de transição.

Artigo 24º

Os Estados-membros mantêm a faculdade de modificar livremente os seus direitos aduaneiros mais rapidamente do que se encontra previsto no artigo 23º, tendo em vista o seu alinhamento com a pauta aduaneira comum.

Artigo 25º

1. Se a Comissão verificar que a produção nos Estados-membros de certos produtos constantes das listas B, C e D é insuficiente para o abastecimento de um Estado-membro, e que este abastecimento depende tradicionalmente, em parte considerável, de importações provenientes de países terceiros, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, concederá contingentes pautais, com direito reduzido ou nulo, ao Estado-membro interessado.

Tais contingentes não podem exceder os limites para além dos quais sejam de recear transferências de actividades que redundem em detrimento de outros Estados-membros.

2. No que diz respeito aos produtos constantes da lista E, bem como aos da lista G, cujas taxas tenham sido fixadas de acordo com o processo previsto no terceiro parágrafo do artigo 20º, a Comissão concederá, a

pedido de qualquer Estado-membro interessado, contingentes pautais com direito reduzido ou nulo, caso uma mudança nas fontes de abastecimento ou um abastecimento insuficiente na Comunidade seja de natureza a causar efeitos prejudiciais nas indústrias transformadoras desse Estado-membro.

Tais contingentes não podem exceder os limites para além dos quais sejam de recear transferências de actividades que redundem em detrimento de outros Estados-membros.

3. No que diz respeito aos produtos enumerados no Anexo II do presente Tratado, a Comissão pode autorizar qualquer Estado-membro a suspender, no todo ou em parte, a cobrança dos direitos aplicáveis, ou conceder-lhe contingentes pautais com direito reduzido ou nulo, desde que de tal não advenham perturbações graves no mercado dos produtos em causa.

4. A Comissão examinará periodicamente os contingentes pautais concedidos nos termos do presente artigo.

Artigo 26º

A Comissão pode autorizar um Estado-membro, que enfrente dificuldades especiais, a protelar a redução ou o aumento, previstos no artigo 23º, dos direitos de certas posições da sua pauta.

A autorização só pode ser concedida por um período limitado e unicamente para um conjunto de posições pautais que não representam para o Estado em causa mais de 5% do valor das suas importações provenientes de países terceiros e efectuadas durante o último ano de que existam dados estatísticos.

Artigo 27º

Antes do final da primeira fase, os Estados-membros procederão, na medida em que tal for necessário, à aproximação das suas disposições legislativas, regulamentares e administrativas em matéria aduaneira. Para o efeito, a Comissão dirigirá aos Estados-membros todas as recomendações adequadas.

Artigo 28º.

O Conselho, deliberando por unanimidade, decidirá quaisquer modificações ou suspensões autónomas dos direitos da pauta aduaneira comum. Todavia, findo o período de transição, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode decidir as modificações ou suspensões que não excedam 20% da taxa de cada direito, por um período máximo de seis meses. Tais modificações ou suspensões só podem ser prolongadas, nas mesmas condições, por um segundo período de seis meses.

Artigo 29º.

No exercício das funções que lhe são confiadas por força do disposto na presente secção, a Comissão orientar-se-á:

- a) Pela necessidade de promover as trocas comerciais entre os Estados-membros e países terceiros;
- b) Pela evolução das condições de concorrência na Comunidade, desde que essa evolução tenha por efeito aumentar a competitividade das empresas;
- c) Pelas necessidades de abastecimento da Comunidade em matérias-primas e produtos semi-acabados cuidando que se não falseiem, entre os Estados-membros, as condições de concorrência relativas a produtos acabados;
- d) Pela necessidade de evitar perturbações graves na vida económica dos Estados-membros e de assegurar o desenvolvimento racional da produção e a expansão do consumo na Comunidade.

CAPÍTULO II

A eliminação das restrições quantitativas entre os Estados-membros.

Artigo 30º.

Sem prejuízo das disposições seguintes, são proibidas, entre os Estados-membros, as restrições quantitativas à importação, bem como todas as

medidas de efeito equivalente.

Artigo 31º

Os Estados-membros abster-se-ão de introduzir, entre si, novas restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente.

Todavia, esta obrigação apenas subsiste no que respeita ao nível de liberalização atingido em execução das decisões do Conselho da Organização Europeia de Cooperação Económica, de 14 de Janeiro de 1955. Os Estados-membros comunicarão à Comissão, no prazo máximo de seis meses após a entrada em vigor do presente Tratado, as suas listas de produtos liberalizados em execução dessas decisões. Tais listas serão consolidadas entre os Estados-membros.

Artigo 32º

Os Estados-membros abster-se-ão, nas suas trocas comerciais recíprocas, de tornar mais restritivos os contingentes e as medidas de efeito equivalente existentes à data da entrada em vigor do presente Tratado.

Estes contingentes devem estar suprimidos o mais tardar no termo do período de transição. Durante este período os contingentes serão progressivamente suprimidos nos termos das disposições seguintes.

Artigo 33º

1. Um ano após a entrada em vigor do presente Tratado, cada um dos Estados-membros transformará os contingentes bilaterais abertos a outros Estados-membros em contingentes globais acessíveis, sem discriminação, a todos os outros Estados-membros.

Na mesma data, os Estados-membros aumentarão o conjunto dos contingentes globais assim estabelecidos de modo a realizar, relativamente ao ano anterior, um acréscimo de pelo menos 20% do seu valor total. Todavia, cada um dos contingentes globais por produto será aumentado de pelo menos 10%.

Os contingentes serão aumentados anualmente, em relação ao ano anterior, segundo as mesmas regras e nas mesmas proporções.

O quarto aumento efectuar-se-á no final do quarto ano a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado; o quinto, um ano após o início da segunda fase.

2. Quando, no caso de um produto não liberalizado, o contingente global não atingir 3% da produção nacional do Estado em causa, estabelecer-se-á, no prazo máximo de um ano após a entrada em vigor do presente Tratado, um contingente de pelo menos 3% dessa produção. Este contingente será elevado para 4% depois do segundo ano, e para 5% depois do terceiro ano. Seguidamente esse Estado-membro aumentará anualmente o contingente de pelo menos 15%.

Quando não exista produção nacional, a Comissão fixará, por meio de decisão, um contingente adequado.

3. No final do décimo ano, cada contingente deve ser de pelo menos 20% da produção nacional.

4. Se a Comissão verificar, por meio de decisão, que as importações de um produto, durante dois anos consecutivos, foram inferiores ao contingente aberto, este contingente global não pode ser tomado em consideração para efeitos do cálculo do valor total dos contingentes globais. Neste caso, o Estado-membro suprimirá o contingentamento desse produto.

5. Para os contingentes que representem mais de 20% da produção nacional do produto em causa, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode reduzir a percentagem mínima de 10% fixada no nº 1. Esta modificação não pode, todavia, prejudicar a obrigação de acréscimo anual de 20% do valor total dos contingentes globais.

6. Os Estados-membros que tenham ido para além das suas obrigações no que respeita ao nível de liberalização atingido em execução das decisões do Conselho da Organização Europeia de Cooperação Económica, de 14 de Janeiro de 1955, podem tomar em consideração o volume das importações liberalizadas por via autónoma no cálculo do aumento total anual de 20% previsto no nº 1. Este cálculo será submetido à aprovação prévia da Comissão.

7. Directivas adoptadas pela Comissão determinarão o processo e o calendário da supressão, entre os Estados-membros, das medidas existentes à data da entrada em vigor do presente Tratado, que tenham efeito equivalente ao dos contingentes.

8. Se a Comissão verificar que a aplicação do disposto no presente artigo, especialmente no que respeita às percentagens, não permite assegurar a natureza progressiva da supressão prevista no segundo parágrafo do artigo 32º, o Conselho, sob proposta da Comissão, deliberando por unanimidade durante a primeira fase e, daí em diante, por maioria qualificada, pode modificar o processo referido no presente artigo e proceder, em particular, ao aumento das percentagens fixadas.

Artigo 34º

1. São proibidas, entre os Estados-membros, as restrições quantitativas à exportação, bem como todas as medidas de efeito equivalente.

2. Os Estados-membros suprimirão, o mais tardar no final da primeira fase, as restrições quantitativas à exportação e todas as medidas de efeito equivalente existentes à data da entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 35º

Os Estados-membros declaram-se dispostos a eliminar, uns em relação aos outros, as restrições quantitativas à importação e à exportação mais rapidamente do que se encontra previsto nos artigos anteriores, se a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-membros em causa.

Artigo 36º

As disposições dos artigos 30º a 34º, inclusive, são aplicáveis sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais

ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir, nem um meio de discriminação arbitrária, nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-membros.

Artigo 37º

1. Os Estados-membros adaptarão progressivamente os monopólios nacionais de natureza comercial, de modo a que, findo o período de transição, esteja assegurada a exclusão de toda e qualquer discriminação entre nacionais dos Estados-membros, quanto às condições de abastecimento e de comercialização.

O disposto no presente artigo é aplicável a qualquer organismo através do qual um Estado-membro, "de jure" ou "de facto", controle, dirija ou influencie sensivelmente, directa ou indirectamente, as importações ou as exportações entre os Estados-membros. Estas disposições são igualmente aplicáveis aos monopólios delegados pelo Estado.

2. Os Estados-membros abster-se-ão de tomar qualquer nova medida, que seja contrária aos princípios enunciados no nº 1, ou que restrinja o âmbito da aplicação dos artigos relativos à eliminação dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas entre os Estados-membros.

3. O calendário das medidas referidas no nº 1 deve ser adaptado à eliminação das restrições quantitativas para os mesmos produtos, prevista nos artigos 30º a 34º, inclusive.

No caso de um produto estar apenas sujeito a um monopólio nacional de natureza comercial num ou em vários Estados-membros, pode a Comissão autorizar os outros Estados-membros a aplicarem medidas de protecção, de que fixará as condições e modalidades, enquanto a adaptação prevista no nº 1 não estiver realizada.

4. No caso de um monopólio de natureza comercial comportar regulamentação destinada a facilitar o escoamento ou a valorização de produtos agrícolas, devem ser tomadas medidas para assegurar, na aplicação do disposto no presente artigo, garantias equivalentes para o emprego e nível de vida dos produtores interessados, tomando em consideração o ritmo das adaptações possíveis e das especializações necessárias.

5. As obrigações dos Estados-membros só serão válidas se forem compatíveis com os acordos internacionais existentes.

6. A partir da primeira fase, a Comissão formulará recomendações relativamente às modalidades e ao calendário segundo os quais se deve realizar a adaptação prevista no presente artigo.

TÍTULO II

A agricultura

Artigo 38º

1. O mercado comum abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.

2. As regras previstas para o estabelecimento do mercado comum são aplicáveis aos produtos agrícolas, salvo disposição em contrário dos artigos 39º a 46º, inclusive.

3. Os produtos abrangidos pelo disposto nos artigos 39º a 46º, inclusive, são enumerados na lista constante do Anexo II do presente Tratado. Todavia, no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor deste Tratado, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, decidirá quais os produtos que devem ser acrescentados a esta lista.

4. O funcionamento e o desenvolvimento do mercado comum para os produtos agrícolas devem ser acompanhados da adopção de uma política agrícola comum por parte dos Estados-membros.

Artigo 39º

1. A política agrícola comum tem como objectivos :

a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola

e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;

- b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- c) Estabilizar os mercados;
- d) Garantir a segurança dos abastecimentos;
- e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

2. Na elaboração da política agrícola comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração:

- a) A natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas;
- b) A necessidade de efectuar gradualmente as adaptações adequadas;
- c) O facto de a agricultura constituir, nos Estados-membros, um sector intimamente ligado ao conjunto da economia.

Artigo 40º

1. Os Estados-membros desenvolverão gradualmente, durante o período de transição, e definirão, o mais tardar no termo desse período, a política agrícola comum.

2. A fim de atingir os objectivos definidos no artigo 39º, será criada uma organização comum dos mercados agrícolas.

Segundo os produtos, esta organização assumirá uma das formas seguintes:

- a) Regras comuns em matéria de concorrência;
- b) Uma coordenação obrigatória das diversas organizações nacionais de mercado;
- c) Uma organização europeia de mercado.

3. A organização comum, sob uma das formas previstas no nº 2, pode

abrançar todas as medidas necessárias para atingir os objectivos definidos no artigo 39º, designadamente: regulamentações dos preços; subvenções tanto à produção como à comercialização dos diversos produtos; medidas de armazenamento e de reporte; e mecanismos comuns de estabilização das importações ou das exportações.

A organização comum deve limitar-se a prosseguir os objectivos definidos no artigo 39º e deve excluir toda e qualquer discriminação entre produtores ou consumidores da Comunidade.

Uma eventual política comum de preços deve assentar em critérios comuns e em métodos de cálculo uniformes.

4. A fim de permitir que a organização comum referida no nº 2 atinja os seus objectivos, podem ser criados um ou mais fundos agrícolas de orientação e garantia.

Artigo 41º

Tendo em vista alcançar os objectivos definidos no artigo 39º, pode prever-se, no âmbito da política agrícola comum, nomeadamente:

- a) Uma coordenação eficaz dos esforços empreendidos nos domínios da formação profissional, da investigação e da divulgação da agronomia, que pode incluir projectos ou instituições financiados em comum;
- b) Acções comuns destinadas a promover o consumo de certos produtos.

Artigo 42º

As disposições do capítulo relativo às regras de concorrência só são aplicáveis à produção e ao comércio dos produtos agrícolas, na medida em que tal seja determinado pelo Conselho, no âmbito do disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 43 e em conformidade com o processo aí previsto, tendo em conta os objectivos definidos no artigo 39º.

O Conselho pode, nomeadamente, autorizar a concessão de auxílios:

- a) Para a protecção de explorações em situação desfavorável devido a condições estruturais ou naturais;

b) No âmbito de programas de desenvolvimento económico.

Artigo 43º

1. A fim de traçar as linhas directrizes de uma política agrícola comum, a Comissão convocará, logo após a entrada em vigor do presente Tratado, uma conferência dos Estados-membros para proceder à comparação das suas políticas agrícolas, efectuando, nomeadamente, o balanço dos seus recursos e necessidades.

2. A Comissão, tomando em consideração os trabalhos da conferência prevista no nº 1, e após consulta do Comité Económico e Social, apresentará, no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, propostas relativas à elaboração e execução da política agrícola comum, incluindo a substituição das organizações nacionais por uma das formas de organização comum previstas no nº 2 do artigo 40º e a execução das medidas especificadas no presente título.

Tais propostas devem ter em conta a interdependência das questões agrícolas mencionadas no presente título.

O Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, deliberando por unanimidade durante as duas primeiras fases e, daí em diante, por maioria qualificada, adoptará regulamentos ou directivas, ou tomará decisões, sem prejuízo das recomendações que possa formular.

3. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode substituir, nas condições previstas no número anterior, as organizações nacionais de mercado pela organização comum prevista no nº 2 do artigo 40º:

- a) Se a organização comum oferecer aos Estados-membros, que sejam contrários a esta medida e que disponham eles próprios de uma organização nacional para a produção em causa, garantias equivalentes quanto ao emprego e ao nível de vida dos produtores interessados, tomando em consideração o ritmo das adaptações possíveis e das especializações necessárias; e
- b) Se essa organização assegurar às trocas comerciais na Comunidade condições análogas às que existem num mercado nacional.

4. Se for criada uma organização comum para certas matérias-primas, sem

que exista ainda uma organização comum para os correspondentes produtos transformados, essas matérias-primas, quando utilizadas em produtos transformados destinados à exportação para países terceiros, podem ser importadas do exterior da Comunidade.

Artigo 44º

1. Na medida em que a supressão progressiva dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas entre os Estados-membros seja susceptível de conduzir a preços que possam pôr em perigo os objectivos definidos no artigo 39º, é permitido a cada Estado-membro, durante o período de transição, aplicar, para certos produtos, de forma não discriminatória, e em substituição de contingentes, desde que não dificulte a expansão do volume das trocas comerciais prevista no nº 2 do artigo 45º, um sistema de preços mínimos abaixo dos quais as importações podem ser :

- quer temporariamente suspensas ou reduzidas;
- quer submetidas à condição de que se efectuem a um preço superior ao preço mínimo fixado para o produto em causa.

No segundo caso, os preços mínimos são fixados sem incluir os direitos aduaneiros.

2. Os preços mínimos não devem ter por efeito, nem reduzir as trocas comerciais entre os Estados-membros à data da entrada em vigor do presente Tratado, nem impedir a expansão progressiva destas trocas. Os preços mínimos não devem aplicar-se de maneira a constituir obstáculo ao desenvolvimento de uma preferência natural entre os Estados-membros.

3. A partir da entrada em vigor do presente Tratado, o Conselho, sob proposta da Comissão, estabelecerá os critérios objectivos a aplicar na elaboração de sistemas de preços mínimos e na fixação dos mesmos.

Tais critérios terão em conta, nomeadamente, os preços de custo nacionais médios no Estado-membro que aplicar o preço mínimo, a situação das diversas empresas relativamente a estes preços, bem como a necessidade de promover a melhoria progressiva da exploração agrícola e as necessárias adaptações e especializações no mercado comum.

A Comissão proporá igualmente normas reguladoras do processo de revisão destes critérios, de forma a ter em conta o progresso técnico e acelerá-lo, aproximando também gradualmente os preços no mercado comum.

Tais critérios, bem como as normas reguladoras do processo da sua revisão, devem ser estabelecidos pelo Conselho, deliberando por unanimidade, durante os três primeiros anos após a entrada em vigor do presente Tratado.

4. Até que produza efeitos a decisão do Conselho, os Estados-membros podem fixar preços mínimos, com a condição de os comunicarem previamente à Comissão e aos outros Estados-membros, para que eles possam apresentar as suas observações.

Logo que o Conselho tenha tomado a sua decisão, os Estados-membros fixarão os preços mínimos com base nos critérios estabelecidos nos termos das disposições anteriores.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode rectificar as decisões tomadas pelos Estados-membros, quando não sejam conformes a esses critérios.

5. A partir do início da terceira fase e no caso de, em relação a certos produtos, não ter sido possível estabelecer os critérios objectivos supracitados, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode modificar os preços mínimos aplicados a esses produtos.

6. No termo do período de transição, elaborar-se-á uma relação dos preços mínimos ainda existentes. O Conselho, deliberando sob proposta da Comissão, por maioria de nove votos, de acordo com a ponderação prevista no nº 2, primeiro parágrafo, do artigo 148º, fixará qual o regime a aplicar no âmbito da política agrícola comum.

Artigo 45º

1. Até se dar a substituição das organizações nacionais de mercado por uma das formas de organização comum previstas no nº 2 do artigo 40º e em relação aos produtos para os quais existam em certos Estados-membros:

- mecanismos tendentes a assegurar aos produtores nacionais o escoamento da sua produção ; e
- necessidades de importação,

procurar-se-á intensificar as trocas comerciais mediante a conclusão de acordos ou contratos a longo prazo entre os Estados-membros exportadores e importadores.

Tais acordos ou contratos devem tender a eliminar progressivamente toda e qualquer discriminação na aplicação destes mecanismos aos diversos produtores da Comunidade.

A conclusão destes acordos ou contratos ocorrerá durante a primeira fase; deve ter-se em conta o princípio da reciprocidade.

2. No que respeita às quantidades, tais acordos ou contratos tomarão como base o volume médio das trocas comerciais entre os Estados-membros para os produtos em causa durante os três anos anteriores à entrada em vigor do presente Tratado, prevendo também um aumento deste volume dentro do limite das necessidades existentes, tendo em conta as correntes comerciais tradicionais.

No que diz respeito aos preços, estes acordos ou contratos permitirão aos produtores o escoamento das quantidades neles estabelecidas a preços que se vão aproximando gradualmente dos preços pagos aos produtores nacionais no mercado interno do país comprador.

Tal aproximação deve ser tão regular quanto possível e estar completamente realizada o mais tardar no termo do período de transição.

Os preços serão negociados entre as partes interessadas, no âmbito das directivas adoptadas pela Comissão para a aplicação dos dois parágrafos anteriores.

Em caso de prolongamento da primeira fase, a execução dos acordos ou contratos prosseguirá nas condições vigentes no final do quarto ano a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, ficando suspensas as obrigações de aumento das quantidades e de aproximação dos preços até à passagem para a segunda fase.

Os Estados-membros devem recorrer a todas as possibilidades oferecidas pelas suas legislações, designadamente em matéria de política de importação, tendo em vista assegurar a conclusão e execução de tais acordos ou contratos.

3. Na medida em que os Estados-membros necessitem de matérias-primas para

o fabrico de produtos destinados à exportação para fora da Comunidade em concorrência com os produtos de países terceiros, os acordos ou contratos acima referidos não podem constituir obstáculo às importações de matérias-primas efectuadas para esse fim e provenientes de países terceiros. Todavia, esta disposição não será aplicável, se o Conselho decidir, por unanimidade, conceder os montantes necessários para compensar o excesso do preço pago por importações efectuadas para esse fim e com base em tais acordos ou contratos, em relação ao preço incluindo portes dos mesmos fornecimentos, quando adquiridos no mercado mundial.

Artigo 46º

Quando, em qualquer Estado-membro, um produto for submetido a uma organização nacional de mercado ou a outra regulamentação interna de efeito equivalente que afecte a concorrência de produção similar noutro Estado-membro, será aplicado pelos Estados-membros um direito de compensação à entrada desse produto proveniente do Estado-membro em que tal organização ou regulamentação exista, a menos que esse Estado aplique um direito de compensação à saída do referido produto.

A Comissão fixará o montante desses direitos, na medida em que tal for necessário para restabelecer o equilíbrio; a Comissão pode igualmente autorizar o recurso a outras medidas, de que fixará as condições e modalidades.

Artigo 47º

No respeitante às funções a desempenhar pelo Comité Económico e Social, em execução do presente título, cabe à secção de agricultura manter-se à disposição da Comissão tendo em vista preparar as deliberações do Comité, nos termos dos artigos 197º e 198º.

TÍTULO III

A livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais

CAPÍTULO I

Os trabalhadores

Artigo 48º

1. A livre circulação dos trabalhadores deve ficar assegurada, na Comunidade, o mais tardar no termo do período de transição.
2. A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.
3. A livre circulação dos trabalhadores compreende, sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, o direito de :
 - a) Responder a ofertas de emprego efectivamente feitas;
 - b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-membros;
 - c) Residir num dos Estados-membros a fim de nele exercer uma actividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais;
 - d) Permanecer no território de um Estado-membro depois de nele ter exercido uma actividade laboral, nas condições que serão objecto de regulamentos de execução a estabelecer pela Comissão.
4. O disposto no presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

Artigo 49º

A partir da entrada em vigor do presente Tratado, o Conselho, sob proposta

da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social, tomará, por meio de directivas ou de regulamentos, as medidas necessárias à realização progressiva da livre circulação dos trabalhadores, tal como vem definida no artigo anterior, designadamente :

- a) Assegurando uma colaboração estreita entre os serviços nacionais de emprego;
- b) Eliminando, sistemática e gradualmente, tanto os procedimentos e práticas administrativas, como os prazos de acesso aos empregos disponíveis, decorrentes, quer da legislação nacional, quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberalização dos movimentos dos trabalhadores;
- c) Eliminando, sistemática e gradualmente, todos os prazos e outras restrições previstas, quer na legislação nacional, quer em acordos anteriormente concluídos entre os Estados-membros, que imponham aos trabalhadores dos outros Estados-membros condições diferentes das que se aplicam aos trabalhadores nacionais quanto à livre escolha de um emprego;
- d) Criando mecanismos adequados a pôr em contacto as ofertas e pedidos de emprego e a facilitar o seu equilíbrio em condições tais que excluam riscos graves para o nível de vida e de emprego nas diversas regiões e indústrias.

Artigo 50º

Os Estados-membros devem fomentar, no âmbito de um programa comum, o intercâmbio de jovens trabalhadores.

Artigo 51º

O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, tomará, no domínio da segurança social, as medidas necessárias ao estabelecimento da livre circulação dos trabalhadores, instituindo, designadamente, um sistema que assegure aos trabalhadores migrantes e às pessoas que deles dependam :

- a) A totalidade de todos os períodos tomados em consideração pelas diversas legislações nacionais, tanto para fins de aquisição e manutenção

do direito às prestações, como para o cálculo destas;

- b) O pagamento das prestações aos residentes nos territórios dos Estados-membros.

CAPÍTULO II

O direito de estabelecimento

Artigo 52º

No âmbito das disposições seguintes, suprimir-se-ão gradualmente, durante o período de transição, as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-membro no território de outro Estado-membro. Esta supressão progressiva abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-membro estabelecidos no território de outro Estado-membro.

A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso às actividades não assalariadas e o seu exercício, como a constituição e a gestão de empresas e designadamente de sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 58º, nas condições definidas na legislação do país de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no capítulo relativo aos capitais.

Artigo 53º

Os Estados-membros não introduzirão quaisquer novas restrições ao estabelecimento, no seu território, dos nacionais dos outros Estados-membros, salvo disposição em contrário do presente Tratado.

Artigo 54º

1. Antes do final da primeira fase, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia, aprovará um programa geral destinado a suprimir as restrições à liberdade de estabelecimento existentes na Comunidade. A Comissão submeterá essa proposta ao Conselho durante os dois primeiros

anos da primeira fase.

O programa fixará, para cada tipo de actividade, as condições gerais da realização da liberdade de estabelecimento e, designadamente, as respectivas fases.

2. Para executar o programa geral, ou, na falta deste, para levar a cabo uma fase da realização da liberdade de estabelecimento numa determinada actividade, o Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia, adoptará directivas, deliberando por unanimidade até ao final da primeira fase e, daí em diante, por maioria qualificada.

3. O Conselho e a Comissão exercerão as funções que lhes são confiadas nos termos das disposições anteriores, designadamente :

- a) Dando prioridade, em geral, às actividades em que a liberdade de estabelecimento constitua uma contribuição particularmente útil para o desenvolvimento da produção e das trocas comerciais;
- b) Assegurando uma colaboração estreita entre os serviços nacionais competentes tendo em vista conhecer as situações especiais, na Comunidade, das diversas actividades em causa;
- c) Eliminando os procedimentos e práticas administrativas decorrentes, quer da legislação nacional, quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberdade de estabelecimento;
- d) Velando por que os trabalhadores assalariados de um dos Estados-membros, empregados no território de outro Estado-membro, possam permanecer nesse território, para nele exercerem uma actividade não assalariada, desde que satisfaçam as condições que lhes seriam exigidas se chegassem a esse Estado no momento em que pretendem ter acesso a essa actividade;
- e) Tornando possível a aquisição e exploração de propriedades fundiárias, situadas no território de um Estado-membro, por um nacional de outro Estado-membro, na medida em que não sejam lesados os princípios estabelecidos no nº 2 do artigo 39º;
- f) Aplicando a supressão gradual das restrições à liberdade de estabelecimento em todos os ramos de actividade considerados, por um lado, quanto às condições de constituição de agências, sucursais ou filiais no território de um Estado-membro e, por outro, quanto às condições

que regulam a admissão de pessoal do estabelecimento principal nos órgãos de gestão ou de fiscalização daquelas;

- g) Coordenando as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-membros às sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 58º, na medida em que tal seja necessário, e a fim de tornar equivalentes essas garantias;
- h) Certificando-se de que as condições de estabelecimento não sejam falseadas pelos auxílios concedidos pelos Estados-membros.

Artigo 55º

As disposições do presente capítulo não são aplicáveis às actividades que, num Estado-membro, estejam ligadas, mesmo ocasionalmente, ao exercício da autoridade pública.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode determinar que as disposições do presente capítulo não são aplicáveis a certas actividades.

Artigo 56º

1. As disposições do presente capítulo e as medidas tomadas em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas, que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública.

2. Antes do termo do período de transição, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, adoptará directivas para a coordenação das mencionadas disposições legislativas, regulamentares e administrativas. Todavia, após o final da segunda fase, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, adoptará directivas destinadas a coordenar as disposições regulamentares ou administrativas dos Estados-membros.

Artigo 57º

- 1. A fim de facilitar o acesso às actividades não assalariadas e ao seu

exercício, o Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, deliberando por unanimidade até ao final da primeira fase e, daí em diante, por maioria qualificada, adoptará directivas que visem o reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos.

2. Para o mesmo fim, o Conselho, deliberando sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, adoptará, antes do termo do período de transição, directivas que visem coordenar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros, respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício. Exige-se unanimidade tanto para as matérias que, pelo menos num Estado-membro, sejam objecto de disposições legislativas, como para as medidas relativas à protecção da poupança, designadamente a distribuição do crédito e a profissão bancária, e às condições de exercício, nos diversos Estados-membros, das profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas. Nos outros casos, o Conselho deliberará por unanimidade até ao final da primeira fase e, daí em diante, por maioria qualificada.

3. No que diz respeito às profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas, a liberalização progressiva das restrições dependerá da coordenação das respectivas condições de exercício nos diversos Estados-membros.

Artigo 58º

As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-membro e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na Comunidade são, para efeitos do disposto no presente capítulo, equiparadas às pessoas singulares, nacionais dos Estados-membros.

Por "sociedades" entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.

CAPÍTULO III

Os serviços

Artigo 59º

No âmbito das disposições seguintes, as restrições à livre prestação de serviços na Comunidade serão progressivamente suprimidas, durante o período de transição, em relação aos nacionais dos Estados-membros estabelecidos num Estado da Comunidade que não seja o do destinatário da prestação.

O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, pode determinar que as disposições do presente capítulo são extensivas aos prestadores de serviços, nacionais de um Estado terceiro e estabelecidos na Comunidade.

Artigo 60º

Para efeitos do disposto no presente Tratado, consideram-se "serviços" as prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições relativas à livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas.

Os serviços compreendem designadamente :

- a) Actividades de natureza industrial ;
- b) Actividades de natureza comercial ;
- c) actividades artesanais ;
- d) Actividades das profissões liberais.

Sem prejuízo do disposto no capítulo relativo ao direito de estabelecimento, o prestador de serviços pode, para a execução da prestação, exercer, a título temporário, a sua actividade no Estado onde a prestação é realizada, nas mesmas condições que esse Estado impõe aos seus próprios nacionais.

Artigo 61º

1. A livre prestação de serviços em matéria de transportes é regulada pelas disposições constantes do título relativo aos transportes.
2. A liberalização dos serviços bancários e de seguros ligados a movimentos de capitais deve efectuar-se de harmonia com a progressiva liberalização da circulação dos capitais.

Artigo 62º

Os Estados-membros não introduzirão quaisquer novas restrições à liberdade efectivamente alcançada, no que diz respeito à prestação de serviços, à data da entrada em vigor do presente Tratado, salvo disposição deste em contrário.

Artigo 63º

1. Antes do final da primeira fase, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia, aprovará um programa geral destinado a suprimir as restrições à livre prestação de serviços, existentes na Comunidade. A Comissão submeterá essa proposta ao Conselho durante os dois primeiros anos da primeira fase.

O programa fixará, para cada categoria de serviços, as condições gerais e as fases da sua liberalização.
2. Para executar o programa geral ou, na falta deste, para realizar uma fase da liberalização de um determinado serviço, o Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia, adoptará directivas, deliberando por unanimidade até ao final da primeira fase e, daí em diante, por maioria qualificada.
3. As propostas e decisões referidas nos nºs 1 e 2 contemplarão, em geral, prioritariamente os serviços que influem de modo directo nos custos de produção, ou cuja liberalização contribua para fomentar as trocas comerciais de mercadorias.

Artigo 64º

Os Estados-membros declaram-se dispostos a proceder à liberalização dos serviços para além do que é exigido por força das directivas adoptadas em execução do nº 2 do artigo 63º, caso a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-membros em causa.

Artigo 65º

Enquanto não forem suprimidas as restrições à livre prestação de serviços, cada Estado-membro aplicá-las-á, sem qualquer distinção em razão da nacionalidade ou da residência, a todos os prestadores de serviços referidos no primeiro parágrafo do artigo 59º.

Artigo 66º

As disposições dos artigos 55º a 58º, inclusive, são aplicáveis à matéria regulada no presente capítulo.

CAPÍTULO IV

Os capitais

Artigo 67º

1. Os Estados-membros suprimirão progressivamente entre si, durante o período de transição, e na medida em que tal for necessário ao bom funcionamento do mercado comum, as restrições aos movimentos de capitais pertencentes a pessoas residentes nos Estados-membros, bem como as discriminações de tratamento em razão da nacionalidade ou da residência das partes, ou do lugar do investimento.

2. Os pagamentos correntes relativos aos movimentos de capitais entre os Estados-membros ficarão livres de quaisquer restrições, o mais tardar no final da primeira fase.

Artigo 68º

1 Relativamente às matérias visadas no presente capítulo, os Estados-membros concederão, o mais liberalmente possível, as autorizações de câmbio, na medida em que estas ainda sejam necessárias após a entrada em vigor do presente Tratado.

2. No caso de um Estado-membro aplicar a sua regulamentação interna, relativa ao mercado de capitais e ao crédito, aos movimentos de capitais liberalizados nos termos do presente capítulo, deve fazê-lo de forma não discriminatória.

3. Os empréstimos destinados a financiar directa ou indirectamente um Estado-membro ou as suas pessoas colectivas territoriais de direito público só podem ser emitidos ou colocados nos outros Estados-membros, quando os Estados-membros interessados tenham chegado a acordo a este respeito. Esta disposição não impede a aplicação do artigo 22º do Protocolo relativo aos Estatutos do Banco Europeu de Investimento.

Artigo 69º

O Conselho, sob proposta da Comissão, que, para o efeito, consultará o Comité Monetário previsto no artigo 105º, adoptará as directivas necessárias à progressiva execução do disposto no artigo 67º, deliberando por unanimidade durante as duas primeiras fases e, daí em diante, por maioria qualificada.

Artigo 70º

1. A Comissão proporá ao Conselho as medidas tendentes à progressiva coordenação das políticas dos Estados-membros em matéria cambial, no que respeita aos movimentos de capitais entre esses Estados e países terceiros. Para o efeito, o Conselho, deliberando por unanimidade, adoptará directivas, esforçando-se por atingir o mais alto grau possível de liberalização.

2. Se a acção empreendida nos termos do número anterior não permitir que se eliminem as divergências entre as regulamentações de câmbio dos Estados-membros, e se tais divergências induzirem as pessoas resi-

dentes num dos Estados-membros a utilizarem as facilidades de transferência na Comunidade previstas no artigo 67º, com o objectivo de iludirem a regulamentação de um dos Estados-membros relativamente a países terceiros, esse Estado pode, após consulta dos outros Estados-membros e da Comissão, tomar as medidas adequadas para eliminar tais dificuldades.

Se o Conselho verificar que estas medidas restringem a liberdade dos movimentos de capitais na Comunidade, para além do que é necessário à eliminação destas dificuldades, pode, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, decidir que o Estado em causa deve modificar ou suprimir essas medidas.

Artigo 71º

Os Estados-membros esforçar-se-ão por não introduzir qualquer nova restrição de câmbio na Comunidade que afecte os movimentos de capitais e os pagamentos correntes relativos a tais movimentos e por não tornar mais restritivas as regulamentações já existentes.

Os Estados-membros declaram-se dispostos a ultrapassar o nível de liberalização dos movimentos de capitais previsto nos artigos anteriores, na medida em que a sua situação económica, designadamente o estado da sua balança de pagamentos, lho permita.

A Comissão pode, após consulta do Comité Monetário, dirigir recomendações aos Estados-membros sobre este assunto.

Artigo 72º

Os Estados-membros manterão a Comissão informada sobre quaisquer movimentos de capitais, destinados a e provenientes de países terceiros, de que tenham conhecimento. A Comissão pode dirigir aos Estados-membros os pareceres que considere adequados para o efeito.

Artigo 73º

1. No caso de os movimentos de capitais provocarem perturbações no funcionamento do mercado de capitais de um Estado-membro, a Comissão, após

consulta do Comité Monetário, autorizará esse Estado a tomar medidas de protecção no domínio dos movimentos de capitais, de que fixará as condições e modalidades.

O Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, revogar esta autorização ou modificar as respectivas condições e modalidades.

2. Todavia, o Estado-membro que se encontre em dificuldades pode tomar, ele próprio, quando tal se revele necessário, as medidas acima referidas, fundamentando-se no carácter secreto ou urgente destas. A Comissão e os Estados-membros devem ser informados de tais medidas, o mais tardar no momento em que elas entrarem em vigor. Neste caso, a Comissão pode, após consulta do Comité Monetário, decidir que o Estado em causa deve modificar ou suprimir essas medidas.

TÍTULO IV

Os transportes

Artigo 74º

No que diz respeito à matéria regulada no presente título, os Estados-membros prosseguirão os objectivos do Tratado no âmbito de uma política comum dos transportes.

Artigo 75º

1. Tendo em vista a execução do artigo 74º e tendo em conta os aspectos específicos dos transportes, o Conselho, deliberando por unanimidade até ao final da segunda fase e, daí em diante, por maioria qualificada, estabelecerá, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia :

- a) Regras comuns aplicáveis aos transportes internacionais efectuados a partir de ou com destino ao território de um Estado-membro, ou que atravessem o território de um ou vários Estados-membros;
- b) As condições em que os transportadores não-residentes podem efectuar serviços de transporte num Estado-membro;

c) Quaisquer outras disposições adequadas.

2. As disposições referidas nas alíneas a) e b) do número anterior serão adoptadas durante o período de transição.

3. Em derrogação do processo previsto no nº 1, as disposições que incidam sobre os princípios do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar gravemente, quer o nível de vida e o emprego em certas regiões, quer a exploração dos equipamentos de transporte, serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, e tomando em consideração a necessidade de adaptação ao desenvolvimento económico que vier a resultar do estabelecimento do mercado comum.

Artigo 76º

Enquanto não forem adoptadas as disposições referidas no nº 1 do artigo 75º, e salvo acordo unânime do Conselho, nenhum dos Estados-membros pode alterar as diversas disposições que regulem a matéria à data da entrada em vigor do presente Tratado, de tal modo que elas, nos seus efeitos directos ou indirectos, se tornem, para os transportadores dos restantes Estados-membros, menos favoráveis do que para os transportadores nacionais desse Estado.

Artigo 77º

São compatíveis com o presente Tratado os auxílios que vão ao encontro das necessidades de coordenação dos transportes ou correspondam ao reembolso de certas prestações inerentes à noção de serviço público.

Artigo 78º

Qualquer medida relativa aos preços e condições de transporte, tomada no âmbito do presente Tratado, deve ter em consideração a situação económica dos transportadores.

Artigo 79º

1. Devem ser suprimidas, o mais tardar antes do final da segunda fase,

no tráfego interno da Comunidade, as discriminações que consistam na aplicação, por parte de um transportador, a idênticas mercadorias e nas mesmas relações de tráfego, de preços e condições de transporte diferentes, em razão do país de origem ou de destino dos produtos transportados.

2. O disposto no nº 1 não exclui que o Conselho possa tomar outras medidas em execução do nº 1 do artigo 75º.

3. No prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará regulamentação para a execução do disposto no nº 1.

O Conselho pode, designadamente, tomar as medidas necessárias que permitam às instituições da Comunidade velar pelo cumprimento do disposto no nº 1 e assegurem que os utentes disso tirem pleno benefício.

4. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-membro, examinará os casos de discriminação previstos no nº 1 e, após consulta de todos os Estados-membros interessados, tomará as decisões necessárias, no âmbito da regulamentação adoptada nos termos do nº 3.

Artigo 80º

1. A partir do início da segunda fase, fica proibido a qualquer Estado-membro, salvo autorização da Comissão, impor aos transportes efectuados na Comunidade preços e condições que impliquem qualquer elemento de apoio ou protecção em benefício de uma ou mais empresas ou indústrias determinadas.

2. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-membro, analisará os preços e condições referidas no nº 1, tomando, designadamente, em consideração, por um lado, as exigências de uma política económica regional adequada, as necessidades das regiões subdesenvolvidas e os problemas das regiões gravemente afectadas por circunstâncias políticas e, por outro, os efeitos destes preços e condições na concorrência entre os diferentes modos de transporte.

Após consulta de todos os Estados-membros interessados, a Comissão tomará as decisões necessárias.

3. A proibição prevista no nº 1 não é aplicável às tarifas de concorrência.

Artigo 81º

Os encargos ou taxas que, para além dos preços de transporte, forem cobrados por um transportador na passagem das fronteiras, não devem ultrapassar um nível razoável, tendo em conta os custos reais efectivamente ocasionados por essa passagem.

Os Estados-membros esforçar-se-ão por reduzir progressivamente esses custos.

A Comissão pode dirigir recomendações aos Estados-membros, tendo em vista a aplicação do presente artigo.

Artigo 82º

As disposições do presente título não prejudicam as medidas tomadas na República Federal da Alemanha, desde que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas que a divisão da Alemanha causa na economia de certas regiões da República Federal afectadas por essa divisão.

Artigo 83º

Um comité consultativo, composto por peritos designados pelos governos dos Estados-membros, será instituído junto da Comissão. A Comissão consultá-lo-á em matéria de transportes, sempre que o considere oportuno, sem prejuízo das atribuições da secção de transportes do Comité Económico e Social.

Artigo 84º

1. As disposições do presente título são aplicáveis aos transportes por caminho de ferro, por estrada e por via navegável.

2. O Conselho, deliberando por unanimidade, pode decidir se, em que medida, e por que processo, podem ser adoptadas, para os transportes marítimos e aéreos, disposições adequadas.

PARTE III

A política da Comunidade

TÍTULO I

As regras comuns

CAPÍTULO I

As regras de concorrência

SECÇÃO I

As regras aplicáveis às empresas

Artigo 85º

1. São incompatíveis com o mercado comum e proibidos todos os acordos entre empresas, todas as decisões de associações de empresas e todas as práticas concertadas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados-membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado comum, designadamente as que consistam em :

- a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção;
- b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos;
- c) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento;
- d) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência;
- e) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

2. São nulos os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo.

3. As disposições no nº 1 podem, todavia, ser declaradas inaplicáveis:

- a qualquer acordo, ou categoria de acordos, entre empresas;
- a qualquer decisão, ou categoria de decisões, de associações de empresas; e
- a qualquer prática concertada, ou categoria de práticas concertadas,

que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa do lucro daí resultante, e que

- a) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis à consecução desses objectivos;
- b) Nem dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em causa.

Artigo 86º

É incompatível com o mercado comum e proibido, na medida em que tal seja susceptível de afectar o comércio entre os Estados-membros, o facto de uma ou mais empresas explorarem de forma abusiva uma posição dominante no mercado comum ou numa parte substancial deste.

Estas práticas abusivas podem, nomeadamente, consistir em:

- a) impor, de forma directa ou indirecta, preços de compra ou de venda ou outras condições de transacção não equitativas;
- b) Limitar a produção, a distribuição ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores;
- c) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência;
- d) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

Artigo 87º

1. No prazo de três anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, adoptará todos os regulamentos ou directivas adequadas, conducentes à aplicação dos princípios enunciados nos artigos 85º e 86º.

Se tais disposições não forem adoptadas dentro do prazo mencionado, serão estabelecidas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia.

2. Os regulamentos e as directivas referidas no nº 1 têm por finalidade, designadamente :

- a) Garantir o respeito das proibições referidas no nº 1 do artigo 85º e no artigo 86º, pela cominação de multas e adstrições ;
- b) Determinar as modalidades de aplicação do nº 3 do artigo 85º, tendo em conta a necessidade, por um lado, de garantir um fiscalização eficaz e, por outro, de simplificar o mais possível o controlo administrativo;
- c) Definir, quando necessário, o âmbito de aplicação do disposto nos artigos 85º e 86º, relativamente aos diversos sectores económicos;
- d) Definir as funções respectivas da Comissão e do Tribunal de Justiça quanto à aplicação do disposto no presente número;
- e) Definir as relações entre as legislações nacionais e as disposições constantes da presente secção ou as adoptadas em execução do presente artigo.

Artigo 88º

Até à data da entrada em vigor das disposições adoptadas em execução do artigo 87º, as autoridades dos Estados-membros decidirão sobre a admissibilidade dos acordos, decisões e práticas concertadas e sobre a exploração abusiva de uma posição dominante no mercado comum, em conformidade com o direito dos seus próprios países e com o disposto no artigo 85º, designadamente no nº 3, e no artigo 86º.

Artigo 89Q

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 88Q, a Comissão velará, a partir da sua entrada em funções, pela aplicação dos princípios enunciados nos artigos 85Q e 86Q. A pedido de um Estado-membro, ou oficiosamente, e em cooperação com as autoridades competentes dos Estados-membros, que lhe prestarão assistência, a Comissão instruirá os casos de presumível infracção a estes princípios. Se a Comissão verificar que houve infracção, proporá os meios adequados para se lhe pôr termo.

2. Se a infracção não tiver cessado, a Comissão declarará verificada essa infracção aos princípios, em decisão devidamente fundamentada. A Comissão pode publicar a sua decisão e autorizar os Estados-membros a tomarem as medidas, de que fixará as condições e modalidades, necessárias para sanar a situação.

Artigo 90Q

1. No que respeita às empresas públicas e às empresas a que concedam direitos especiais ou exclusivos, os Estados-membros não tomarão nem manterão qualquer medida contrária ao disposto no presente Tratado, designadamente ao disposto nos artigos 7Q e 85Q a 94Q, inclusive.

2. As empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral ou que tenham a natureza de monopólio fiscal ficam submetidas ao disposto no presente Tratado, designadamente às regras de concorrência, na medida em que a aplicação destas regras não constitua obstáculo ao cumprimento, de direito ou de facto, da missão particular que lhes foi confiada. O desenvolvimento das trocas comerciais não deve ser afectado de maneira que contrarie os interesses da Comunidade.

3. A Comissão velará pela aplicação do disposto no presente artigo e dirigirá aos Estados-membros, quando necessário, as directivas ou decisões adequadas.

SECÇÃO II

As práticas de dumping

Artigo 91º

1. Se, durante o período de transição, a Comissão, a pedido de um Estado-membro ou de qualquer outro interessado, verificar a existência de práticas de dumping no mercado comum, dirigirá recomendações ao autor ou autores dessas práticas com o objectivo de lhes pôr termo.

Se, porém, tais práticas se mantiverem, a Comissão autorizará o Estado-membro lesado a tomar medidas de protecção, de que fixará as condições e modalidades.

2. A partir da entrada em vigor do presente Tratado, os produtos originários de um Estado-membro, ou que nele se encontrem em livre prática e tenham sido exportados para outro Estado-membro, serão admitidos à reimportação no território desse primeiro Estado, sem que possam ser sujeitos a qualquer direito aduaneiro, restrição quantitativa ou medida de efeito equivalente. A Comissão adoptará a regulamentação adequada à aplicação do disposto no presente número.

SECÇÃO III

Os auxílios concedidos pelos Estados

Artigo 92º

1. Salvo disposição em contrário do presente Tratado, são incompatíveis com o mercado comum, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-membros, os auxílios concedidos pelos Estados ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.

2. São compatíveis com o mercado comum :

- a) Os auxílios de natureza social atribuídos a consumidores individuais com a condição de serem concedidos sem qualquer discriminação relacionada com a origem dos produtos ;
- b) Os auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários ;
- c) Os auxílios atribuídos à economia de certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, desde que sejam necessários para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.

3. Podem ser considerados compatíveis com o mercado comum :

- a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego ;
- b) Os auxílios destinados a fomentar a realização de um projecto importante de interesse europeu comum, ou a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-membro ;
- c) Os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas, quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum. Todavia, os auxílios à construção naval existentes em 1 de Janeiro de 1957, na medida em que apenas sirvam de compensação à ausência de protecção aduaneira, serão progressivamente reduzidos nas mesmas condições que as aplicáveis à eliminação dos direitos aduaneiros, sem prejuízo do disposto no presente Tratado no que respeita à política comercial comum em relação a países terceiros ;
- d) As outras categorias de auxílios determinadas por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão.

Artigo 93º

1. A Comissão procederá, em cooperação com os Estados-membros, ao exame permanente dos regimes de auxílios existentes nesses Estados. A Comissão proporá também aos Estados-membros as medidas adequadas, que sejam exigidas pelo desenvolvimento progressivo ou pelo funcionamento do mercado comum.

2. Se a Comissão, depois de ter notificado os interessados para apresentarem as suas observações, verificar que um auxílio concedido por um Estado ou proveniente de recursos estatais não é compatível com o mercado comum nos termos do artigo 92Q, ou que esse auxílio está a ser aplicado de forma abusiva, decidirá que o Estado em causa deve suprimir ou modificar esse auxílio no prazo que ela fixar.

Se o Estado em causa não der cumprimento a esta decisão no prazo fixado, a Comissão ou qualquer outro Estado interessado podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, em derrogação do disposto nos artigos 169Q e 170Q.

A pedido de qualquer Estado-membro, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode decidir que um auxílio, instituído ou a instituir por esse Estado, deve considerar-se compatível com o mercado comum, em derrogação do disposto no artigo 92Q ou nos regulamentos previstos no artigo 94Q, se circunstâncias excepcionais justificarem tal decisão. Se, em relação a este auxílio, a Comissão tiver dado início ao procedimento previsto no primeiro parágrafo deste número, o pedido do Estado interessado dirigido ao Conselho terá por efeito suspender o referido procedimento até que o Conselho se pronuncie sobre a questão.

Todavia, se o Conselho não se pronunciar no prazo de três meses a contar da data do pedido, a Comissão decidirá.

3. Para que possa apresentar as suas observações, deve a Comissão ser informada atempadamente dos projectos relativos à instituição ou alteração de quaisquer auxílios. Se a Comissão considerar que determinado projecto de auxílio não é compatível com o mercado comum nos termos do artigo 92Q, deve sem demora dar início ao procedimento previsto no número anterior. O Estado-membro em causa não pode pôr em execução as medidas projectadas antes de tal procedimento haver sido objecto de uma decisão final.

Artigo 94Q

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode adoptar todos os regulamentos adequados à execução dos artigos 92Q e 93Q e fixar, designadamente, não só as condições de aplicação do

n.º 3 do artigo 93.º, como também as categorias de auxílios que ficam dispensadas de tal procedimento.

CAPÍTULO II

Disposições fiscais

Artigo 95.º

Nenhum Estado-membro fará incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares.

Além disso, nenhum Estado-membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções.

Os Estados-membros eliminarão ou corrigirão, o mais tardar no início da segunda fase, as disposições existentes à data da entrada em vigor do presente Tratado que sejam contrárias às disposições precedentes.

Artigo 96.º

Os produtos exportados para o território de um dos Estados-membros não podem beneficiar de qualquer reembolso de imposições internas, superior às imposições que sobre eles tenham incidido, directa ou indirectamente.

Artigo 97.º

Os Estados-membros que cobrem o imposto sobre o volume de negócios segundo o sistema do imposto cumulativo em cascata podem, para as imposições internas que façam incidir sobre os produtos importados, ou para os reembolsos que concedam aos produtos exportados, proceder à fixação de taxas médias por produto ou grupo de produtos, sem prejuízo, todavia, dos princípios enunciados nos artigos 95.º e 96.º.

Se as taxas médias fixadas por um Estado-membro não forem conformes a esses princípios, a Comissão dirigirá a esse Estado as directivas ou decisões adequadas.

Artigo 98º

Relativamente às imposições que não sejam os impostos sobre o volume de negócios, sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, só podem ser concedidas exonerações e reembolsos à exportação para outros Estados-membros, ou lançados direitos de compensação às importações provenientes de Estados-membros, desde que as medidas projectadas tenham sido previamente aprovadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, para vigorarem por um período de tempo limitado.

Artigo 99º

A Comissão analisará em que medida podem ser harmonizadas no interesse do mercado comum as legislações dos diferentes Estados-membros relativas aos impostos sobre o volume de negócios, sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, incluindo as medidas de compensação aplicáveis às trocas comerciais entre os Estados-membros.

A Comissão submeterá propostas ao Conselho, o qual deliberará por unanimidade, sem prejuízo do disposto nos artigos 100º e 101º.

CAPÍTULO III

A aproximação das legislações

Artigo 100º

O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, adoptará as directivas para a aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros que tenham incidência directa no estabelecimento ou no funcionamento do mercado comum.

A Assembleia e o Comité Económico e Social serão consultados acerca das directivas cuja execução possa implicar, em um ou mais Estados-membros, qualquer alteração de disposições legislativas existentes.

Artigo 101º

Se a Comissão verificar que a existência de uma disparidade entre as disposições legislativas, regulamentares ou administrativas dos Estados-membros falseia as condições de concorrência no mercado comum, provocando assim uma distorção que deve ser eliminada, consultará os Estados-membros em causa.

Se desta consulta não resultar um acordo que elimine a distorção em causa, o Conselho, sob proposta da Comissão, deliberando por unanimidade durante a primeira fase e, daí em diante, por maioria qualificada, adoptará as directivas necessárias para o efeito. A Comissão e o Conselho podem tomar quaisquer outras medidas adequadas previstas no presente Tratado.

Artigo 102º

1. Quando houver motivo para recear que a adopção ou alteração de uma disposição legislativa, regulamentar ou administrativa possa provocar uma distorção, na acepção do artigo anterior, o Estado-membro que pretenda tomar essa medida consultará a Comissão. Após ter consultado os Estados-membros, a Comissão recomendará aos Estados interessados as medidas adequadas, tendentes a evitar a distorção em causa.

2. Se o Estado que pretende adoptar ou alterar disposições nacionais não proceder em conformidade com a recomendação que a Comissão lhe dirigiu, não se pode pedir aos outros Estados-membros que, por força do artigo 101º, alterem as suas disposições nacionais a fim de eliminarem tal distorção. Se o Estado-membro que ignorou a recomendação da Comissão provocar uma distorção em seu exclusivo detrimento, não é aplicável o disposto no artigo 101º.

TÍTULO II

A política económica

CAPÍTULO I

A política de conjuntura

Artigo 103º

1. Os Estados-membros consideram a sua política de conjuntura uma questão de interesse comum. Os Estados-membros consultam-se mutuamente e consultam a Comissão acerca das medidas a tomar em função das circunstâncias preva-
lecentes.
2. Sem prejuízo dos outros procedimentos previstos no presente Tratado, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, pode decidir sobre as medidas adequadas à situação.
3. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, adoptará, quando for caso disso, as directivas necessárias à aplicação das medidas tomadas nos termos do nº 2.
4. Os procedimentos previstos no presente artigo aplicam-se igualmente, caso sobrevenham dificuldades no abastecimento de certos produtos.

CAPÍTULO II

A balança de pagamentos

Artigo 104º

Cada Estado-membro porá em prática a política económica indispensável para garantir o equilíbrio da sua balança global de pagamentos e para manter a confiança na sua moeda, cuidando ao mesmo tempo de assegurar um elevado grau de emprego e a estabilidade do nível dos preços.

Artigo 105º

1. Tendo em vista facilitar a realização dos objectivos definidos no artigo 104º, os Estados-membros coordenarão as suas políticas económicas, instituindo, para o efeito, uma colaboração entre os serviços competentes das suas administrações e entre os seus bancos centrais.

Para levar a cabo esta colaboração, a Comissão apresentará recomendações ao Conselho.

2. Tendo em vista promover a coordenação das políticas dos Estados-membros em matéria monetária na medida necessária ao funcionamento do mercado comum, é instituído um Comité Monetário de natureza consultativa, cujas funções consistem em :

- acompanhar a situação monetária e financeira dos Estados-membros e da Comunidade, bem como o regime geral de pagamentos dos Estados-membros e apresentar regularmente o respectivo relatório ao Conselho e à Comissão ;
- formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria, destinados a estas instituições.

Os Estados-membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité Monetário.

Artigo 106º

1. Cada Estado-membro compromete-se a autorizar que se efectuem, na moeda do Estado-membro em que reside o credor ou o beneficiário, os pagamentos referentes às trocas de mercadorias, serviços e capitais, bem como as transferências de capitais e de salários, na medida em que a circulação de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas entre os Estados-membros tenha sido liberalizada, por força do presente Tratado.

Os Estados-membros declaram-se dispostos a proceder à liberalização dos seus pagamentos, para além do que é previsto no parágrafo anterior, tanto quanto a sua situação económica, em geral, e o estado da sua balança de pagamentos, em particular, lho permitirem.

2. Na medida em que as trocas de mercadorias e serviços e os movimentos de capitais sejam apenas limitados por restrições aos pagamentos com eles relacionados, são aplicáveis, por analogia, e tendo em vista suprimir progressivamente tais restrições, as disposições constantes dos capítulos relativos à eliminação das restrições quantitativas, à liberalização dos serviços e à livre circulação dos capitais.

3. Os Estados-membros comprometem-se a não introduzir entre si quaisquer novas restrições às transferências relativas às transacções de invisíveis enumeradas na lista constante do Anexo III do presente Tratado.

A supressão progressiva das restrições existentes efectuar-se-á nos termos dos artigos 63º a 65º, inclusive, na medida em que não seja regulada pelo disposto nos nºs 1 e 2 do presente artigo ou no capítulo relativo à livre circulação dos capitais.

4. Em caso de necessidade, os Estados-membros deliberarão entre si sobre as medidas a tomar para permitir a realização dos pagamentos e transferências referidas no presente artigo; estas medidas não podem prejudicar os objectivos definidos no presente capítulo.

Artigo 107º

1. Cada Estado-membro trata a sua política em matéria de taxas de câmbio como assunto de interesse comum.

2. Se um Estado-membro proceder a qualquer modificação da sua taxa de câmbio que não corresponda aos objectivos definidos no artigo 104º e falseie gravemente as condições de concorrência, a Comissão pode, após consulta do Comité Monetário, autorizar outros Estados-membros a tomarem, durante um período estritamente limitado, as medidas necessárias, de que fixará as condições e modalidades, a fim de obviar às consequências de tal modificação.

Artigo 108º

1. Caso algum Estado-membro se encontre em dificuldades, ou sob grave ameaça de dificuldades, relativamente à sua balança de pagamentos, quer

estas resultem de um desequilíbrio global da sua balança, quer do tipo de divisas de que dispõe, e se tais dificuldades forem susceptíveis de, designadamente, comprometer o funcionamento do mercado comum ou a progressiva realização da sua política comercial comum, a Comissão procederá imediatamente à análise da situação desse Estado, bem como da acção que ele empreendeu ou pode empreender, nos termos do artigo 104º, recorrendo a todos os meios de que dispõe. A Comissão indicará as medidas cuja adopção recomenda ao Estado em causa.

Se a acção empreendida por um Estado-membro e as medidas sugeridas pela Comissão não se afigurarem suficientes para remover as dificuldades ou ameaças de dificuldades existentes, a Comissão recomendará ao Conselho, após consulta do Comité Monetário, a concessão de assistência mútua e os métodos adequados para o efeito.

A Comissão manterá o Conselho regularmente informado da situação e da maneira como esta evolui.

2. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, concederá a assistência mútua ; adoptará as directivas ou decisões, fixando as condições e modalidades de tal assistência, que pode assumir, designadamente, a forma de :

- a) Uma acção concertada junto de outras organizações internacionais a que os Estados-membros podem recorrer ;
- b) Medidas necessárias para evitar desvios de tráfego, sempre que o Estado em dificuldades mantenha ou restabeleça restrições quantitativas relativamente a países terceiros ;
- c) Concessão de créditos limitados por parte de outros Estados-membros, sob condição de que estes dêem o seu acordo.

Durante o período de transição, a assistência mútua pode igualmente assumir a forma de reduções especiais de direitos aduaneiros ou de alargamento de contingentes destinados a favorecer o aumento das importações provenientes do Estado que se encontra em dificuldades, desde que se obtenha o acordo dos Estados a que caberia tomar essas medidas.

3. Se a assistência mútua recomendada pela Comissão não for concedida pelo Conselho ou se a assistência mútua concedida e as medidas tomadas forem insuficientes, a Comissão autorizará o Estado em dificuldades

a tomar medidas de protecção, de que fixará as condições e modalidades.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode revogar esta autorização e modificar estas condições e modalidades.

Artigo 109º

1. Em caso de crise súbita na balança de pagamentos e se não for imediatamente tomada uma decisão, na acepção do nº 2 do artigo 108º, o Estado-membro em causa pode, a título cautelar, tomar as medidas de protecção necessárias. Estas devem provocar o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado comum e não exceder o estritamente indispensável para sanar as dificuldades súbitas que se tenham manifestado.

2. A Comissão e os outros Estados-membros devem ser informados destas medidas de protecção, o mais tardar no momento da sua entrada em vigor. A Comissão pode recomendar ao Conselho a concessão de assistência mútua nos termos do artigo 108º.

3. Sob parecer da Comissão, e após consulta do Comité Monetário, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir que o Estado em causa deve modificar, suspender ou suprimir as medidas de protecção acima referidas.

CAPÍTULO III

A política comercial

Artigo 110º

As instituírem entre si uma união aduaneira, os Estados-membros propõem-se contribuir, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial, para a supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e para a redução das barreiras alfandegárias.

A política comercial comum tomará em conta a incidência favorável que a supressão de direitos aduaneiros entre os Estados-membros possa ter no aumento da capacidade concorrencial das empresas destes Estados.

Artigo 111Q

Durante o período de transição, são aplicáveis, sem prejuízo do disposto nos artigos 115Q e 116Q, as disposições seguintes :

1. Os Estados-membros procederão à coordenação das suas relações comerciais com os países terceiros, de modo a que, no termo do período de transição, estejam reunidas as condições necessárias à execução de uma política comum em matéria de comércio externo.

A Comissão submeterá ao Conselho propostas relativas ao processo a aplicar durante o período de transição para a execução de uma acção comum e para a uniformização da política comercial.

2. A Comissão apresentará ao Conselho recomendações tendo em vista negociações pautais com países terceiros relativamente à pauta aduaneira comum.

O Conselho autorizará a Comissão a encetar as negociações.

A Comissão, no âmbito das directivas que o Conselho lhe pode dirigir, conduzirá estas negociações, consultando, para o efeito, um Comité especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções.

3. No exercício da competência que lhe é atribuída no presente artigo, o Conselho deliberará por unanimidade durante as duas primeiras fases e, daí em diante, por maioria qualificada.

4. Os Estados-membros, consultando, para o efeito, a Comissão, tomarão todas as medidas necessárias, tendentes, designadamente, a adaptar os acordos pautais em vigor com os países terceiros, de modo a que a entrada em vigor da pauta aduaneira comum não seja retardada.

5. Os Estados-membros terão como objectivo atingir um nível tão elevado quanto possível de uniformidade entre si, no que diz respeito às suas listas de liberalização relativamente a países terceiros ou grupos de países terceiros. Para o efeito, a Comissão dirigirá aos Estados-membros todas as recomendações adequadas.

Se os Estados-membros procederem à supressão ou redução das restrições quantitativas em relação a países terceiros, devem informar previamente desse facto a Comissão e aplicar o mesmo tratamento aos outros Estados-

-membros.

Artigo 112º

1. Sem prejuízo dos compromissos assumidos pelos Estados-membros no âmbito de outras organizações internacionais, os regimes de auxílios concedidos pelos Estados-membros às exportações para países terceiros serão progressivamente harmonizados antes do termo do período de transição, na medida em que tal for necessário para evitar que a concorrência entre as empresas da Comunidade seja falseada.

Sob proposta da Comissão, o Conselho, deliberando por unanimidade até ao final da segunda fase e, daí em diante, por maioria qualificada, adoptará as directivas necessárias para o efeito.

2. As disposições precedentes não são aplicáveis aos drawbackes de direitos aduaneiros ou de encargos de efeito equivalente, nem aos reembolsos que resultem de imposições indirectas, incluindo os impostos sobre o volume de negócios, os impostos sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, concedidos no momento da exportação de uma mercadoria de um Estado-membro para um país terceiro, na medida em que esses drawbackes ou reembolsos não excedam os direitos, encargos ou imposições que tenham incidido, directa ou indirectamente, sobre os produtos exportados.

Artigo 113º

1. Findo o período de transição, a política comercial comum assentará em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à conclusão de acordos pautais e comerciais, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de protecção do comércio, tais como as medidas a tomar em caso de "dumping" e de subvenções.

2. Tendo em vista a execução desta política comercial comum, a Comissão submeterá propostas ao Conselho.

3. Quando devam ser negociados acordos com países terceiros, a Comissão apresentará, para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias.

A Comissão, no âmbito das directivas que o Conselho lhe pode dirigir, conduzirá estas negociações, consultando, para o efeito, um Comité especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções.

4. No exercício da competência que lhe é atribuída no presente artigo, o Conselho deliberará por maioria qualificada.

Artigo 114º

Os acordos referidos no nº 2 do artigo 111º e no artigo 113º serão concluídos em nome da Comunidade pelo Conselho, o qual deliberará por unanimidade durante as duas primeiras fases e, daí em diante, por maioria qualificada.

Artigo 115º

A fim de garantir que a execução das medidas de política comercial, tomadas em conformidade com o presente Tratado por qualquer Estado-membro, não seja impedida por desvios de tráfego, ou sempre que haja disparidades nessas medidas que provoquem dificuldades económicas, em um ou vários Estados, a Comissão recomendará os métodos a empregar pelos outros Estados-membros para prestarem a cooperação necessária. Se tal não bastar, a Comissão autorizará os Estados-membros a tomarem as medidas de protecção necessárias, de que fixará as condições e modalidades.

Em caso de urgência e durante o período de transição, os Estados-membros podem tomar, por sua própria iniciativa, as medidas necessárias, notificando-as aos outros Estados-membros e à Comissão, a qual pode decidir se estes devem modificá-las ou suprimi-las.

Devem ser prioritariamente escolhidas as medidas que provoquem o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado comum e que tenham em conta a necessidade de se acelerar, na medida do possível, o estabelecimento da pauta aduaneira comum.

Artigo 116º

A partir do termo do período de transição, e em relação a todas as questões que revistam particular interesse para o mercado comum, os Estados-

-membros limitar-se-ão a empreender uma acção comum no âmbito das organizações internacionais de carácter económico. Para o efeito, a Comissão submeterá ao Conselho, o qual deliberará por maioria qualificada, propostas relativas à amplitude e execução dessa acção comum.

Durante o período de transição, os Estados-membros procederão a consultas recíprocas, a fim de coordenarem a sua acção e adoptarem, tanto quanto possível, uma atitude uniforme.

TÍTULO III

A política social

CAPÍTULO I

Disposições sociais

Artigo 117º

Os Estados-membros reconhecem a necessidade de promover a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, de modo a permitir a sua igualização no progresso.

Os Estados-membros consideram que tal evolução resultará não só do funcionamento do mercado comum, que favorecerá a harmonização dos sistemas sociais, mas também dos procedimentos previstos no presente Tratado e da aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas.

Artigo 118º

Sem prejuízo das outras disposições do presente Tratado e em conformidade com os objectivos gerais nele definidos, cabe à Comissão promover uma colaboração estreita entre os Estados-membros no domínio social, designadamente em questões relativas :

- ao emprego;
- ao direito do trabalho e às condições de trabalho;
- à formação e ao aperfeiçoamento profissionais;
- à segurança social;

- à protecção contra acidentes e doenças profissionais;
- à higiene no trabalho;
- ao direito sindical e às negociações colectivas entre entidades patronais e trabalhadores.

Para o efeito, a Comissão actuará em estreito contacto com os Estados-membros, através de estudos e pareceres, e mediante a organização de consultas, tanto para os problemas que se põem a nível nacional, como para os que interessam às organizações internacionais.

Antes de formular os pareceres previstos no presente artigo, a Comissão consultará o Comité Económico e Social.

Artigo 119º

Cada Estado-membro garantirá, durante a primeira fase, e manterá em seguida a aplicação do princípio da igualdade de remunerações entre trabalhadores masculinos e trabalhadores femininos, por trabalho igual.

Por "remuneração" deve entender-se, para efeitos do disposto no presente artigo, o salário ou vencimento ordinário, de base ou mínimo, e quaisquer outras regalias pagas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie, pela entidade patronal ao trabalhador em razão do emprego deste último.

A igualdade de remuneração, sem discriminação em razão do sexo, implica:

- a) Que a remuneração do mesmo trabalho pago à tarefa seja estabelecida na base de uma mesma unidade de medida;
- b) Que a remuneração do trabalho pago por unidade de tempo seja a mesma para um mesmo posto de trabalho.

Artigo 120º

Os Estados-membros esforçar-se-ão por manter a equivalência existente dos regimes de férias pagas.

Artigo 121º

O Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta do Comité Económico e Social, pode incumbir a Comissão de funções relacionadas com a execução de medidas comuns, designadamente no que respeita à segurança social dos trabalhadores migrantes referidos nos artigos 48º a 51º, inclusive.

Artigo 122º

No seu relatório anual a apresentar à Assembleia, a Comissão consagrará um capítulo especial à evolução da situação social na Comunidade.

A Assembleia pode pedir à Comissão que elabore relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.

CAPÍTULO II

O Fundo Social Europeu

Artigo 123º

A fim de melhorar as possibilidades de emprego dos trabalhadores no mercado comum, contribuindo assim para elevar o nível de vida, é instituído, no âmbito das disposições seguintes, um Fundo Social Europeu que tem por objectivo promover, na Comunidade, facilidades de emprego e mobilidade geográfica e profissional para os trabalhadores.

Artigo 124º

O Fundo é administrado pela Comissão.

Nestas funções a Comissão é assistida por um Comité presidido por um membro da Comissão e composto por representantes dos governos e das organizações sindicais de trabalhadores e das associações patronais.

Artigo 125º

1. A pedido de um Estado-membro, o Fundo, no âmbito da regulamentação prevista no artigo 127º, comparticipa com 50% nas despesas que, a partir da entrada em vigor do presente Tratado, esse Estado, ou qualquer organismo de direito público, tenha efectuado, com o fim de:

a) Garantir aos trabalhadores um novo emprego produtivo, através:

- da reconversão profissional;
- de subsídios de reinstalação;

b) Conceder auxílios em benefício dos trabalhadores cujo emprego tenha sido reduzido ou suspenso temporariamente, no todo ou em parte, após a reconversão da empresa para outras produções, a fim de que eles possam manter o mesmo nível de remuneração até serem plenamente reempregados.

2. A contribuição do Fundo para as despesas de reconversão profissional fica subordinada à condição de os trabalhadores no desemprego só terem podido empregar-se numa nova profissão e encontrado, desde há pelo menos seis meses, um emprego produtivo na profissão para que tenham sido reconvertidos.

A contribuição para os subsídios de reinstalação fica subordinada à condição de os trabalhadores no desemprego terem sido obrigados a mudar de domicílio na Comunidade e terem encontrado, no local da sua nova residência, um emprego produtivo desde há pelo menos seis meses.

A contribuição dada em benefício dos trabalhadores em caso de reconversão de uma empresa fica subordinada às seguintes condições:

- a) Que os trabalhadores em questão estejam de novo plenamente ocupados nessa empresa desde há pelo menos seis meses;
- b) Que o governo interessado tenha apresentado previamente um projecto elaborado pela empresa em causa, relativo a essa reconversão e ao seu financiamento; e
- c) Que a Comissão tenha dado a sua aprovação prévia a este projecto de reconversão.

Artigo 126º

No termo do período de transição, o Conselho pode, sob parecer da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia :

- a) Estabelecer, por maioria qualificada, que a totalidade ou parte das contribuições previstas no artigo 125º passem a não ser concedidas;
- b) Determinar, por unanimidade, as novas funções que podem ser confiadas ao Fundo, no âmbito das suas atribuições, tal como vêm definidas no artigo 123º.

Artigo 127º

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e da Assembleia, adoptará as disposições regulamentares necessárias à execução do disposto nos artigos 124º a 126º, inclusive. O Conselho fixará, designadamente, as modalidades relativas às condições em que as contribuições do Fundo são concedidas nos termos do artigo 125º, bem como as que dizem respeito às categorias de empresas cujos trabalhadores beneficiam das contribuições previstas no nº 1, alínea b), do artigo 125º.

Artigo 128º

O Conselho, deliberando sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social, estabelecerá os princípios gerais para a execução de uma política comum de formação profissional capaz de contribuir para o desenvolvimento harmonioso tanto das economias nacionais como do mercado comum.

TÍTULO IV

O Banco Europeu de Investimento

Artigo 129º

É instituído um Banco Europeu de Investimento, que goza de personalidade

jurídica.

Os membros do Banco Europeu de Investimento são os Estados-membros.

Os Estatutos do Banco Europeu de Investimento constam de um Protocolo anexo ao presente Tratado.

Artigo 130º

O Banco Europeu de Investimento tem por objectivo contribuir, recorrendo ao mercado de capitais e utilizando os seus próprios recursos, para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do mercado comum no interesse da Comunidade. Para o efeito, o Banco facilitará, mediante a concessão de empréstimos e de garantias, sem prosseguir qualquer fim lucrativo, o financiamento dos seguintes projectos, em todos os sectores da economia :

- a) Projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas;
- b) Projectos de modernização ou reconversão de empresas, ou de criação de novas actividades necessárias ao estabelecimento progressivo do mercado comum, que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-membros;
- c) Projectos de interesse comum para vários Estados-membros que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-membros.

PARTE IV

A associação dos países e territórios ultramarinos

Artigo 131º

Os Estados-membros acordam em associar à Comunidade os países e territórios não europeus que mantêm relações especiais com a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos. Estes países e territórios, a seguir denominados

"países e territórios", vêm enumerados na lista constante do Anexo IV do presente Tratado.

A finalidade da associação é promover o desenvolvimento económico e social dos países e territórios e estabelecer relações económicas estreitas entre eles e a Comunidade no seu conjunto.

Em conformidade com os princípios enunciados no preâmbulo do presente Tratado, a associação deve servir, fundamentalmente, para favorecer os interesses dos habitantes desses países e territórios e para fomentar a sua prosperidade de modo a conduzi-los ao desenvolvimento económico, social e cultural a que aspiram.

Artigo 132º

A associação prosseguirá os seguintes objectivos :

1. Os Estados-membros aplicarão às suas trocas comerciais com os países e territórios o mesmo regime que aplicam entre si por força do presente Tratado.
2. Cada país ou território aplicará às suas trocas comerciais com os Estados-membros e os outros países e territórios o regime que aplica ao Estado europeu com que mantenha relações especiais.
3. Os Estados-membros contribuirão para os investimentos exigidos pelo desenvolvimento progressivo destes países ou territórios .
4. No que respeita aos investimentos financiados pela Comunidade, a participação nas adjudicações e fornecimentos estará aberta, em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares e colectivas, nacionais dos Estados-membros e dos países e territórios.
5. Nas relações entre os Estados-membros e os países e territórios, o direito de estabelecimento dos nacionais e sociedades será regulado em conformidade com as disposições e pela aplicação dos procedimentos previstos no capítulo relativo ao direito de estabelecimento e numa base não discriminatória, sem prejuízo das disposições especiais adoptadas por força do artigo 136º.

Artigo 133º

1. As importações originárias dos países e territórios beneficiarão, ao entrarem nos Estados-membros, da eliminação total dos direitos aduaneiros que, nos termos do presente Tratado, se deve progressivamente realizar entre os Estados-membros.

2. Em cada país e território, os direitos aduaneiros que incidam sobre as importações provenientes dos Estados-membros e dos outros países e territórios serão progressivamente suprimidos, nos termos dos artigos 12º, 13º, 14º, 15º e 17º.

3. Os países e territórios podem, todavia, cobrar os direitos aduaneiros correspondentes às necessidades do seu desenvolvimento e às exigências da sua industrialização, ou os de natureza fiscal que tenham por fim produzir receita para os seus orçamentos.

Estes direitos serão, contudo, progressivamente reduzidos até ao nível daqueles que incidam sobre as importações dos produtos provenientes do Estado-membro com o qual cada país ou território mantém relações especiais. As percentagens e o calendário das reduções previstos no presente Tratado serão aplicáveis à diferença entre o direito que incide sobre um produto proveniente do Estado-membro que mantém relações especiais com o país ou território em causa e o direito que incide sobre o mesmo produto proveniente dos outros Estados da Comunidade, ao entrar no país ou território importador.

4. O disposto no nº 2 não é aplicável aos países e territórios que, por força das obrigações internacionais especiais a que se encontram vinculados, já apliquem, à data da entrada em vigor do presente Tratado, uma pauta aduaneira não discriminatória.

5. A introdução ou modificação de direitos aduaneiros que incidem sobre as mercadorias importadas pelos países e territórios não deve originar, de direito ou de facto, qualquer discriminação directa ou indirecta entre as importações provenientes dos diversos Estados-membros.

Artigo 134º

Se o nível dos direitos aplicáveis às mercadorias provenientes de um

país terceiro, ao entrarem num país ou território, for, em consequência da aplicação do nº 1 do artigo 133º, de ordem a provocar desvios de tráfego em prejuízo de qualquer Estado-membro, este pode pedir à Comissão que proponha aos outros Estados-membros as medidas necessárias para sanarem tal situação.

Artigo 135º

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-membros e a dos trabalhadores dos Estados-membros nos países e territórios será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-membros.

Artigo 136º

Durante um período inicial de cinco anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, uma Convenção de aplicação, anexa a este Tratado, fixará as modalidades e o processo de associação entre os países e territórios e a Comunidade.

Antes do termo de vigência da Convenção prevista no parágrafo anterior, o Conselho, deliberando por unanimidade, aprovará as disposições a prever para um novo período, com base nos resultados conseguidos e nos princípios enunciados no presente Tratado.

PARTE V

As instituições da Comunidade

TÍTULO I

Disposições institucionais

CAPÍTULO I

As instituições

SECÇÃO I

A Assembleia

Artigo 137º

A Assembleia, composta por representantes dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, exerce os poderes de deliberação e de controlo que lhe são atribuídos pelo presente Tratado.

Artigo 138º

1. A Assembleia é composta por delegados que serão designados pelos Par-lamentos de entre os seus membros, segundo o processo estabelecido por cada Estado-membro.

2. O número de delegados é fixado da seguinte forma :

Bélgica	14
Alemanha	36
França	36
Itália	36
Luxemburgo	6
Países Baixos	14

3. A Assembleia elaborará projectos destinados à eleição por sufrágio universal directo, segundo um processo uniforme em todos os Estados-membros.

O Conselho, deliberando por unanimidade, aprovará as disposições adequadas, cuja adopção recomendará aos Estados-membros, em conformidade com as respectivas normas constitucionais.

Artigo 139º

A Assembleia realiza uma sessão anual, reunindo-se por direito próprio na terceira terça-feira de Outubro.

A Assembleia pode reunir-se em sessão extraordinária, a pedido da maioria

dos seus membros, do Conselho ou da Comissão.

Artigo 140º

A Assembleia designa, de entre os seus membros, o presidente e a mesa.

Os membros da Comissão podem assistir a todas as reuniões e serão ouvidos em nome dela quando assim o solicitarem.

A Comissão responderá, oralmente ou por escrito, às questões que lhe forem colocadas pela Assembleia ou pelos seus membros.

O Conselho será ouvido pela Assembleia nas condições por ele estabelecidas no seu regulamento interno.

Artigo 141º

Salvo disposição em contrário do presente Tratado, a Assembleia delibera por maioria absoluta dos votos expressos.

O regulamento interno fixará o "quorum".

Artigo 142º

A Assembleia estabelecerá o seu regulamento interno por maioria dos membros que a compõem.

As actas da Assembleia serão publicadas nas condições previstas no regulamento.

Artigo 143º

A Assembleia discutirá em sessão pública o relatório geral anual que lhe é submetido pela Comissão.

Artigo 144º

Quando uma moção de censura sobre as actividades da Comissão for submetida à apreciação da Assembleia, esta só pode pronunciar-se sobre ela por votação pública e depois de decorridos pelo menos três dias sobre o depósito da referida moção.

Se a moção de censura for adoptada por maioria de dois terços dos votos expressos que representem a maioria dos membros que compõem a Assembleia, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. Continuarão, porém, a gerir os assuntos correntes até à sua substituição, nos termos do artigo 158º.

SECÇÃO II

O Conselho

Artigo 145º

Tendo em vista garantir a realização dos objectivos enunciados no presente Tratado e nas condições nele previstas, o Conselho:

- assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-membros;
- dispõe de poder de decisão.

Artigo 146º

O Conselho é composto por representantes dos Estados-membros. Cada governo designará um dos seus membros para nele participar.

A presidência é exercida sucessivamente por cada membro do Conselho, durante um período de seis meses, segundo a ordem alfabética dos Estados-membros.

Artigo 147º

O Conselho reúne-se por convocação do seu presidente, por iniciativa

deste, de um dos seus membros, ou da Comissão.

Artigo 148º

1. Salvo disposição em contrário do presente Tratado, as deliberações do Conselho são tomadas por maioria dos seus membros.

2. Relativamente às deliberações do Conselho que exijam maioria qualificada, atribui-se aos votos dos seus membros a seguinte ponderação :

Bélgica	2
Alemanha	4
França	4
Itália	4
Luxemburgo	1
Países Baixos	2

As deliberações são tomadas se obtiverem pelo menos :

- doze votos, sempre que, por força do presente Tratado, devam ser tomadas sob proposta da Comissão;
- doze votos que expressem a votação favorável de, pelo menos, quatro membros, nos restantes casos.

3. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem que sejam tomadas as deliberações do Conselho que exijam unanimidade.

Artigo 149º

Sempre que, por força do presente Tratado, o Conselho delibere sob proposta da Comissão, exigir-se-á unanimidade para todo e qualquer acto que constitua alteração dessa proposta.

Até deliberação do Conselho, a Comissão pode modificar a sua proposta inicial, designadamente nos casos em que a Assembleia tenha sido consultada acerca dessa proposta.

Artigo 150Q

Em caso de votação, cada membro do Conselho só pode representar, por delegação, um dos outros membros.

Artigo 151Q

O Conselho estabelecerá o seu regulamento interno.

Este regulamento pode prever a instituição de um comité composto por representantes dos Estados-membros. O Conselho definirá as atribuições e a competência desse Comité.

Artigo 152Q

O Conselho pode solicitar à Comissão que proceda a todos os estudos que ele considere oportunos para realização dos objectivos comuns e que lhe submeta todas as propostas adequadas.

Artigo 153Q

O Conselho estabelecerá, após parecer da Comissão, os estatutos dos comités previstos no presente Tratado.

Artigo 154Q

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, fixará os vencimentos, subsídios, abonos e pensões do presidente e dos membros da Comissão, e ainda do presidente, dos juízes, dos advogados-gerais e do escrivão do Tribunal de Justiça. O Conselho fixará, também por maioria qualificada, todos os subsídios e abonos que substituam a remuneração.

SECÇÃO III

A Comissão

Artigo 155º

A fim de garantir o funcionamento e o desenvolvimento do mercado comum, a Comissão :

- vela pela aplicação das disposições do presente Tratado bem como das medidas tomadas pelas instituições, por força deste;
- formula recomendações ou pareceres sobre as matérias que são objecto do presente Tratado, quando este o preveja expressamente ou quando tal seja por ela considerado necessário;
- dispõe de poder de decisão próprio, participando na formação dos actos do Conselho e da Assembleia, nas condições previstas no presente Tratado;
- exerce a competência que o Conselho lhe atribua para a execução das regras por ele estabelecidas.

Artigo 156º

A Comissão publicará todos os anos, pelo menos um mês antes da abertura da sessão da Assembleia, um relatório geral sobre as actividades da Comunidade.

Artigo 157º

1. A Comissão é composta por nove membros, escolhidos em razão da sua competência geral e que ofereçam todas as garantias de independência.

O número de membros da Comissão pode ser modificado pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

Só os nacionais dos Estados-membros podem ser membros da Comissão.

A Comissão não pode ter mais de dois membros com a nacionalidade de um mesmo Estado.

2. Os membros da Comissão exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da Comunidade.

No cumprimento dos seus deveres, não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum governo ou qualquer outra entidade, e abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções. Os Estados-membros comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os membros da Comissão no exercício das suas funções.

Enquanto durarem as suas funções, os membros da Comissão não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, aquando da sua posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação das mesmas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os deveres de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios. Se estes deveres não forem respeitados, pode o Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão, conforme o caso, ordenar a demissão compulsiva do membro em causa, nos termos do artigo 160º, ou a perda dos seus direitos a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam.

Artigo 158º

Os membros da Comissão são nomeados, de comum acordo, pelos governos dos Estados-membros.

A sua nomeação é feita por um período de quatro anos, renovável.

Artigo 159º

Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções dos membros da Comissão cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva.

O membro em causa é substituído pelo tempo que faltar para o termo do período de exercício de funções. O Conselho, deliberando por unanimidade, pode decidir pela não substituição, durante esse período.

Salvo no caso de demissão compulsiva previsto no artigo 160Q, os membros da Comissão permanecem em funções até serem substituídos.

Artigo 160Q

Qualquer membro da Comissão, que deixe de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções, ou tenha cometido uma falta grave, pode ser demitido pelo Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão.

Neste caso, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode, a título provisório, suspendê-lo das suas funções e proceder à sua substituição até que o Tribunal de Justiça se tenha pronunciado.

O Tribunal de Justiça pode, a título provisório, suspendê-lo das suas funções, a pedido do Conselho ou da Comissão.

Artigo 161Q

O presidente e os dois vice-presidentes da Comissão são designados de entre os membros desta, por um período de dois anos, segundo o processo previsto para a nomeação dos membros da Comissão. Podem ser reconduzidos nas suas funções.

Excepto no caso de substituição geral, a nomeação faz-se após consulta da Comissão.

Em caso de demissão ou morte, o presidente e os vice-presidentes são substituídos, pelo tempo que faltar para o termo do período de exercício das suas funções, nos termos do primeiro parágrafo.

Artigo 162Q

O Conselho e a Comissão procederão a consultas recíprocas, organizando, de comum acordo, as modalidades da sua colaboração.

A Comissão estabelecerá o seu regulamento interno, de forma a garantir o seu próprio funcionamento e o dos seus serviços, nas condições previstas

no presente Tratado. A Comissão assegurará a publicação deste regulamento interno.

Artigo 163º

As deliberações da Comissão são tomadas por maioria do número de membros previsto no artigo 157º.

A Comissão só pode reunir validamente se estiver presente o número de membros fixado no seu regulamento interno.

SECÇÃO IV

O Tribunal de Justiça

Artigo 164º

O Tribunal de Justiça garante o respeito do direito na interpretação e aplicação do presente Tratado.

Artigo 165º

O Tribunal de Justiça é composto por sete juízes.

O Tribunal de Justiça reúne-se em sessão plenária. Pode, no entanto, criar secções, cada uma delas constituída por três ou cinco juízes, quer para procederem a certas diligências de instrução, quer para julgarem certas categorias de causas, de acordo com as condições previstas em regulamento estabelecido para o efeito.

O Tribunal de Justiça reúne-se em sessão plenária, sempre que tenha de decidir sobre causas introduzidas por qualquer Estado-membro ou instituição da Comunidade, bem como sobre questões prejudiciais que lhe sejam submetidas por força do artigo 177º.

Se o Tribunal de Justiça lho solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de juízes e proceder às necessárias adap-

tações dos segundo e terceiro parágrafos do presente artigo e do segundo parágrafo do artigo 167Q.

Artigo 166Q

O Tribunal de Justiça é assistido por dois advogados-gerais.

Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas submetidas ao Tribunal de Justiça, para assitir este último no desempenho das suas atribuições, tal como vêm definidas no artigo 164Q.

Se o Tribunal de Justiça lho solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados-gerais e proceder às necessárias adaptações do terceiro parágrafo do artigo 167Q.

Artigo 167Q

Os juízes e os advogados-gerais, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência, são nomeados, de comum acordo, pelos governos dos Estados-membros, por um período de seis anos.

De três em três anos proceder-se-á a uma substituição parcial dos juízes, a qual incidirá alternadamente sobre três e quatro juízes. Os três juízes cujas funções cessem no termo do primeiro período de três anos são designados por sorteio.

De três em três anos proceder-se-á a uma substituição parcial dos advogados-gerais. O advogado-geral cujas funções cessem no termo do primeiro período de três anos é designado por sorteio.

Os juízes e os advogados-gerais cessantes podem ser nomeados de novo.

Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o presidente do Tribunal de Justiça, que pode ser reeleito.

Artigo 168º

O Tribunal de Justiça nomeia o seu escrivão e estabelece o respectivo estatuto.

Artigo 169º

Se a Comissão considerar que um Estado-membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do presente Tratado, formulará um parecer fundamentado sobre o assunto, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações.

Se o Estado em causa não proceder em conformidade com este parecer no prazo fixado pela Comissão, esta pode recorrer ao Tribunal de Justiça.

Artigo 170º

Qualquer Estado-membro pode recorrer ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do presente Tratado.

Antes de qualquer Estado-membro introduzir recurso contra outro Estado-membro, com fundamento em pretensão incumprimento das obrigações que a este incumbem por força do presente Tratado, deve submeter o assunto à apreciação da Comissão.

A Comissão formulará um parecer fundamentado, depois de os Estados interessados terem tido oportunidade de apresentar, em processo contraditório, as suas observações, escritas e orais.

Se a Comissão não tiver formulado parecer no prazo de três meses a contar da data do pedido, a falta de parecer não impede o recurso ao Tribunal de Justiça.

Artigo 171º

Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um Estado-membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do presente

Tratado, esse Estado deve tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Artigo 172º

No que respeita às sanções neles previstas, os regulamentos adoptados pelo Conselho, nos termos do presente Tratado, podem atribuir plena jurisdição ao Tribunal de Justiça.

Artigo 173º

O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade dos actos do Conselho e da Comissão que não sejam recomendações ou pareceres. Para o efeito, é competente para conhecer dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado-membro, pelo Conselho ou pela Comissão.

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode interpor, nas mesmas condições, recurso das decisões de que seja destinatária e das decisões que, embora tomadas sob a forma de regulamento ou de decisão dirigida a outra pessoa, lhe digam directa e individualmente respeito.

Os recursos previstos no presente artigo devem ser interpostos no prazo de dois meses a contar, conforme o caso, da publicação do acto, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do acto.

Artigo 174º

Se o recurso tiver fundamento, o Tribunal de Justiça anulará o acto impugnado.

Todavia, no que respeita aos regulamentos, o Tribunal de Justiça indicará, quando o considerar necessário, quais os efeitos do regulamento anulado que se devem considerar subsistentes.

Artigo 175º

Caso o Conselho ou a Comissão, em violação do presente Tratado, se abstenham de pronunciar-se, os Estados-membros e as outras instituições da Comunidade podem recorrer ao Tribunal de Justiça para que declare verificada tal violação.

Este recurso só é admissível se a instituição em causa tiver sido previamente convidada a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a instituição não tiver tomado posição, o recurso pode ser introduzido dentro de novo prazo de dois meses.

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode recorrer ao Tribunal de Justiça, nos termos dos parágrafos anteriores, para acusar uma das instituições da Comunidade de não lhe ter dirigido um acto que não seja recomendação ou parecer.

Artigo 176º

A instituição de que emane o acto anulado, ou cuja abstenção tenha sido declarada contrária ao presente Tratado, deve tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Esta obrigação não prejudica aquela que decorre da aplicação do segundo parágrafo do artigo 215º.

Artigo 177º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial:

- a) Sobre a interpretação do presente Tratado;
- b) Sobre a validade e interpretação dos actos adoptados pelas instituições da Comunidade;
- c) Sobre a interpretação dos estatutos dos organismos criados por um acto do Conselho, desde que estes estatutos o prevejam.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam suscetíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça.

Artigo 178º

O Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios relativos à reparação dos danos referidos no segundo parágrafo do artigo 215º.

Artigo 179º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre todo e qualquer litígio entre a Comunidade e os seus agentes, dentro dos limites e condições estabelecidas no estatuto ou decorrentes do regime que a estes é aplicável.

Artigo 180º

Dentro dos limites a seguir indicados, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios respeitantes :

- a) À execução das obrigações dos Estados-membros, decorrentes dos Estatutos do Banco Europeu de Investimento. O Conselho de Administração do Banco dispõe, para o efeito, dos poderes atribuídos à Comissão no artigo 169º;
- b) Às deliberações do Conselho de Governadores do Banco. Qualquer Estado-membro, a Comissão e o Conselho de Administração do Banco podem interpor recurso nesta matéria, nos termos do artigo 173º;
- c) Às deliberações do Conselho de Administração do Banco. Os recursos destas deliberações só podem ser interpostos, nos termos do artigo 173º, pelos Estados-membros ou pela Comissão e apenas por violação das formalidades

previstas nos nºs. 2 e 5 a 7, inclusive, do artigo 21º dos Estatutos do Banco.

Artigo 181º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir com fundamento em cláusula compromissória constante de um contrato de direito público ou de direito privado, celebrado pela Comunidade ou por sua conta.

Artigo 182º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer diferendo entre os Estados-membros, relacionado com o objecto do presente Tratado, se esse diferendo lhe for submetido por compromisso.

Artigo 183º

Sem prejuízo da competência atribuída ao Tribunal de Justiça pelo presente Tratado, os litígios em que a Comunidade seja parte não ficam, por este motivo, subtraídos à competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

Artigo 184º

Mesmo depois de terminar o prazo fixado no terceiro parágrafo do artigo 173º, qualquer parte pode, em caso de litígio que ponha em causa um regulamento do Conselho ou da Comissão, invocar os meios previstos no primeiro parágrafo do artigo 173º para arguir, perante o Tribunal de Justiça, a inaplicabilidade desse regulamento.

Artigo 185º

Os recursos perante o Tribunal de Justiça não têm efeito suspensivo. Todavia, o Tribunal de Justiça pode ordenar a suspensão da execução do acto impugnado, se considerar que as circunstâncias o exigem.

Artigo 186º

O Tribunal de Justiça, nas causas submetidas à sua apreciação, pode ordenar as medidas provisórias necessárias.

Artigo 187º

Os acórdãos do Tribunal de Justiça têm força executiva, nos termos do artigo 192º.

Artigo 188º

O Estatuto do Tribunal de Justiça é fixado em Protocolo separado.

O Tribunal de Justiça estabelecerá o seu regulamento processual. Este será submetido à aprovação, por unanimidade, do Conselho.

CAPÍTULO II

Disposições comuns a várias instituições

Artigo 189º

Para o desempenho das suas atribuições e nos termos do presente Tratado, o Conselho e a Comissão adoptam regulamentos e directivas, tomam decisões e formulam recomendações ou pareceres.

O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

A directiva vincula o Estado-membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios.

A decisão é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários que ela designar.

As recomendações e os pareceres não são vinculativos.

Artigo 190º

Os regulamentos, as directivas e as decisões do Conselho e da Comissão serão fundamentados e referir-se-ão às propostas ou pareceres obrigatoriamente obtidos, por força do presente Tratado.

Artigo 191º

Os regulamentos serão publicados no Jornal Oficial da Comunidade, entrando em vigor na data por eles fixada ou, na falta desta, no vigésimo dia seguinte ao da publicação.

As directivas e as decisões serão notificadas aos seus destinatários, produzindo efeito mediante tal notificação.

Artigo 192º

As decisões do Conselho ou da Comissão que imponham uma obrigação pecuniária a pessoas que não sejam Estados constituem título executivo.

A execução é regulada pelas normas de processo civil em vigor no Estado em cujo território se efectuar. A fórmula executória é aposta, sem outro controlo além da verificação da autenticidade do título, pela autoridade nacional que o governo de cada um dos Estados-membros designará para o efeito e de que dará conhecimento à Comissão e ao Tribunal de Justiça.

Após o cumprimento destas formalidades a pedido do interessado, este pode promover a execução, recorrendo directamente ao órgão competente, em conformidade com a legislação nacional.

A execução só pode ser suspensa por força de uma decisão do Tribunal de Justiça. No entanto, a fiscalização da regularidade das medidas de execução é da competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

CAPÍTULO III

O Comité Económico e Social

Artigo 193º

É instituído um Comité Económico e Social, de natureza consultiva.

O Comité é composto por representantes dos diferentes sectores da vida económica e social, designadamente dos produtores, agricultores, transportadores, trabalhadores, comerciantes e artífices, das profissões liberais e do interesse geral.

Artigo 194º

O número de membros do Comité é fixado da seguinte forma :

Bélgica	12
Alemanha	24
França	24
Itália	24
Luxemburgo	5
Países Baixos	12

Os membros do Comité são nomeados, por um período de quatro anos, pelo Conselho, deliberando por unanimidade. Podem ser reconduzidos nas suas funções.

Os membros do Comité são designados a título pessoal e não devem estar vinculados a quaisquer instruções.

Artigo 195º

1. Tendo em vista a nomeação dos membros do Comité, cada Estado-membro enviará ao Conselho uma lista contendo um número de candidatos duplo do de lugares atribuídos aos seus nacionais.

Ao constituir-se o Comité ter-se-á em consideração a necessidade de assegurar uma representação adequada aos diferentes sectores da vida económica e social.

2. O Conselho consultará a Comissão, podendo obter o parecer das organizações europeias representativas dos diferentes sectores económicos e sociais interessados nas actividades da Comunidade.

Artigo 196º

O Comité designa, de entre os seus membros, o presidente e a mesa, por um período de dois anos.

O Comité estabelecerá o seu regulamento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho, o qual deliberará por unanimidade.

O Comité é convocado pelo presidente, a pedido do Conselho ou da Comissão.

Artigo 197º

O Comité compreende secções especializadas para os principais sectores abrangidos pelo presente Tratado.

O Comité inclui, nomeadamente, uma secção de agricultura e uma secção de transportes, que são objecto de disposições especiais previstas nos títulos relativos à agricultura e aos transportes.

O funcionamento das secções especializadas exercer-se-á no âmbito das competências gerais do Comité. As secções especializadas não podem ser consultadas independentemente do Comité.

Podem, por outro lado, ser instituídos, no seio do Comité, subcomités, chamados a elaborar projectos de pareceres a submeter à consideração do Comité sobre questões ou em domínios determinados.

O regulamento interno fixará as modalidades de composição e as normas de competência das secções especializadas e dos subcomités.

Artigo 198º

O Comité será obrigatoriamente consultado pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos no presente Tratado, podendo também ser consultado por estas instituições em todos os casos em que o considerem oportuno.

O Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixarão ao Comité, para apresentação do seu parecer, um prazo que não pode ser inferior a dez dias, contados a partir da data da comunicação enviada, para o efeito, ao presidente. Decorrido o prazo fixado, sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se do mesmo.

O parecer do Comité e o da secção especializada, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao Conselho e à Comissão.

TÍTULO II

Disposições financeiras

Artigo 199º

Todas as receitas e despesas da Comunidade, incluindo as relativas ao Fundo Social Europeu, devem ser objecto de previsões para cada ano financeiro e ser inscritas no orçamento.

As receitas e despesas do orçamento devem estar equilibradas.

Artigo 200º

1. As receitas do orçamento compreendem, sem prejuízo de outras receitas, as contribuições financeiras dos Estados-membros, fixadas de acordo com o seguinte critério de repartição :

Bélgica	7,9
Alemanha	28
França	28
Itália	28
Luxemburgo	0,2
Países Baixos.....	7,9

2. As contribuições financeiras dos Estados-membros destinadas a cobrir as despesas do Fundo Social Europeu serão, no entanto, fixadas de acordo com o seguinte critério de repartição :

Bélgica	8,8
Alemanha	32
França	32
Itália	20
Luxemburgo	0,2
Países Baixos	7

3. Os critérios de repartição podem ser modificados pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

Artigo 201º

A Comissão analisará as condições em que as contribuições financeiras dos Estados-membros, previstas no artigo 200º, podem ser substituídas por recursos próprios, designadamente por receitas provenientes da pauta aduaneira comum, logo que esta tenha sido definitivamente estabelecida.

Para o efeito, a Comissão submeterá propostas ao Conselho.

Após consulta da Assembleia sobre essas propostas, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aprovar disposições cuja adopção recomendará aos Estados-membros, em conformidade com as respectivas normas constitucionais.

Artigo 202º

Salvo disposição em contrário da regulamentação adoptada por força do artigo 209º, as despesas inscritas no orçamento são autorizadas para o período de um ano financeiro.

Os créditos que não tenham sido utilizados até ao final do ano financeiro, exceptuando os respeitantes às despesas de pessoal, podem transitar para o ano financeiro seguinte, e unicamente para esse, nas condições que serão fixadas em execução do artigo 209º.

Os créditos são especificados em capítulos, agrupando as despesas segundo a sua natureza ou destino, e subdivididos, quando necessário, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 209º.

As despesas da Assembleia, do Conselho, da Comissão e do Tribunal de Justiça são objecto de partes separadas do orçamento, sem prejuízo de um regime especial destinado a certas despesas comuns.

Artigo 203º

1. O ano financeiro tem início em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro.

2. Cada uma das instituições da Comunidade elaborará uma previsão das suas despesas. A Comissão reunirá essas previsões num anteprojecto de orçamento, juntando-lhe um parecer que pode incluir previsões divergentes.

A Comissão deve submeter à apreciação do Conselho o anteprojecto de orçamento, o mais tardar até 30 de Setembro do ano que antecede o da sua execução.

O Conselho consultará a Comissão e, se for caso disso, as outras instituições interessadas, sempre que pretenda afastar-se desse anteprojecto.

3. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, elaborará o projecto de orçamento, transmitindo-o, em seguida, à Assembleia.

O projecto de orçamento deve ser submetido à apreciação da Assembleia, o mais tardar até 31 de Outubro do ano que antecede o da sua execução.

A Assembleia tem o direito de propor ao Conselho alterações ao projecto de orçamento.

4. Se, no prazo de um mês após comunicação do projecto de orçamento, a Assembleia tiver dado a sua aprovação, ou não tiver transmitido o seu parecer ao Conselho, o projecto de orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado.

Se, dentro do mesmo prazo, a Assembleia tiver proposto quaisquer alterações, o projecto de orçamento assim alterado será transmitido ao Conselho.

Este discuti-lo-á com a Comissão e, se for caso disso, com as outras instituições interessadas e, deliberando por maioria qualificada, aprovará definitivamente o orçamento.

5. Para a aprovação da parte do orçamento relativa ao Fundo Social Europeu, atribui-se aos votos dos membros do Conselho a seguinte ponderação :

Bélgica	8
Alemanha	32
França	32
Itália	20
Luxemburgo	1
Países Baixos	7

As deliberações são tomadas se obtiverem pelo menos 67 votos.

Artigo 204º

Se, no início de um ano financeiro, o orçamento ainda não tiver sido votado, as despesas podem ser efectuadas mensalmente, por capítulo ou segundo outra subdivisão, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 209º, e até ao limite de um duodécimo dos créditos abertos no orçamento do ano financeiro anterior. Esta medida não pode ter por efeito colocar à disposição da Comissão créditos superiores ao duodécimo dos previstos no projecto de orçamento em preparação.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode, desde que se respeitem as outras condições previstas no primeiro parágrafo, autorizar despesas que excedam o referido duodécimo.

Em conformidade com os critérios de repartição adoptados no ano financeiro anterior, os Estados-membros todos os meses depositarão, a título de provisão, as quantias necessárias para assegurar a execução do presente artigo.

Artigo 205º

A Comissão executará o orçamento, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 209º, sob a sua própria responsabilidade e até ao limite dos créditos concedidos.

A regulamentação deve prever normas específicas segundo as quais cada instituição participará na execução das suas despesas próprias.

Dentro do orçamento, e nos limites e condições fixadas pela regulamentação adoptada por força do artigo 209º, a Comissão pode proceder a transferências de créditos, quer de capítulo para capítulo, quer de subdivisão para subdivisão.

Artigo 206º

As contas da totalidade das receitas e despesas do orçamento serão examinadas por uma Comissão de Fiscalização, composta por revisores de contas que ofereçam todas as garantias de independência, e presidida por um deles. O Conselho, deliberando por unanimidade, fixará o número de revisores. Os revisores e o presidente da Comissão de Fiscalização são designados pelo Conselho, deliberando por unanimidade, por um período de cinco anos. A sua remuneração é fixada pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.

A fiscalização, que será feita com base em documentos e, se necessário, no próprio local, tem por fim verificar a legalidade e regularidade das receitas e despesas e garantir a boa gestão financeira. A Comissão de Fiscalização elaborará, após o encerramento de cada ano financeiro, um relatório que aprovará por maioria dos membros que a compõem.

A Comissão apresentará todos os anos ao Conselho e à Assembleia as contas do ano financeiro findo relativas às operações orçamentais, acompanhadas do relatório da Comissão de Fiscalização. A Comissão comunicá-lhes-á, além disso, um balanço financeiro que descreva o activo e passivo da Comunidade.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, dará quitação à Comissão quanto à execução do orçamento e comunicará a sua decisão à Assembleia.

Artigo 207º

O orçamento será elaborado na unidade de conta fixada em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 209º.

As contribuições financeiras previstas no nº 1 do artigo 200º serão postas à disposição da Comunidade pelos Estados-membros na sua moeda nacional.

Os saldos disponíveis dessas contribuições serão depositados nos tesouros dos Estados-membros ou nos organismos por eles designados. Enquanto durar esse depósito, os fundos depositados conservarão, em relação à unidade de conta referida no primeiro parágrafo, o valor correspondente à paridade em vigor no dia do depósito.

Estes saldos podem ser investidos em condições que serão objecto de acordos entre a Comissão e o Estado-membro interessado.

A regulamentação adoptada por força do artigo 209º estabelecerá as condições técnicas em que se efectuarão as operações financeiras relativas ao Fundo Social Europeu.

Artigo 208º

A Comissão, desde que informe do facto as autoridades competentes dos Estados-membros interessados, pode transferir para a moeda de um dos Estados-membros os haveres que detenha na moeda de outro Estado-membro, na medida em que se torne necessário utilizar tais haveres para os fins previstos no presente Tratado. A Comissão evitará, na medida do possível, proceder a tais transferências, caso detenha haveres disponíveis ou realizáveis nas moedas de que necessita.

A Comissão tratará com cada um dos Estados-membros por intermédio da autoridade por este designada. Na execução das operações financeiras, a Comissão recorrerá ao Banco emissor do Estado-membro interessado ou a qualquer outra instituição financeira por este aprovada.

Artigo 209º

O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão :

- a) Adopta a regulamentação financeira que estabeleça especificadamente as modalidades relativas à elaboração e execução do orçamento e à prestação e fiscalização das contas;

- b) Fixa as modalidades e o processo segundo os quais as contribuições dos Estados-membros devem ser postas à disposição da Comissão;
- c) Determina as regras e organiza a fiscalização da responsabilidade dos ordenadores e contabilistas.

PARTE VI

Disposições gerais e finais

Artigo 210º

A Comunidade tem personalidade jurídica.

Artigo 211º

Em cada um dos Estados-membros a Comunidade goza da mais ampla capacidade jurídica reconhecida às pessoas colectivas pelas legislações nacionais, podendo, designadamente, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis e estar em juízo. Para o efeito, é representada pela Comissão.

Artigo 212º

O Conselho, deliberando por unanimidade, estabelecerá, em colaboração com a Comissão, e após consulta das outras instituições interessadas, o estatuto dos funcionários e o regime aplicável aos outros agentes da Comunidade.

Decorridos quatro anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta das outras instituições interessadas, pode modificar os referidos estatuto e regime.

Artigo 213º

Para o desempenho das funções que lhe são confiadas, a Comissão pode recolher todas as informações e proceder a todas as verificações necessárias, dentro dos limites e condições fixadas pelo Conselho, nos termos do pre-

sente Tratado.

Artigo 214º

Os membros das instituições da Comunidade, os membros dos Comités, bem como os funcionários e agentes da Comunidade são obrigados, mesmo após a cessação das suas funções, a não divulgar as informações que, por sua natureza, estejam abrangidas pelo segredo profissional, designadamente as respeitantes às empresas e respectivas relações comerciais ou elementos dos seus preços de custo.

Artigo 215º

A responsabilidade contratual da Comunidade é regulada pela lei aplicável ao contrato em causa.

Em matéria de responsabilidade extracontratual, a Comunidade deve indemnizar, em conformidade com os princípios gerais comuns aos direitos dos Estados-membros, os danos causados pelas suas instituições ou pelos seus agentes no exercício das suas funções.

A responsabilidade pessoal dos agentes perante a Comunidade é regulada pelas disposições do respectivo estatuto ou do regime que lhes é aplicável.

Artigo 216º

A sede das instituições da Comunidade será fixada, de comum acordo, pelos governos dos Estados-membros.

Artigo 217º

O regime linguístico das instituições da Comunidade será fixado, sem prejuízo das disposições previstas no regulamento do Tribunal de Justiça, pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

Artigo 218º

A Comunidade goza, nos territórios dos Estados-membros, das imunidades e privilégios necessários ao cumprimento da sua missão, nas condições definidas em Protocolo separado.

Artigo 219º

Os Estados-membros comprometem-se a não submeter qualquer diferendo relativo à interpretação ou aplicação do presente Tratado a um modo de resolução diverso dos que nele estão previstos.

Artigo 220º

Os Estados-membros entabularão entre si, sempre que necessário, negociações destinadas a garantir, em benefício dos seus nacionais:

- a protecção das pessoas, bem como o gozo e a protecção dos direitos, nas mesmas condições que as concedidas por cada Estado aos seus próprios nacionais;
- a eliminação da dupla tributação na Comunidade;
- o reconhecimento mútuo das sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 58º, a manutenção da personalidade jurídica em caso de transferência da sede de um país para outro e a possibilidade de fusão de sociedades sujeitas a legislações nacionais diferentes;
- a simplificação das formalidades a que se encontram subordinados o reconhecimento e a execução recíprocos tanto das decisões judiciais como das decisões arbitrais.

Artigo 221º

No prazo de três anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, os Estados-membros concederão aos nacionais dos outros Estados-membros o mesmo tratamento que aos seus próprios nacionais, no que diz respeito à participação financeira daqueles no capital das sociedades, na acepção do artigo 58º, sem prejuízo da aplicação das outras disposições

do presente Tratado.

Artigo 222º

O presente Tratado em nada prejudica o regime da propriedade nos Estados-membros.

Artigo 223º

1. As disposições do presente Tratado não prejudicam a aplicação das seguintes regras :

- a) Nenhum Estado-membro é obrigado a fornecer informações cuja divulgação considere contrária aos interesses essenciais da sua própria segurança;
- b) Qualquer Estado-membro pode tomar as medidas que considere necessárias à protecção dos interesses essenciais da sua segurança e que estejam relacionadas com a produção ou o comércio de armas, munições e material de guerra; tais medidas não devem alterar as condições de concorrência no mercado comum no que diz respeito aos produtos não destinados a fins especificamente militares.

2. Durante o primeiro ano após a entrada em vigor do presente Tratado, o Conselho, deliberando por unanimidade, fixará a lista dos produtos a que se aplica o disposto no nº. 1, alínea b).

3. O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, pode introduzir modificações nesta lista.

Artigo 224º

Os Estados-membros procederão a consultas recíprocas tendo em vista estabelecer de comum acordo as providências necessárias para evitar que o funcionamento do mercado comum seja afectado pelas medidas que qualquer Estado-membro possa ser levado a tomar em caso de graves perturbações internas que afectem a ordem pública, em caso de guerra ou de tensão internacional grave que constitua ameaça de guerra, ou para fazer face a compromissos assumidos por esse Estado para a manutenção da paz e da segurança internacional.

Artigo 225º

Se as medidas tomadas nos casos previstos nos artigos 223º. e 224º. tiverem por efeito falsear as condições de concorrência no mercado comum, a Comissão analisará com o Estado interessado as condições em que tais medidas podem ser adaptadas às disposições constantes do presente Tratado.

Em derrogação do processo previsto nos artigos 169º e 170º, a Comissão ou qualquer Estado-membro podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerarem que outro Estado-membro está a fazer utilização abusiva das faculdades previstas nos artigos 223º e 224º. O Tribunal de Justiça decide à porta fechada.

Artigo 226º

1. Durante o período de transição, em caso de graves dificuldades susceptíveis de persistirem num sector da actividade económica, assim como de dificuldades que possam determinar grave deterioração de uma situação económica regional, qualquer Estado-membro pode pedir que lhe seja autorizado tomar medidas de protecção que permitam reequilibrar a situação e adaptar o sector em causa à economia do mercado comum.

2. A pedido do Estado interessado, a Comissão, mediante processo de urgência, estabelecerá sem demora as medidas de protecção que considerar necessárias, especificando as condições e modalidades da sua aplicação.

3. As medidas autorizadas nos termos do nº 2 podem comportar derrogações às normas do presente Tratado, até ao limite e durante os prazos estritamente necessários para atingir os fins previstos no nº. 1. Devem escolher-se prioritariamente as medidas que impliquem o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado comum.

Artigo 227º

1. O presente Tratado é aplicável ao Reino da Bélgica, à República Federal da Alemanha, à República Francesa, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo e ao Reino dos Países Baixos.

2. No que diz respeito à Argélia e aos departamentos franceses ultramarinos, as disposições especiais e gerais do presente Tratado relativas :

- à livre circulação de mercadorias ;
- à agricultura, salvo o disposto no nº 4 do artigo 40º;
- à liberalização dos serviços;
- às regras de concorrência;
- às medidas de protecção previstas nos artigos 108º, 109º e 226º,
- às instituições;

são aplicáveis a partir da entrada em vigor do presente Tratado.

As condições de aplicação das outras disposições do presente Tratado serão determinadas o mais tardar dois anos após a sua entrada em vigor, por meio de decisões do Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão.

As instituições da Comunidade velarão por que, no âmbito dos procedimentos previstos no presente Tratado, e, designadamente, no artigo 226º, se torne possível o desenvolvimento económico e social dessas regiões.

3. O regime especial de associação definido na parte IV do presente Tratado é aplicável aos países e territórios ultramarinos, cuja lista consta do Anexo IV deste Tratado.

4. As disposições do presente Tratado são aplicáveis aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-membro.

Artigo 228º

1. Sempre que as disposições do presente Tratado prevejam a conclusão de acordos entre a Comunidade e um ou mais Estados ou uma organização internacional, esses acordos serão negociados pela Comissão. Sem prejuízo da competência que, neste domínio, cabe à Comissão, tais acordos serão concluídos pelo Conselho, após consulta da Assembleia, nos casos previstos no presente Tratado.

O Conselho, a Comissão ou qualquer Estado-membro podem obter previamente

o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade do projecto de acordo com as disposições do presente Tratado. Se tal parecer for desfavorável, o acordo só pode entrar em vigor nos termos do artigo 236º.

2. Os acordos concluídos nestas condições são vinculativos para as instituições da Comunidade e para os Estados-membros.

Artigo 229º

Cabe à Comissão assegurar todas as ligações úteis com os órgãos das Nações Unidas, das suas agências especializadas e do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio.

A Comissão assegurará, além disso, com todas as organizações internacionais, as ligações que considere oportunas.

Artigo 230º

A Comunidade estabelecerá todas as formas úteis de cooperação com o Conselho da Europa.

Artigo 231º

A Comunidade estabelecerá com a Organização Europeia de Cooperação Económica uma estreita colaboração, cujas modalidades serão fixadas de comum acordo.

Artigo 232º

1. As disposições do presente Tratado não alteram as do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, designadamente no que diz respeito aos direitos e obrigações dos Estados-membros, aos poderes das instituições dessa Comunidade e às regras fixadas por esse Tratado para o funcionamento do mercado comum do carvão e do aço.

2. As disposições do presente Tratado não prejudicam as do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Artigo 233º

As disposições do presente Tratado não constituem obstáculo à existência e aperfeiçoamento das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam atingidos pela aplicação do presente Tratado.

Artigo 234º

As disposições do presente Tratado não prejudicam os direitos e obrigações decorrentes de convenções concluídas antes da entrada em vigor do presente Tratado, entre um ou mais Estados-membros, por um lado, e um ou mais Estados terceiros, por outro.

Na medida em que tais convenções não sejam compatíveis com o presente Tratado, o Estado ou os Estados-membros em causa recorrerão a todos os meios adequados para eliminar as incompatibilidades verificadas. Caso seja necessário, os Estados-membros auxiliar-se-ão mutuamente para atingir essa finalidade, adoptando, se for caso disso, uma atitude comum.

Ao aplicar as convenções referidas no primeiro parágrafo, os Estados-membros terão em conta o facto de que as vantagens concedidas no presente Tratado por cada um dos Estados-membros fazem parte integrante do estabelecimento da Comunidade, estando, por conseguinte, inseparavelmente ligadas à criação de instituições comuns, à atribuição de competências em seu favor e à concessão das mesmas vantagens por todos os outros Estados-membros.

Artigo 235º

Se uma acção da Comunidade for considerada necessária para atingir, no curso de funcionamento do mercado comum, um dos objectivos da Comunidade, sem que o presente Tratado tenha previsto os poderes de acção necessários para o efeito, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta da Assembleia, adoptará as disposições adequadas.

Artigo 236º

O governo de qualquer Estado-membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão do presente Tratado.

Se o Conselho, após consulta da Assembleia, e, se for caso disso, da Comissão, formular parecer favorável à realização de uma conferência de representantes dos governos dos Estados-membros, esta será convocada pelo presidente do Conselho, a fim de decidir, de comum acordo, as alterações a introduzir no presente Tratado.

As alterações entrarão em vigor após terem sido ratificadas por todos os Estados-membros, em conformidade com as respectivas normas constitucionais.

Artigo 237º

Qualquer Estado europeu pode pedir para se tornar membro da Comunidade. Para o efeito, dirigirá o seu pedido ao Conselho, o qual, depois de ter obtido o parecer da Comissão, se pronunciará por unanimidade.

As condições de admissão e as adaptações do presente Tratado dela decorrentes serão objecto de um acordo entre os Estados-membros e o Estado peticionário. Tal acordo será submetido à ratificação de todos os Estados contratantes, em conformidade com as respectivas normas constitucionais.

Artigo 238º

A Comunidade pode concluir com qualquer Estado terceiro, união de Estados ou organização internacional, acordos destinados a criar uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocas, acções em comum e procedimentos especiais.

Tais acordos são concluídos pelo Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta da Assembleia.

Quando esses acordos implicarem alterações ao presente Tratado, estas devem ser previamente adoptadas de acordo com o processo previsto no artigo 236º.

Artigo 239Q

Os Protocolos que, de comum acordo entre os Estados-membros, forem anexados ao presente Tratado, fazem dele parte integrante.

Artigo 240Q

O presente Tratado tem vigência ilimitada.

Instalação das instituições

Artigo 241Q

O Conselho reunir-se-á no prazo de um mês a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 242Q

O Conselho tomará todas as medidas adequadas à instalação do Comité Económico e Social, no prazo de três meses a contar da data da sua primeira reunião.

Artigo 243Q

No prazo de dois meses a contar da data da primeira reunião do Conselho e por convocação do seu presidente, a Assembleia reunir-se-á para eleger a mesa e elaborar o seu regulamento interno. Até à eleição da mesa, a Assembleia será presidida pelo decano.

Artigo 244Q

O Tribunal de Justiça entrará em funções a partir da nomeação dos seus membros. A primeira designação do presidente será feita por um período de três anos, nas mesmas condições que as dos restantes membros.

O Tribunal de Justiça estabelecerá o seu regulamento processual no prazo de três meses a contar da data da sua entrada em funções.

Só pode recorrer-se ao Tribunal de Justiça a partir da publicação desse regulamento. Os prazos para introdução de recursos só começam a correr a partir dessa data.

A partir da sua nomeação, o presidente do Tribunal de Justiça exercerá as atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado.

Artigo 245º

A Comissão entrará em funções e assumirá as responsabilidades que lhe são confiadas pelo presente Tratado, a partir da nomeação dos seus membros.

A partir da sua entrada em funções, a Comissão elaborará os estudos e estabelecerá os contactos necessários à elaboração de uma perspectiva de conjunto da situação económica da Comunidade.

Artigo 246º

1. O primeiro ano financeiro tem início na data da entrada em vigor do presente Tratado e termina em 31 de Dezembro seguinte. Este ano financeiro prolongar-se-á, todavia, até 31 de Dezembro do ano seguinte ao da entrada em vigor do presente Tratado, se esta se verificar no decurso do segundo semestre.

2. Enquanto não for aprovado o orçamento aplicável no primeiro ano financeiro, os Estados-membros farão à Comunidade adiantamentos sem juros que serão deduzidos das contribuições financeiras destinadas à execução desse orçamento.

3. Enquanto não forem estabelecidos o estatuto dos funcionários e o regime aplicável aos outros agentes da Comunidade, previstos no artigo 212º, cada instituição recrutará o pessoal necessário e celebrará, para o efeito, contratos a prazo.

Cada instituição analisará com o Conselho as questões relativas ao número, remuneração e distribuição dos empregos.

Disposições finais

Artigo 247º

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes em conformidade com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.

O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que tiver procedido a esta formalidade em último lugar. Todavia, se esse depósito se efectuar menos de quinze dias antes do início do mês seguinte, a entrada em vigor do Tratado será adiada para o primeiro dia do segundo mês seguinte à data desse depósito.

Artigo 248º

O presente Tratado, redigido num único exemplar, em língua alemã, francesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer dos quatro textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Tratado.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P.H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J.CH. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

A N E X O S

ANEXO I

Listas A a G

previstas nos artigos 19º e 20º do Tratado

Lista A

Lista das posições pautais relativamente às quais o cálculo da média aritmética deve ser efectuada tendo em conta o direito mencionado na coluna 3

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Direitos (em %) a tomar em consideração para a França
1	2	3
ex 15.10	Óleos ácidos de refinação	18
15.11	Glicerina, compreendendo as águas e lixívias, glicéricas :	
	- em bruto	6
	- depuradas	10
19.04	Tapioca compreendendo a de fécula de batata	45
ex 28.28	Pentóxido de vanádio	15
ex 28.37	Sulfito de sódio neutro	20
ex 28.52	Cloreto de cério; sulfato de cério	20
ex 29.01	Hidrocarbonetos aromáticos :	
	- Xilenos :	
	- misturas de isómeros	20
	- ortoxileno, metaxileno, paraxileno	25
	- Estireno monómero	20
	- Cumeno (isopropilbenzeno)	25
ex 29.02	Diclorometano	20
	Cloreto de vinilideno monómero	25
ex 29.03	Paratolueno sulfocloreto	15
ex 29.15	Tereftalato de dimetilo	30
ex 29.22	Etilenodiamina e seus sais	20
ex 29.23	Amino-aldeídos cíclicos, amino-cetonas cíclicas e amino-quinonas, seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados, seus sais e seus ésteres	25
ex 29.25	Homoveratrilamina	25
29.28	Compostos diazóticos, azóicos ou azóxicos	25
ex 29.31	Dissulfureto de benzilo diclorado	25
ex 29.44	Antibióticos, com exclusão das penicilinas, da estreptomicina, da cloromicina, e seus sais e da aureomicina	15
ex 30.02	Vacinas antiaftosas, culturas de micro-organismos destinadas ao seu fabrico; soros e vacinas contra a peste suína	15
ex 30.03	Sarcomicina	18
ex 31.02	Adubos, minerais ou químicos azotados, compostos	20
ex 31.03	Adubos, minerais ou químicos, fosfatados :	
	- simples :	
	- superfosfatos :	
	- de ossos	10
	- outros	12
	- Misturados	7
ex 31.04	Adubos, minerais ou químicos, potássicos, misturados	7
ex 31.05	Outros adubos, compreendendo os adubos compostos e os adubos complexos :	
	- Fosfonitratos e fosfatos amonopotássicos	10
	- Outros, com exclusão dos adubos orgânicos dissolvidos	7
	Adubos em comprimidos, pastilhas e outras formas similares, ou em embalagens de peso bruto não superior a 10 Kg	15
ex 32.07	Magnetite natural finamente moída, dos tipos usados para servirem de pigmentos e destinados exclusivamente à lavagem do carvão	25
ex 37.02	Felículas sensibilizadas, não impressiadas, perfuradas :	
	- para imagens monocromáticas, positivas, importadas em jogos de três unidades não utilizáveis em separado e destinadas a servir de suporte a um filme policromático	30

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Direitos (em %) a tomar em consideração para a França
1	2	3
	- para imagens policromáticas de comprimento superior a 100 metros	20
ex 39.02	Cloreto de polivinilideno; butiral em folhas	20
ex 39.03	Ésteres de celulose, com exclusão dos nitratos e acetatos	20
	Matérias plásticas à base de ésteres de celulose (excepto nitratos ou acetatos)	15
	Matérias plásticas à base de ésteres e outros derivados químicos da celulose....	30
ex 39.06	Ácido algínico, seus sais e seus ésteres, no estado seco	20
ex 48.01	Papel e cartão, de fabrico mecânico :	
	- Papel e cartão <u>Kraft</u>	25
	- Outros, obtidos por processos de fabrico contínuo, com duas ou mais passagens, com interior em papel <u>Kraft</u>	25
48.04	Papel e cartão simplesmente reunidos por colagem, não impregnados nem revestidos na superfície, mesmo reforçados interiormente, em rolos ou em folhas	25
ex 48.05	Papel e cartão simplesmente canelados	25
	Papel e cartão <u>Kraft</u> simplesmente encrespados ou pregueados	25
ex 48.07	Papel e cartão <u>Kraft</u> engomados	25
ex 51.01	Fios de fibras têxteis artificiais contínuas, simples, sem torção ou com torção inferior a 400 voltas	20
ex 55.05	Fios de algodão, retorcidos, excepto os de fantasia, crus, medindo por quilo, em fios simples, 337, 500 m ou mais	20
ex 57.07	Fios de caíro	18
ex 58.01	Tapetes com pontos de nó ou envolvimento, de seda, de borra de seda(schappe), de fibras sintéticas, de fios do nº 52.01, de fios metálicos, de lã ou de pêlos finos	80
ex 59.04	Fios de caíro retorcidos	18
ex 71.04	Pó de diamante	10
ex 84.10	Corpos de bombas de aço inoxidável, de metais leves ou das respectivas ligas, para motores de êmbolos destinados a aeronaves.....	15
ex 84.11	Corpos de bombas ou de compressores em aço não inoxidável, de metais leves ou das respectivas ligas, para motores de êmbolos destinados a aeronaves	15
ex 84.37	Teares para tule, renda e guipura	10
	Teares para bordados, com exclusão de máquinas de tirar fios e de coser os abertos obtidos	10
ex 84.38	Aparelhos e máquinas auxiliares de teares para tule, renda e guipura :	
	- Máquinas de armar carros (<u>chariots</u>).....	10
	- Máquinas <u>Jacquard</u>	18
	Aparelhos e máquinas auxiliares de teares para bordados :	
	- Automáticos	18
	- Máquinas perfuradoras e copiadoras de cartões, teares de controlo, máquinas de trabalhar casulos	10
	Acessórios e peças separadas de teares para tule, renda, guipura e para os respectivos aparelhos e máquinas auxiliares:	
	- Carros (<u>chariots</u>), bobinas, cavaletes e liços para teares rectilíneos, batentes (seus discos e facas), fusos completos e peças separadas de batentes e fusos para teares circulares	10
	Acessórios e peças separadas de teares para bordados e para os respectivos aparelhos e máquinas auxiliares :	

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Direitos (em %) a tomar em consideração para a França
1	2	3
ex 84.59	- Lançadeiras, caixas de lançadeiras compreendendo as suas placas; agrafos.....	10
	Bobinadores destinados a enrolar fios condutores e bandas isoladoras ou protectoras para o fabrico dos enrolamentos e bobinagens eléctricas	23
ex 84.63	Motores de arranque, destinados a aeronaves, de ligação directa ou de inércia ...	25
ex 85.08	Cambotas para motores de êmbolos destinados a aeronaves	10
	Motores de arranque destinados a aeronaves.....	20
	Magnetos compreendendo os dínamos-magnetos destinados a aeronaves	25
88.01	Aeróstatos	25
ex 88.03	Partes e peças separadas destinadas a aeróstatos.....	25
88.04	Pára-quedas e respectivas partes, peças separadas e acessórios	12
88.05	Catapultas e outros aparelhos de lançamento semelhantes, respectivas partes e peças separadas	15
	Aparelhos de treino de voo, em terra, respectivas partes e peças separadas	20
ex 90.14	Instrumentos e aparelhos de navegação aérea	18
ex 92.10	Mecanismos e teclados (comportando 85 notas ou mais) para pianos	30

Lista B
Lista das posições pautais
relativamente às quais os direitos da pauta aduaneira comum não
podem ultrapassar 3%

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 5	
05.01	
05.02	
05.03	
05.05	
05.06	
ex 05.07	Penas, peles e outras partes de aves revestidas de penas ou penugem, em bruto (excepto as penas para enchimento e a penugem, em bruto).
05.09	
a	
05.12	
ex 05.13	Esponjas naturais, em bruto.
Capítulo 13	
13.01	
13.02	
Capítulo 14	
14.01	
a	
14.05	
Capítulo 25	
25.02	
ex 25.04	Grafite natural, não acondicionada para venda a retalho.
25.05	
25.06	
ex 25.07	Argilas (excepto o caulino) com exclusão das argilas expandidas do nº 68.07, andalusite, cianite, mesmo calcinadas; mulite; terra de <u>chamotte</u> e terra de <u>dinas</u> .
ex 25.08	Cré, não acondicionado para venda a retalho.
ex 25.09	Terras corantes, não calcinadas nem misturadas; óxidos de ferro, micáceos naturais.
25.10	
25.11	
ex 25.12	Terra de infusórios, farinhas siliciosas fósseis e outras terras siliciosas análogas (<u>kieselgur</u> , tripolite, diatomite, etc.) de densidade aparente inferior ou igual a 1, mesmo calcinadas, não acondicionadas para venda a retalho.
ex 25.13	Pedra-pomes, esmeril, corindo natural e outros abrasivos naturais, não acondicionados para a venda a retalho.
25.14	
ex 25.17	Silex; pedra britada, macadame e tarmacadame, cascalho e saibro dos tipos geralmente usados para empedramento das estradas e das vias férreas, balastros, betão; calhaus rolados.
ex 25.18	Dolomite, em bruto, desbastada ou simplesmente serrada.
25.20	
25.21	
25.24	
25.25	
25.26	
ex 25.27	Esteatite natural, em bruto, desbastada ou simplesmente serrada: talco, excepto as embalagens com um conteúdo líquido de 1 Kg ou menos.
25.28	
25.29	
25.31	
25.32	

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 26 ex 26.01	Minérios metalúrgicos, mesmo concentrados, com exclusão do minério de chumbo, do minério de zinco e dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites).
26.02	
ex 26.03	Cinzas e resíduos (excepto os do nº 26.02), que contenham metal ou compostos metálicos, com exclusão dos que contenham zinco.
26.04	
Capítulo 27	
27.03	
ex 27.04	Coque e semicoque, de hulha, destinados ao fabrico de eléctrodos e coque de turfa.
27.05	
27.05 bis	
27.06	
ex 27.13	Ozocerite, cera de lignite e cera de turfa, em bruto.
27.15	
27.17	
Capítulo 31	
31.01	
ex 31.02	Nitrato de sódio natural.
Capítulo 40	
40.01	
40.03	
40.04	
Capítulo 41	
41.09	
Capítulo 43	
43.01	
Capítulo 44	
44.01	
Capítulo 47	
47.02	
Capítulo 50	
50.01	
Capítulo 53	
53.01	
53.02	
53.03	
53.05	
Capítulo 55	
ex 55.02	<u>Linters</u> de algodão, com exclusão dos <u>linters</u> em bruto.
55.04	
Capítulo 57	
57.04	
Capítulo 63	
63.02	
Capítulo 70	
ex 70.01	Fragmentos e outros desperdícios de vidro.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 71 ex 71.01 ex 71.02 71.04 71.11 Capítulo 77 ex 77.04	Pérolas naturais em bruto. Gemas em bruto. Berílio (glucínio) em bruto.

Lista C
Lista das posições pautais
relativamente às quais os direitos da pauta aduaneira comum
não podem ultrapassar 10 %

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 5 ex 05.07 05.14	Penas, peles e outras partes de aves revestidas de penas ou penugem, que não sejam em bruto.
Capítulo 13 ex 13.03	Sucos e extractos vegetais; ágar-ágar e outros produtos mucilaginosos e espessantes naturais, extraídos dos vegetais (com exclusão da pectina).
Capítulo 15 ex 15.04 15.05 15.06 15.09 15.11 15.14	Gorduras e óleos, mesmo refinados, de peixe e de mamíferos marinhos, (com exclusão do óleo de baleia).
Capítulo 25 ex 25.09 ex 25.15	Terras corantes, calcinadas ou misturadas. Mármore, travertino, granito belga e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção, de densidade aparente superior ou igual a 2,5 e alabastro, simplesmente serrados e com espessura igual ou inferior a 25 cm.
ex 25.16	Granito, pórfiro, basalto, grés e outras pedras de cantaria ou de construção, simplesmente serrados e com espessura igual ou inferior a 25 cm.
ex 25.17	Grânulos, lascas e pó das pedras dos n.ºs 25.15 e 25.16.
ex 25.18 25.22 25.23	Dolomite, fritada ou calcinada; adobe de dolomite.
Capítulo 27 ex 27.07 27.08 ex 27.13 ex 27.14	Óleos e outros produtos provenientes da destilação dos alcatrões da hulha a alta temperatura e produtos análogos, com exclusão dos fenóis, cresóis e xilenóis. Ozocerite, cera de lignite e cera de turfa, que não sejam em bruto. Betume de petróleo e outros resíduos dos óleos de petróleo ou de minerais betuminosos com exclusão do coque de petróleo.
27.16	
Capítulo 30 ex 30.01	Glândulas e outros órgãos para usos opoterápicos, secos, mesmo pulverizados.
Capítulo 32 ex 32.01 32.02 32.03 32.04	Extractos tanantes de origem vegetal, com exclusão dos extractos de mimosa e de quebracho.
Capítulo 33 ex 33.01 33.02 33.03 33.04	Óleos essenciais (deterpenizados ou não), líquidos ou concretos, com exclusão dos óleos essenciais de citrinos; resínoides.
Capítulo 38 38.01 38.02 38.04	

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
38.05	
38.06	
ex 38.07	Essência de terebintina; essência proveniente do fabrico da pasta de papel pelo processo do sulfato, em bruto; dipenteno em bruto.
38.08	
38.10	
Capítulo 40	
40.05	
ex 40.07	Fios têxteis impregnados ou revestidos de borracha vulcanizada.
40.15	
Capítulo 41	
41.02	
ex 41.03	Peles de ovinos, trabalhadas depois de curtidas.
ex 41.04	Peles de caprinos, trabalhadas depois de curtidas.
41.05	
41.06	
41.07	
41.10	
Capítulo 43	
43.02	
Capítulo 44	
44.06	
a	
44.13	
44.16	
44.17	
44.18	
Capítulo 48	
ex 48.01	Papel de jornal apresentado em bobinas.
Capítulo 50	
50.06	
50.08	
Capítulo 52	
52.01	
Capítulo 53	
53.06	
a	
53.09	
Capítulo 54	
54.03	
Capítulo 55	
55.05	
Capítulo 57	
ex 57.05	Fios de cânhamo, não acondicionados para venda a retalho.
ex 57.06	Fios de juta, não acondicionados para venda a retalho.
ex 57.07	Fios de outras fibras têxteis vegetais, não acondicionados para venda a retalho.
ex 57.08	Fios de papel, não acondicionados para venda a retalho.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 68	
68.01	
68.03	
68.08	
ex 68.10	Materiais de construção de gesso ou de composições à base de gesso.
ex 68.11	Materiais de construção de cimento, de betão ou de pedra artificial, mesmo reforçados, compreendendo os de cimento de escórias ou de "marmorite".
ex 68.12	Materiais de construção de amianto-cimento, celulose-cimento e de produtos semelhantes.
ex 68.13	Amianto trabalhado; misturas à base de amianto ou à base de amianto e carbonato de magnésio.
Capítulo 69	
69.01	
69.02	
69.04	
69.05	
Capítulo 70	
ex 70.01	Vidro em blocos e formas semelhantes (com exclusão do vidro de óptica).
70.02	
70.03	
70.04	
70.05	
70.06	
70.16	
Capítulo 71	
ex 71.05	Prata e suas ligas, em bruto.
ex 71.06	Metais chapeados de prata, em bruto.
ex 71.07	Ouro e suas ligas, em bruto.
ex 71.08	Metais comuns ou prata chapeados de ouro, em bruto.
ex 71.09	Platina e metais da mina da platina e respectivas ligas, em bruto.
ex 71.10	Metais, comuns ou preciosos, chapeados de platina ou de metais da mina da platina, em bruto.
Capítulo 73	
73.04	
73.05	
ex 73.07	Ferro macio e aço em <u>blooms</u> , billetes, <u>brames</u> e <u>largets</u> (com exclusão dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço); ferro macio e aço simplesmente desbastados à forja ou por martelagem (esboços de forja).
ex 73.10	Barras de ferro macio ou de aço, laminadas ou obtidas por extrusão, a quente, ou forjadas (compreendendo o fio-máquina); barras de ferro macio ou de aço, obtidas ou completamente acabadas a frio; barras ocas de aço para perfuração de minas (com exclusão dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
ex 73.11	Perfis de ferro macio ou de aço, laminados ou obtidos por extrusão, a quente, forjados ou ainda obtidos ou completamente acabados a frio. Estacas-pranchas de ferro macio ou de aço, mesmo perfuradas ou formadas por elementos reunidos (com exclusão dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
ex 73.12	Arco de ferro macio ou de aço, laminado a quente ou a frio (com exclusão dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
ex 73.13	Chapa de ferro macio ou de aço, laminada a quente ou frio (com exclusão dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
73.14	
ex 73.15	Aços especiais e aço fino ao carbono nos estados a que se referem os n.ºs. 73.06 a 73.14 inclusive (com exclusão dos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
Capítulo 74	
74.03	
74.04	
ex 74.05	Folhas e tiras finas de cobre, mesmo gofradas, recortadas, perfuradas, revestidas ou estampadas (com exclusão das que se encontrem fixadas em suporte).
ex 74.06	Pó de cobre (excepto o impalpável).
Capítulo 75	
75.02	
75.03	
ex 75.05	Ânodos para niquelagem, em bruto, obtidos por fundição.
Capítulo 76	
76.02	
76.03	
ex 76.04	Folhas e tiras finas de alumínio, mesmo gofradas, recortadas, perfuradas, revestidas ou estampadas (com exclusão das que se encontrem fixadas em suporte).
ex 76.05	Pó de alumínio (excepto o impalpável).
Capítulo 77	
ex 77.02	Magnésio em barras, perfis, fios, chapas, folhas, tiras e aparas calibradas; pó de magnésio (excepto o impalpável).
ex 77.04	Berílio (glucínio) em barras, perfis, fios, chapas, folhas e tiras.
Capítulo 78	
78.02	
78.03	
ex 78.04	Folhas e tiras finas de chumbo, mesmo gofradas, recortadas, perfuradas, revestidas ou estampadas (com exclusão das que se encontrem fixadas em suporte).
Capítulo 79	
79.02	
79.03	
Capítulo 80	
80.02	
80.03	
ex 80.04	Folhas e tiras finas de estanho, mesmo gofradas, recortadas, perfuradas, revestidas ou estampadas (com exclusão das que se encontrem fixadas em suporte).
Capítulo 81	
ex 81.01	Tungsténio (volfrâmio) em barras, perfis, chapas, folhas, tiras, fios, filamentos.
ex 81.02	Molibdeno em barras, perfis, chapas, folhas, tiras, fios, filamentos.
ex 81.03	Tântalo em barras, perfis, chapas, folhas, tiras, fios, filamentos.
ex 81.04	Outros metais comuns em barras, perfis, chapas, folhas, tiras, fios, filamentos.
Capítulo 93	
ex 93.06	Esboços de coronhas (de madeira).
Capítulo 95	
ex 95.01	
a	
95.07	Matérias para talhe em chapas, folhas, varetas, tubos e formas similares, não polidas nem de outra forma trabalhadas, provenientes de desbaste.
Capítulo 98	
ex 98.11	Esboços de cachimbos.

Lista D
Lista das posições pautais
relativamente às quais os direitos da pauta aduaneira comum
não podem ultrapassar 15 %

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioactivos, de metais das terras raras e de isótopos.
ex 28.01	Halogéneos (excepto o iodo em bruto e o bromo).
ex 28.04	Hidrogénio; gases raros; outros metalóides (excepto o selénio e o fósforo).
28.05	
a	
28.10	
ex 28.11	Anidrido arsenioso; ácido arsénico.
28.13	
a	
28.22	
28.24	
28.26	
a	
28.31	
ex 28.32	Cloratos (excepto o clorato de sódio e o clorato de potássio) e percloratos.
ex 28.34	Oxiiodetos e periodatos.
28.35	
a	
28.45	
28.47	
a	
28.58	

Lista E
Lista das posições pautais
relativamente às quais os direitos da pauta aduaneira comum
não podem ultrapassar 25 %

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 29	Produtos químicos orgânicos.
ex 29.01	Hidrocarbonetos (excepto o naftaleno).
29.02	
29.03	
ex 29.04	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrozados (excepto os álcoois butílicos e isobutílicos).
29.05	
ex 29.06	Fenóis (excepto o fenol, os cresóis e os xilénis) e fenóis-álcoois.
29.07	
a	
29.45	
Capítulo 32	
32.05	
32.06	
Capítulo 39	
39.01	
a	
39.06	

Lista F
Lista das posições pautais
relativamente às quais os direitos da pauta aduaneira comum
foram fixados de comum acordo

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Pauta aduaneira comum (taxa ad valorem em %)
1	2	3
ex 01.01	Gado cavalar destinado a abate	11
ex 01.02	Gado bovino (excepto os reprodutores de raça pura)(*).....	16
ex 01.03	Gado suíno (excepto os reprodutores de raça pura) (*)	16
ex 02.01	Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas:	
	- da espécie cavalar	16
	- da espécie bovina (*)	20
	- da espécie suína (*)	20
02.02	Aves de capoeira mortas e suas miudezas comestíveis (com exclusão dos fígados), frescas, refrigeradas ou congeladas	18
ex 02.06	Carne de cavalo, salgada ou seca	16
ex 03.01	Peixe fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado, de água doce:	
	- Trutas e outros salmonídeos	16
	- Outros	10
ex 03.03	Crustáceos e moluscos, compreendendo os bivalves (mesmo separados da concha ou da casca), frescos (vivos ou mortos), refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; crustáceos com casca, simplesmente cozidos:	
	- Lagostas e lavagantes	25
	- Caranguejos e camarões	18
	- Ostras	18
04.03	Manteiga	24
ex 04.05	Ovos de aves, com casca, frescos ou conservados:	
	- de 16 de Fevereiro a 31 de Agosto	12
	- de 1 de Setembro a 15 de Fevereiro	15
04.06	Mel natural	30
ex 05.07	Penas para enchimento e penugem, em bruto	0
05.08	Ossos, incluindo os de chifres, em bruto, desengordurados ou simplesmente prepa- rados (mas não cortados em forma determinada), acidulados ou degelatinados; pó e desperdícios destas matérias	0
ex 06.03	Flores e botões cortados para ramos ou para ornamentação, frescos:	
	- de 1 de Junho a 31 de Outubro	24
	- de 1 de Novembro a 31 de Maio	20
07.01	Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados:	
	- Cebolas, chalotas e alhos	12
	- Batata temporã:	
	- de 1 de Janeiro a 15 de Maio	15
	- de 16 de Maio a 30 de Junho	21
	- Outros (1)	
07.04	Produtos hortícolas dessecados, desidratados ou evaporados, mesmo cortados em pedaços ou fatias, ou ainda esmagados ou pulverizados, mas sem qualquer outro preparo:	
	- Cebolas.....	20
	- Outros	16

(*) Só se incluem os animais das espécies domésticas.

(1) Em princípio, a taxa será fixada a nível da média aritmética. Poderá ser efectuado um ajustamento eventual
aquando da fixação dos direitos sazonais no âmbito da política agrícola da Comunidade.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Pauta aduaneira comum (taxa ad valorem em %)
1	2	3
ex 07.05	Legumes de vagem secos, em grão, mesmo em película ou partidos:	
	- Ervilhas e feijão	10
ex 08.01	Bananas frescas	20
08.02	Citrinos frescos ou secos:	
	- Laranjas:	
	- de 15 de Março a 30 de Setembro	15
	- fora deste período	20
	- Mandarinas e clementinas	20
	- Limões	8
	- Toranjas	12
	- Outros	16
ex 08.04	Uvas frescas:	
	- de 1 de Novembro a 14 de Julho	18
	- de 15 de Julho a 31 de Outubro	22
08.06	Maçãs, pêras e marmelos, frescos (1)	
08.07	Frutas de caroço, frescas:	
	- Damascos	25
	- Outras (1)	
ex 08.12	Ameixas	18
ex 09.01	Café verde	16
10.01	Cereais (2)	
a		
10.07		
ex 11.01	Farinha de trigo (2)	
12.01	Sementes e frutos oleaginosos, mesmo em pedaços	0
ex 12.03	Sementes para sementeira (excepto as de beterraba)	10
12.06	Lúpulo (cones e lupulina)	12
15.15	Cera de abelhas e de outros insectos, mesmo corada artificialmente:	
	- em bruto	0
	- outra	10
15.16	Cera vegetal, mesmo corada artificialmente:	
	- Em bruto	0
	- Outra	8

(1) Em princípio, a taxa será fixada a nível da média aritmética. Poderá ser efectuado um ajustamento eventual aquando da fixação dos direitos sazonais no âmbito da política agrícola da Comunidade.

(2) a) Os direitos da pauta aduaneira comum sobre os cereais e a farinha de trigo serão fixados a nível da média aritmética dos direitos inscritos.

b) Até ao momento em que o regime a aplicar seja determinado no âmbito das medidas previstas no nº 2 do artigo 400, os Estados-membros podem, por derrogação às disposições do artigo 230, suspender a cobrança dos direitos sobre estes produtos.

c) No caso de a produção ou de a transformação de cereais e de farinha de trigo num Estado-membro estar gravemente ameaçada ou comprometida pela suspensão de direitos num outro Estado-membro, os Estados-membros interessados iniciarão negociações entre si. Se estas negociações não conduzirem a qualquer resultado, a Comissão pode autorizar o Estado lesado a tomar as medidas adequadas, cujas modalidades fixará, na medida em que a diferença de preço de custo não seja compensada pela existência de uma organização interna no mercado dos cereais do Estado-membro que pratica a suspensão.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Pauta aduaneira comum (taxa ad valorem em %)
1	2	3
ex 16.04	Preparados e conservas, de peixe:	
	- Salmonídeos	20
ex 16.05	Crustáceos, preparados ou em conserva	20
17.01	Açúcar de beterraba ou de cana, no estado sólido	80
18.01	Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	9
18.02	Cascas, peles, películas e outros resíduos de cacau	9
19.02	Preparados para a alimentação de crianças ou para usos dietéticos ou culinários, que tenham por base farinha, fécula ou extractos de malte, mesmo adicionados de cacau em proporção inferior a 50%, em peso	25
ex 20.02	Choucroute	20
21.07	Preparados alimentares não especificados nem compreendidos noutras posições.	25
22.04	Mosto de uvas parcialmente fermentado, mesmo amuado, excepto com álcool	40
23.01	Farinha e pó, impróprios para a alimentação humana:	
	- de carne e de miudezas; torresmos	4
	- de peixe, de crustáceos e de moluscos	5
24.01	Tabaco não manipulado; desperdícios de tabaco	30
ex 25.07	Caulino, silimanite	0
ex 25.15	Mármore, em bruto ou esquadriado, inclusive o serrado, com espessura superior a 25 cm	0
ex 25.16	Granito, pórfiro, basalto, grés e outras pedras de cantaria ou de construção, em bruto ou esquadriados, inclusive os serrados, com espessura superior a 25 cm	0
25.19	Carbonato de magnésio natural (magnesite), mesmo calcinado, com exclusão dos óxidos de magnésio	0
ex 25.27	Talco em embalagens com um conteúdo líquido de 1 Kg ou menos	8
ex 27.07	Fenóis, cresóis e xilénis, em bruto	3
27.09	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	0
ex 27.14	Coque de petróleo	0
28.03	Carbono (negro de gás de petróleo ou negro de carbono, negro de acetileno, negro antracénico, outros negros de fumo, etc.)	5
ex 28.04	Fósforo	15
	Selénio	0
28.23	Óxidos e hidróxidos, de ferro (compreendendo as terras corantes à base de óxido de ferro natural, que contenham 70% ou mais, em peso, de ferro combinado, expresso em Fe_2O_3)	10
28.25	Óxidos de titânio	15
ex 28.32	Cloratos de sódio e de potássio	10
ex 29.01	Hidrocarbonetos aromáticos:	
	- Naftaleno	8
ex 29.04	Álcool <i>tert</i> -butílico	8
ex 32.07	Branco de titânio	15
ex 33.01	Óleos essenciais de citrinos, desterpenizados ou não, líquidos ou concretos..	12
34.04	Ceras artificiais, compreendendo as solúveis na água; ceras preparadas não emulsionadas e sem solvente	12
ex 40.07	Fios e cordas, de borracha vulcanizada, mesmo revestidos de têxteis	15
41.01	Peles em bruto (frescas, salgadas, secas, tratadas pela cal e pelos ácidos), compreendendo as peles de ovinos com a sua lã	0

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos	Pauta aduaneira comum (taxa ad valorem em %)
1	2	3
ex 41.03	Peles de ovinos, simplesmente curtidas:	
	- de mestiços das Índias	0
	- outras	6
ex 41.04	Peles de caprinos, simplesmente curtidas:	
	- de cabras das Índias	0
	- outras	7
41.08	Couros e peles, envernizados ou metalizados	12
44.14	Folhas de placagem em madeira, serradas, cortadas ou desenroladas, de espessura igual ou inferior a 5 mm, mesmo reforçadas numa face com papel ou tecido ..	10
44.15	Madeira placada ou contraplacada, mesmo com a incorporação de outras matérias; madeira marchetada ou incrustada	15
53.04	Lã e pêlos (finos ou grosseiros), de trapos	0
54.01	Linho em bruto, macerado, espadelado ou assedado, penteado ou tratado por qualquer outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de linho (incluindo o linho de trapo).	0
54.02	Rami em bruto, descascado, desengomado, penteado ou tratado por outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de rami (incluindo o rami de trapo).....	0
55.01	Algodão em rama	0
ex 55.02	<u>Linters</u> de algodão, em bruto	0
55.03	Desperdícios de algodão (compreendendo o algodão de trapo), não penteados nem cardados	0
57.01	Cânhamo (<u>cannabis sativa</u>) em bruto, macerado, espadelado ou assedado, penteado ou tratado por qualquer outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de cânhamo (incluindo o cânhamo de trapo)	0
57.02	Abacã (cânhamo de Manila ou <u>Musa textilis</u>) em bruto, em filaça ou preparado, mas não fiado; estopa e desperdícios, de abacã (incluindo o abacã de trapo)...	0
57.03	Juta em bruto, descascada ou tratada de outra forma, mas não fiada; estopa e desperdícios, de juta (compreendendo os obtidos por desfibramento de trapos ou cordas)	0
74.01	Mate de cobre; cobre em bruto (cobre para afinação e cobre afinado); desperdícios e sucata, de cobre	0
74.02	Cupro-ligas	0
75.01	Mate, <u>speiss</u> e outros produtos intermédios da metalurgia do níquel; níquel em bruto (com exclusão dos ânodos do n.º 75.05); desperdícios e sucata, de níquel.	0
80.01	Estanho em bruto; desperdícios e sucata, de estanho	0
ex 85.08	Velas de ignição	18

Lista G
Lista das posições pautais
relativamente às quais os direitos da pauta aduaneira comum devem ser
objecto de uma negociação entre os Estados-membros

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
ex 03.01	Peixe do mar, fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado.
03.02	Peixe simplesmente salgado ou em salmoura, seco ou fumado.
04.04	Queijo e requeijão.
11.02	Grumos (<u>gruaux</u>), sémolas; grãos de cereais descascados, em pérola, partidos, esmagados ou em flocos, com exclusão do arroz descascado, glaciado, polido ou em trincas; germes de cereais, mesmo moídos.
11.07	Malte, mesmo torrado.
ex 15.01	Banha e outras gorduras de porco obtidas por expressão ou por fusão.
15.02	Sebo de bovinos, ovinos e caprinos, em bruto, ou obtidos por fusão, compreendendo os sebos de primeira expressão.
15.03	Estearina-solar; óleo-estearina; óleo de banha e óleo-margarina não emulsionada, sem qualquer mistura ou preparação.
ex 15.04	Óleo de baleia, mesmo refinado.
15.07	Óleos vegetais fixos, líquidos ou concretos, em bruto, purificados ou refinados.
15.12	Óleos e gorduras, animais ou vegetais, hidrogenados, mesmo refinados, mas não preparados.
18.03	Pasta de cacau, mesmo sem gordura.
18.04	Manteiga de cacau, compreendendo a gordura e o óleo de cacau.
18.05	Cacau em pó, sem açúcar.
18.06	Chocolate e outros preparados alimentares que contenham cacau.
19.07	Pão, bolacha Capitão e outros produtos de padaria, sem adição de açúcar, mel, ovos, substâncias gordas, queijo ou frutas.
19.08	Produtos de padaria, de pastelaria e da indústria das bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau em qualquer proporção.
21.02	Extractos ou essências de café, chá ou mate e preparados que tenham por base estes extractos ou essências.
22.05	Vinhos de uvas frescas; mosto de uvas frescas amuado com álcool.
22.08	Álcool etílico não desnaturalado com um teor alcoólico igual ou superior a 80% vol; álcool etílico desnaturalado com qualquer teor alcoólico.
22.09	Álcool etílico não desnaturalado, com um teor alcoólico inferior a 80% vol; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas; preparados alcoólicos compostos (designados por "extractos concentrados") para o fabrico de bebidas.
25.01	Sal-gema, sal de fontes salinas, sal marinho, sal de mesa; cloreto de sódio puro; águas-mães de salinas; água do mar.
25.03	Enxofre (com exclusão do enxofre sublimado, precipitado ou no estado coloidal).
25.30	Boratos naturais, em bruto, e seus concentrados (calcinados ou não), com exclusão dos boratos extraídos de salmouras naturais; ácido bórico natural, com um teor máximo de 85% de B_2O_3 em produto seco.
ex 26.01	Minérios de chumbo e minérios de zinco.
ex 26.03	Cinzas e resíduos que contenham zinco.
27.10	Óleos derivados dos petróleos e de minerais betuminosos (com exclusão dos óleos brutos); produtos não especificados nem compreendidos noutras posições que contenham em peso pelo menos 70% desses óleos, os quais devem constituir o seu elemento base.
27.11	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos.
27.12	Vaselina.
ex 27.13	Parafina, ceras de petróleo ou de minerais betuminosos, resíduos parafínicos (<u>gatsch</u> ou <u>slack wax</u>), mesmo corados.
ex 28.01	Iodo em bruto e bromo.
28.02	Enxofre sublimado ou precipitado; enxofre coloidal.
ex 28.11	Anidrido arsénico.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
28.12	Ácido e anidrido, bóricos.
28.33	Brometos e oxibrometos; bromatos e perbromatos; hipobromitos.
ex 28.34	Iodeto e iodatos.
28.46	Boratos e perboratos.
ex 29.04	Álcoois butílicos e isobutílicos (excepto o álcool <u>tert</u> -butílico).
ex 29.06	Fenóis, cresóis e xilenóis.
ex 32.01	Extractos de quebracho e de mimosa.
40.02	Borracha sintética, compreendendo o latex sintético, estabilizado ou não; borracha artificial derivada dos óleos gordos.
44.03	Madeira em bruto, mesmo descascada ou simplesmente desbastada.
44.04	Madeira simplesmente esquadriada.
44.05	Madeira simplesmente serrada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, de espessura superior a 5 mm.
45.01	Cortiça natural em bruto e desperdícios de cortiça; cortiça triturada, granulada ou pulverizada.
45.02	Cortiça natural, em cubos, placas, folhas ou tiras, incluindo os cubos ou quadrados para o fabrico de rolhas.
47.01	Pastas de papel.
50.02	Seda crua (não fiada).
50.03	Desperdícios de seda (compreendendo os casulos de bicho-da-seda impróprios para dobar e a seda de trapo); borra, estopa e seus resíduos.
50.04	Fios de seda, não acondicionados para venda a retalho.
50.05	Fios de borra de seda (<u>schappe</u>) não acondicionados para venda a retalho.
ex 62.03	Sacos e similares para embalagem de tecidos de juta, usados.
ex 70.19	Contas de vidro e imitações de pérolas finas; imitações de gemas ou de pedras sintéticas e artigos similares de vidro.
ex 73.02	Ferro-ligas (excepto o ferro manganés carbonado).
76.01	Alumínio em bruto; desperdícios e sucata, de alumínio (*).
77.01	Magnésio em bruto; desperdícios e sucata de magnésio (compreendendo as aparas não calibradas) (*).
78.01	Chumbo em bruto (mesmo argentífero); desperdícios e sucata, de chumbo (*).
79.01	Zinco em bruto; desperdícios e sucata, de zinco (*).
ex 81.01	Tungsténio (volfrâmio) em bruto, em pó (*).
ex 81.02	Molibdeno em bruto (*).
ex 81.03	Tântalo em bruto (*).
ex 81.04	Outros metais em bruto (*).
ex 84.06	Motores para veículos automóveis, aeródinos e embarcações, suas partes e peças separadas.
ex 84.08	Propulsores de reacção, suas peças separadas e acessórios.
84.45	Máquinas-ferramentas para trabalhar metais e carbonetos metálicos, com exclusão das compreendidas nos n.ºs 84.49 e 84.50.
84.48	Peças separadas e acessórios que possam reconhecer-se como exclusiva ou principalmente destinados às máquinas-ferramentas dos n.ºs 84.45 a 84.47, compreendendo os porta-peças e porta-ferramentas, as fieiras de disparo automático, os dispositivos divisores e outros dispositivos especiais, próprios para aplicação em máquinas-ferramentas; porta-ferramentas para ferramentas manuais dos n.ºs 82.04, 84.49 e 85.05.

(*) Os direitos aplicáveis aos produtos semi-acabados devem ser revistos em função do direito fixado para o metal em bruto, de acordo com o processo previsto no n.º 2 do artigo 21º do Tratado.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
ex 84.63	Veios de transmissão para motores de automóveis.
87.06	Partes, peças separadas e acessórios dos veículos automóveis incluídos nos n.ºs 78.01 a 87.03.
88.02	Aeródinos (aviões, hidroaviões, papagaios, planadores, autogiros, helicópteros, ornitópteros, etc.); <u>rotochutes</u> .
ex 88.03	Partes e peças separadas de aeródinos.

Anexo II
Lista prevista no artigo 38º do Tratado

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 1	Animais vivos.
Capítulo 2	Carnes e miudezas, comestíveis.
Capítulo 3	Peixes, crustáceos e moluscos.
Capítulo 4	Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural.
Capítulo 5	
05.04	Tripas, bexigas e buchos de animais, inteiros ou em bocados, com excepção dos de peixe.
05.15	Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutras posições; animais dos capítulos 1 ou 3, mortos e impróprios para a alimentação humana.
Capítulo 6	Plantas vivas e produtos de floricultura.
Capítulo 7	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos alimentares.
Capítulo 8	Frutas, cascas de citrino e de melões.
Capítulo 9	Café, chá e especiarias, com exclusão do mate (n.º 09.03).
Capítulo 10	Cereais.
Capítulo 11	Produtos de moagem; malte; amidos e féculas; glúten; inulina.
Capítulo 12	Sementes e frutos, oleaginosos; sementes e frutos, diversos; plantas industriais e medicinais; palhas e forragens.
Capítulo 13	
ex 13.03	Pectina.
Capítulo 15	
15.01	Banha e outras gorduras de porco e de aves de capoeira, obtidas por expressão ou por fusão.
15.02	Sebo de bovinos, ovinos e caprinos em bruto ou obtidos por fusão, compreendendo os sebos de primeira expressão.
15.03	Estearina-solar; óleo-estearina; óleo de banha e óleo-margarina não emulsionada, sem qualquer mistura ou preparação.
15.04	Gorduras e óleos, mesmo refinados, de peixe e de mamíferos marinhos.
15.07	Óleos vegetais fixos, fluidos ou concretos em bruto purificados ou refinados.
15.12	Óleos e gorduras, animais ou vegetais, hidrogenados, mesmo refinados, mas não preparados.
15.13	Margarina, imitações de banha e outras gorduras alimentares preparadas.
15.17	Resíduos provenientes do tratamento das matérias gordas ou das ceras animais ou vegetais.
Capítulo 16	Preparados de carne, de peixe, de crustáceos e de moluscos.
Capítulo 17	
17.01	Açúcar de beterraba ou de cana, no estado sólido.
17.02	Outros açúcares; xaropes; sucedâneos do mel, mesmo misurados com mel natural; açúcar e melaço, caramelizados.
17.03	Melaços, mesmo descorados.
Capítulo 18	
18.01	Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.
18.02	Cascas, peles, películas e outros resíduos de cacau.
Capítulo 20	Preparados de produtos hortícolas, de frutas e de outras plantas ou partes de plantas.
Capítulo 22	
22.04	Mosto de uvas parcialmente fermentado, mesmo amuado, excepto com álcool.
22.05	Vinhos de uvas frescas; mostos de uvas frescas amuados com álcool.
22.07	Sidra, perada, hidromel e outras bebidas fermentadas.
Capítulo 23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.
Capítulo 24	
24.01	Tabaco não manipulado; desperdícios de tabaco.
Capítulo 45	
45.01	Cortiça natural em bruto e desperdícios de cortiça; cortiça triturada, granulada ou pulverizada.

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 54 54.01	Linho em bruto, macerado, espadelado ou assedado, penteado ou tratado por qualquer outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de linho (incluindo o linho de trapo).
Capítulo 57 57.01	Cânhamo (<u>cannabis sativa</u>) em bruto, macerado, espadelado ou assedado, penteado ou tratado por qualquer outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de cânhamo (incluindo o cânhamo de trapo).

Anexo III

Lista das transacções de invisíveis prevista no artigo 106º do Tratado

- Fretes marítimos, incluindo contratos de fretamento, encargos portuários, despesas para barcos de pesca, etc..
- Fretes fluviais, incluindo os contratos de fretamento.
- Transportes rodoviários: viajantes, fretes e fretamentos.

- Transportes aéreos: viajantes, fretes e fretamentos.

Regularização pelos passageiros de bilhetes de passagem aérea internacional, dos excessos de bagagem; regularização do frete aéreo internacional e dos voos fretados.

Receitas provenientes da venda de bilhetes de passagem aérea internacional, dos excessos de bagagem, do frete aéreo internacional e dos voos fretados.

- Para todos os meios de transporte marítimos: despesas de escala (fornecimento de combustível, gasolina, víveres, despesas de manutenção, reparações, despesas de tripulação, etc.).

Para todos os meios de transporte fluviais: despesas de escala (fornecimento de combustível, gasolina, víveres, despesas de manutenção e pequenas reparações de material de transporte, despesas de tripulação, etc.).

Para todos os meios de transporte comerciais rodoviários: carburantes, óleo, pequenas reparações, garagem, despesas dos motoristas e demais tripulação, etc..

Para todos os meios de transporte aéreos: despesas de exploração e despesas comerciais, incluindo reparações de aeronaves e de material de navegação aérea.

- Despesas e direitos de entreposto aduaneiro, de armazenagem e de desembaraço aduaneiro.
- Direitos aduaneiros e encargos.
- Encargos resultantes do trânsito.
- Despesas de reparação e de montagem.

Despesas de transformação, de fabrico, de trabalho por encomenda e outros serviços do mesmo género.

- Reparações de navios.

Reparações de material de transporte com exclusão dos navios e das aeronaves.

- Assistência técnica (assistência tendo em vista a produção e a distribuição de bens e de serviços em todos os estádios, fornecida por um período fixado em função da finalidade específica dessa assistência e incluindo, por exemplo, consultas e deslocações de peritos, a elaboração de planos e de desenhos de natureza técnica, a fiscalização do fabrico, os estudos de mercados, assim como a formação do pessoal).

- Comissões e corretagens.

Lucros decorrentes das operações de trânsito.

Comissões e encargos bancários.

Despesas de representação.

- Publicidade sob todas as suas formas.

- Viagens de negócios.

- Participação de filiais, sucursais, etc., nas despesas gerais da respectiva casa-mãe no estrangeiro e vice-versa.

- Contratos de empresas (trabalhos de construção e de manutenção de edifícios, estradas, pontes, portos, etc., executados por empresas especializadas, geralmente no regime de preço de empreitada após adjudicação pública).

- Diferenças, garantias e depósitos relativos a operações a prazo sobre mercadorias, efectuadas em conformidade com as práticas comerciais estabelecidas.

- Turismo.

- Viagens e estadias de carácter pessoal para estudos.

- Viagens e estadias de carácter pessoal, por razões de saúde.

- Viagens e estadias de carácter pessoal, por razões de família.

- Assinaturas de jornais, periódicos, livros e edições musicais.

Jornais, periódicos, livros, edições musicais e discos.

- Filmes impressionados, comerciais, informativos e educativos (aluguer, encargos cinematográficos, legendagem e despesas de cópia e de sincronização, etc.).
- Quotizações.
- Manutenção e reparações correntes de bens do domínio privado no estrangeiro.
- Despesas governamentais (representações oficiais no estrangeiro, contribuições para organismos internacionais).
- Impostos e taxas, despesas de justiça, despesas de registo de patentes e de marcas de fabrico.
- Indemnizações.
- Reembolsos efectuados em caso de anulação de contratos ou de pagamentos indevidos.
- Multas.
- Regularizações periódicas das administrações dos Correios, Telégrafos e Telefones, assim como das empresas de transportes públicos.
- Autorizações de câmbio concedidas aos nacionais ou residentes de nacionalidade estrangeira que emigrem para o estrangeiro.
- Autorizações de câmbio concedidas aos nacionais ou residentes de nacionalidade estrangeira que regressem à sua pátria.
- Salários e vencimentos (de operários fronteiriços ou sazonais e outras prestações de não-residentes, sem prejuízo do direito dos países de regulamentarem o emprego da mão-de-obra estrangeira).
- Remessas de emigrantes (sem prejuízo do direito dos países de regulamentarem a imigração).
- Honorários e remunerações.
- Dividendos e lucros de partes beneficiárias.
- Juros (títulos mobiliários, títulos hipotecários, etc.).
- Rendas urbanas e fundiárias, etc..
- Amortizações contratuais de empréstimos (com excepção das transferências que representem amortizações com carácter de reembolso antecipado ou de pagamento de crédito em mora).

- Lucros decorrentes da exploração de empresas.
- Direitos de autor.
Patentes, desenhos, marcas de fabrico e inventos (cessões e licenças de patentes, desenhos, marcas de fabrico e inventos, protegidos ou não e transferências decorrentes de tais cessões ou licenças).
- Receitas consulares.
- Pensões e reformas e outros rendimentos análogos.
Pensões legais de alimentos e assistência financeira em caso de falta de meios especial.

Transferências periódicas de haveres detidos num Estado-membro por pessoas residentes noutro Estado-membro e desprovidas de recursos suficientes para o seu sustento pessoal nesse último Estado.
- Transacções e transferências relativas a seguros directos.
- Transacções e transferências relativas ao resseguro e à retrocessão.
- Abertura e reembolso de créditos de carácter comercial ou industrial.
- Transferência para o estrangeiro de quantias de montante reduzido.
- Despesas de documentação de qualquer natureza suportadas em proveito pessoal por estabelecimentos de câmbio autorizados.
- Prémios desportivos e ganhos de corridas.
- Heranças e legados.
- Dotes.

Anexo IV

Países e territórios ultramarinos aos quais se aplicam as disposições da IV Parte do Tratado

A África Ocidental Francesa incluindo : o Senegal, o Sudão, a Guiné, a Costa do Marfim, o Daomé, a Mauritânia, o Níger e o Alto-Volta;

a África Equatorial Francesa incluindo : o Congo Médio, o Ubangui-Chari, o Chade e o Gabão;

São Pedro e Miquelon, as ilhas Comores, Madagáscar e suas dependências, a Somália Francesa, a Nova Caledónia e suas dependências, os Estabelecimentos franceses da Oceânia, as Terras austrais e antárcticas;

a República autónoma do Togo;

o território sob tutela dos Camarões administrado pela França;

o Congo Belga e o Ruanda-Urundi;

a Somália sob tutela italiana;

a Nova Guiné Neerlandesa.

PROT O C O L O S

PROTOCOLO RELATIVO AOS
ESTATUTOS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO fixar os Estatutos do Banco Europeu de Investimento, previstos no artigo 129º do Tratado,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

Artigo 1º

O Banco Europeu de Investimento, instituído pelo artigo 129º do Tratado, a seguir denominado "o Banco", é constituído e exercerá as suas funções e a sua actividade em conformidade com as disposições do Tratado e destes Estatutos.

A sede do Banco será fixada, de comum acordo, pelos governos dos Estados-membros.

Artigo 2º

As atribuições do Banco são definidas no artigo 130º do Tratado.

Artigo 3º

São membros do Banco, nos termos do artigo 129º do Tratado :

- o Reino da Bélgica ;
- a República Federal da Alemanha ;
- a República Francesa ;
- a República Italiana ;
- o Grão-Ducado do Luxemburgo ;
- o Reino dos Países Baixos.

Artigo 4º

1. O capital do Banco é de mil milhões de unidades de conta, subscrito pelos Estados-membros do seguinte modo :

P I/140

Alemanha	300	milhões
França	300	milhões
Itália	240	milhões
Bélgica	86,5	milhões
Países Baixos	71,5	milhões
Luxemburgo	2	milhões

o valor da unidade de conta é de 0,88867088 gramas de ouro fino.

Os Estados-membros só são responsáveis até ao limite da respectiva quota do capital subscrito e não realizado.

2. A admissão de um novo membro determina um aumento do capital subscrito correspondente à contribuição do novo membro.

3. O Conselho de Governadores, deliberando por unanimidade, pode decidir um aumento do capital subscrito.

4. As quotas do capital subscrito não podem ser cedidas nem dadas em garantia e são impenhoráveis.

Artigo 5º

1. Os Estados-membros realizarão 25% do capital subscrito em cinco prestações iguais, a efectuar, respectivamente, no prazo máximo de dois meses, nove meses, dezasseis meses, vinte e três meses e trinta meses a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado.

Cada pagamento será efectuado do seguinte modo: um quarto em ouro ou em moeda livremente convertível e três quartos em moeda nacional.

2. O Conselho de Administração pode exigir a realização dos restantes 75% do capital subscrito, desde que esse pagamento seja necessário para fazer face às obrigações do Banco para com os seus mutuantes.

O pagamento será efectuado por cada Estado-membro proporcionalmente à sua quota do capital subscrito nas moedas de que o Banco necessite para fazer face a essas obrigações.

Artigo 6º

1. O Conselho de Governadores, deliberando por maioria qualificada, sob proposta do Conselho de Administração, pode decidir que os Estados-membros concedam ao Banco empréstimos especiais vencendo juros, se e na medida em que o Banco necessitar de tais empréstimos para o financiamento de projectos específicos, desde que o Conselho de Administração justifique não poder obter, em condições satisfatórias, os recursos necessários nos mercados de capitais, tendo em conta a natureza e os fins dos projectos a financiar.

2. Os empréstimos especiais só podem ser solicitados a partir do início do quarto ano seguinte à entrada em vigor do Tratado e não devem exceder 400 milhões de unidades de conta, no total, nem 100 milhões de unidades de conta, por ano.

3. A duração dos empréstimos especiais será estabelecida em função da duração dos créditos ou das garantias que o Banco se proponha conceder por meio desses empréstimos e não deve exceder vinte anos. O Conselho de Governadores, deliberando por maioria qualificada, sob proposta do Conselho de Administração, pode decidir do reembolso antecipado dos empréstimos especiais.

4. Os empréstimos especiais vencem juro à taxa de 4% ao ano, a não ser que o Conselho de Governadores, tendo em conta a evolução e o nível das taxas de juro nos mercados de capitais, decida fixar uma taxa diferente.

5. Os empréstimos especiais devem ser concedidos pelos Estados-membros proporcionalmente ao capital subscrito; devem ser efectuados em moeda nacional dentro dos seis meses posteriores ao pedido.

6. Em caso de liquidação do Banco, os empréstimos especiais concedidos pelos Estados-membros só serão reembolsados após extinção das restantes dívidas do Banco.

Artigo 7º

1. Se a paridade da moeda de um Estado-membro sofrer uma redução relativamente à unidade de conta definida no artigo 4º, a importância da quota do capital paga por esse Estado em moeda nacional será ajustada propor-

cionalmente à alteração verificada na paridade, por meio de um pagamento complementar efectuado por esse Estado a favor do Banco. Todavia, a importância a ajustar não pode exceder o valor total dos empréstimos concedidos pelo Banco na moeda em causa e dos haveres do Banco nessa moeda. O pagamento deve ser efectuado no prazo de dois meses ou, na medida em que corresponda a empréstimos, nas datas do vencimento destes.

2. Se a paridade da moeda de um Estado-membro sofrer um aumento relativamente à unidade de conta definida no artigo 4Q, a importância da quota do capital paga por esse Estado em moeda nacional será ajustada proporcionalmente à alteração verificada na paridade, por meio de um reembolso efectuado pelo Banco a favor desse Estado. Todavia, a importância a ajustar não pode exceder o valor total dos empréstimos concedidos pelo Banco na moeda em causa e dos haveres do Banco nessa moeda. O pagamento deve ser efectuado no prazo de dois meses ou, na medida em que corresponda a empréstimos, nas datas do vencimento destes.

3. A paridade da moeda de um Estado-membro relativamente à unidade de conta definida no artigo 4Q é a relação entre o peso de ouro fino contido nessa unidade de conta e o peso de ouro fino correspondente ao valor ao par dessa moeda declarado ao Fundo Monetário Internacional. Na sua falta, a paridade resultará da taxa de câmbio relativamente a uma moeda expressa ou convertível em ouro, aplicada pelo Estado-membro para pagamentos correntes.

4. Em caso de alteração uniformemente proporcional no valor ao par de todas as moedas dos países membros do Fundo Monetário Internacional ou dos membros do Banco, o Conselho de Governadores pode decidir que não se aplica o disposto nos nQs. 1 e 2.

Artigo 8Q

O Banco é administrado e gerido por um Conselho de Governadores, um Conselho de Administração e um Comité Executivo.

Artigo 9Q

1. O Conselho de Governadores é composto pelos ministros designados pelos

Estados-membros.

2. O Conselho de Governadores adoptará as directivas gerais relativas à política de crédito do Banco, designadamente no que diz respeito aos objectivos a ter em consideração, à medida que progride a realização do mercado comum.

O Conselho de Governadores velará pela execução dessas directivas.

3. Além disso, o Conselho de Governadores :

- a) Decidirá do aumento do capital subscrito, nos termos do nº 3 do artigo 4º;
- b) Exercerá os poderes previstos no artigo 6º, em matéria de empréstimos especiais;
- c) Exercerá os poderes previstos nos artigos 11º e 13º, quanto à nomeação e demissão compulsiva dos membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo;
- d) Concederá a derrogação prevista no nº 1 do artigo 18º;
- e) Aprovará o relatório anual elaborado pelo Conselho de Administração;
- f) Aprovará o balanço anual e a conta de ganhos e perdas;
- g) Exercerá os poderes e desempenhará as atribuições previstas nos artigos 7º, 14º, 17º, 26º e 27º;
- h) Aprovará o regulamento interno do Banco.

4. No âmbito do Tratado e destes Estatutos, o Conselho de Governadores é competente para tomar, deliberando por unanimidade, quaisquer decisões relativas à suspensão da actividade do Banco e à sua eventual liquidação.

Artigo 10º

Salvo disposições em contrário destes Estatutos, as decisões do Conselho de Governadores são tomadas por maioria dos seus membros. As votações do Conselho de Governadores serão efectuadas nos termos do artigo 148º do Tratado.

Artigo 11º

1. O Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir da concessão de créditos e garantias e da contracção de empréstimos; fixará as taxas de juro dos empréstimos concedidos, bem como as comissões de garantia; fiscalizará a boa administração do Banco; assegurará a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais adoptadas pelo Conselho de Governadores.

No termo de cada exercício, o Conselho de Administração deve apresentar um relatório ao Conselho de Governadores e publicá-lo depois de aprovado.

2. O Conselho de Administração é composto por 12 administradores e 12 suplentes.

Os administradores são nomeados por um período de cinco anos pelo Conselho de Governadores, por designação dos Estados-membros e da Comissão, nos seguintes termos :

2 administradores designados, de comum acordo, pelos países do Benelux;

3 administradores designados pela República Federal da Alemanha;

3 administradores designados pela República Francesa ;

3 administradores designados pela República Italiana;

1 administrador designado pela Comissão.

Podem ser reconduzidos nas suas funções.

Cada administrador é assistido por um suplente nomeado nas mesmas condições e segundo o mesmo processo que os administradores.

Os suplentes podem participar nas reuniões do Conselho de Administração; não têm direito a voto, salvo quando substituírem o titular em caso de impedimento deste.

O presidente ou, na falta deste, um dos vice-presidentes do Comité Executivo preside às reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto.

Os membros do Conselho de Administração são escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e competência; são responsáveis unicamente perante o Banco.

3. Só no caso de um administrador deixar de reunir as condições necessárias para o exercício das suas funções pode o Conselho de Governadores, deliberando por maioria qualificada, ordenar a sua demissão compulsiva.

A não aprovação do relatório anual determina a demissão do Conselho de Administração.

4. Em caso de vaga, por morte ou demissão voluntária, compulsiva ou colectiva, proceder-se-á à substituição nos termos do nº 2. Para além das substituições gerais, os membros são substituídos pelo tempo que faltar para o termo do período de exercício de funções.

5. O Conselho de Governadores fixará a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, deliberando por unanimidade, estabelecerá as eventuais incompatibilidades com as funções de administrador e de suplente.

Artigo 12º

1. Cada administrador dispõe de um voto no Conselho de Administração.

2. Salvo disposição em contrário destes Estatutos, as decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos membros do Conselho que tenham direito a voto. Para a maioria qualificada são necessários oito votos. O regulamento interno do Banco fixará o "quorum" necessário para a validade das deliberações do Conselho de Administração.

Artigo 13º

1. O Comité Executivo é composto por um presidente e dois vice-presidentes nomeados por um período de seis anos pelo Conselho de Governadores, sob proposta do Conselho de Administração. Podem ser reconduzidos nas suas funções.

2. Sob proposta do Conselho de Administração, adoptada por maioria qualificada, o Conselho de Governadores pode, deliberando também por maioria qualificada, ordenar a demissão compulsiva dos membros do Comité Executivo.

3. O Comité Executivo assegurará a gestão dos assuntos correntes do Banco, sob a autoridade do presidente e sob a fiscalização do Conselho de Administração.

O Comité Executivo preparará as decisões do Conselho de Administração, designadamente no que respeita à contracção de empréstimos e à concessão de créditos e garantias; assegurará a execução dessas decisões.

4. O Comité Executivo deliberará por maioria, quando formular os seus pareceres sobre os projectos de concessão de créditos e garantias e sobre os projectos de contracção de empréstimos.

5. O Conselho de Governadores fixará a remuneração dos membros do Comité Executivo e estabelecerá as incompatibilidades com as funções destes.

6. O presidente ou, no seu impedimento, um dos vice-presidentes, representa o Banco em matéria judicial ou extrajudicial.

7. Os funcionários e outros empregados do Banco ficam sujeitos à autoridade do presidente. São por ele admitidos e despedidos. Na escolha do pessoal, devem ter-se em conta, não só as aptidões pessoais e qualificações profissionais, mas também uma participação equitativa dos nacionais dos Estados-membros.

8. O Comité Executivo e o pessoal do Banco são exclusivamente responsáveis perante o Banco e exercem as suas funções com total independência.

Artigo 14Q

1. Um comité, composto por três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores em razão da sua competência, verificará anualmente a regularidade das operações e dos livros do Banco.

2. O Comité certificará que o balanço e a conta de ganhos e perdas estão em conformidade com os registos contabilísticos e que reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Artigo 15º

O Banco tratará com cada um dos Estados-membros por intermédio da autoridade por este designada. Na execução das operações financeiras, recorrerá ao Banco emissor do Estado-membro interessado ou a outras instituições financeiras por este aprovadas.

Artigo 16º

1. O Banco cooperará com todas as organizações internacionais cuja actividade se exerça em domínios análogos aos seus.
2. O Banco procurará estabelecer todos os contactos úteis tendo em vista cooperar com as instituições bancárias e financeiras dos países em que realize as suas operações.

Artigo 17º

A pedido de qualquer Estado-membro, da Comissão ou officiosamente, o Conselho de Governadores interpretará ou completará as directivas por ele adoptadas, nos termos do artigo 9º destes Estatutos, de acordo com as mesmas disposições que regularam a sua adopção..

Artigo 18º

1. No âmbito das atribuições definidas no artigo 130º do Tratado, o Banco concederá créditos aos seus membros ou a empresas privadas ou públicas para projectos de investimento a realizar nos territórios europeus dos Estados-membros, desde que não estejam disponíveis, em condições razoáveis, meios provenientes de outras fontes.

Todavia, por derrogação autorizada pelo Conselho de Governadores, deliberando por unanimidade, sob proposta do Conselho de Administração, o Banco pode conceder créditos para projectos de investimento a realizar, no todo ou em parte, fora dos territórios europeus dos Estados-membros.

2. A concessão de empréstimos ficará, tanto quanto possível, sujeita à concretização de outros meios de financiamento.

3. Quando for concedido um empréstimo a uma empresa ou colectividade que não seja um Estado-membro, o Banco fará depender a concessão desse empréstimo, quer de uma garantia prestada pelo Estado-membro em cujo território o projecto seja realizado, quer de outras garantias bastantes.

4. O Banco pode garantir empréstimos contraídos por empresas públicas ou privadas ou por colectividades para a realização das operações previstas no artigo 130º do Tratado.

5. A responsabilidade total decorrente dos empréstimos e das garantias concedidas pelo Banco não deve exceder 250% do montante do capital subscrito.

6. O Banco acautelar-se-á contra os riscos de câmbio, inserindo nos contratos de empréstimo e de garantia as cláusulas que considerar adequadas.

Artigo 19º

1. As taxas de juro dos empréstimos a conceder pelo Banco, bem como as comissões de garantia, devem ser adaptadas às condições existentes no mercado de capitais e calculadas de modo a que as receitas delas resultantes permitam ao Banco fazer face às suas obrigações, cobrir as suas despesas e constituir um fundo de reserva nos termos do artigo 24º.

2. O Banco não concederá reduções das taxas de juro. No caso de se revelar oportuna uma redução da taxa de juro, tendo em conta a natureza específica do projecto a financiar, o Estado-membro interessado ou qualquer outra entidade podem conceder bonificações de juro, desde que essa concessão seja compatível com o disposto no artigo 92º do Tratado.

Artigo 20º

Nas suas operações de concessão de empréstimos e de garantias o Banco deve observar os seguintes princípios :

1. Velará por que os seus fundos sejam utilizados do modo mais racional, no interesse da Comunidade.

Só pode conceder ou garantir empréstimos :

a) Quando o pagamento de juros e amortizações for assegurado pelos lucros de exploração, no caso de projectos executados por empresas do sector da produção, ou por compromisso assumido pelo Estado em cujo território o projecto vai ser realizado, ou de qualquer outro modo, no caso de outros projectos ; e

b) Quando a execução do projecto contribua para o aumento da produtividade económica em geral e favoreça a realização do mercado comum.

2. O Banco não deve adquirir qualquer participação em empresas nem assumir qualquer responsabilidade na sua gestão, a menos que a protecção dos direitos do Banco o exija para garantir o reembolso dos seus créditos.

3. O Banco pode ceder os seus créditos no mercado de capitais e, para o efeito, exigir dos seus mutuários a emissão de obrigações ou de outros títulos.

4. Nem o Banco nem os Estados-membros devem impor condições segundo as quais as importâncias mutuadas devam ser dispendidas num determinado Estado-membro.

5. O Banco pode subordinar a concessão de empréstimos à realização de adjudicações internacionais.

6. O Banco não financiará, no todo ou em parte, qualquer projecto a que se oponha o Estado-membro em cujo território deva ser executado.

Artigo 21º

1. Os pedidos de empréstimo ou de garantia podem ser dirigidos ao Banco, quer por intermédio da Comissão, quer por intermédio do Estado-membro em cujo território o projecto vai ser realizado. Qualquer empresa pode também apresentar directamente ao Banco pedidos de empréstimo ou de garantia.

2. Quando os pedidos forem dirigidos por intermédio da Comissão, serão submetidos, para parecer, ao Estado-membro em cujo território o projecto vai ser realizado. Quando forem dirigidos por intermédio de um Estado, os pedidos serão submetidos, para parecer, à Comissão. Quando forem apresentados directamente por uma empresa, serão submetidos ao Estado-membro interessado e à Comissão.

Os Estados-membros interessados e a Comissão devem formular o seu parecer no prazo máximo de dois meses. Na falta de resposta dentro deste prazo, o Banco pode considerar que o projecto em causa não suscita objecções.

3. O Conselho de Administração deliberará sobre os pedidos de empréstimo ou de garantia que lhe forem submetidos pelo Comité Executivo.

4. O Comité Executivo verificará se os pedidos de empréstimo ou de garantia que lhe são submetidos estão em conformidade com o disposto nestes Estatutos, designadamente no artigo 202. Se o Comité Executivo se pronunciar a favor da concessão do empréstimo ou da garantia, deve submeter o projecto de contrato ao Conselho de Administração; o Comité Executivo pode fazer depender o seu parecer favorável das condições que considere essenciais. Se o Comité Executivo se pronunciar contra a concessão do empréstimo ou da garantia, deve submeter ao Conselho de Administração os documentos pertinentes, acompanhados do seu parecer.

5. Em caso de parecer desfavorável do Comité Executivo, o Conselho de Administração só por unanimidade pode conceder o empréstimo ou a garantia em causa.

6. Em caso de parecer desfavorável da Comissão, o Conselho de Administração só por unanimidade pode conceder o empréstimo ou a garantia em causa, abstendo-se o administrador nomeado pela Comissão de participar na votação.

7. Em caso de parecer desfavorável do Comité Executivo e da Comissão, o Conselho de Administração não pode conceder o empréstimo ou a garantia em causa.

Artigo 222

1. O Banco obterá por empréstimo nos mercados internacionais de capitais os recursos necessários ao desempenho das suas atribuições.

2. O Banco pode contrair empréstimos no mercado de capitais de um Estado-membro, no âmbito das disposições legais aplicáveis aos empréstimos internos ou, na falta de tais disposições num Estado-membro, quando esse Estado e o Banco tenham procedido a consultas e chegado a acordo relativamente ao empréstimo projectado.

O consentimento das autoridades competentes do Estado-membro só pode ser recusado se forem de recear perturbações graves no mercado de capitais desse Estado.

Artigo 23º

1. O Banco pode aplicar as disponibilidades de que não necessite imediatamente para fazer face às suas obrigações, nas seguintes condições :

- a) Pode colocá-las nos mercados monetários ;
- b) Pode, sem prejuízo do disposto no nº. 2 do Artigo 20º, comprar ou vender títulos emitidos, quer por si próprio, quer pelos seus mutuários ;
- c) Pode efectuar qualquer outra operação financeira que se relacione com as suas atribuições.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo 25º, o Banco não efectuará, na gestão das suas colocações, qualquer arbitragem de divisas que não seja directamente necessária à realização dos empréstimos concedidos ou à satisfação dos compromissos que tenha assumido em consequência dos empréstimos por ele emitidos ou das garantias por ele concedidas.

3. Nos domínios abrangidos pelo presente artigo, o Banco actuará de acordo com as autoridades competentes dos Estados-membros ou com os respectivos bancos emissores.

Artigo 24º

1. Será constituído progressivamente um fundo de reserva até ao limite de 10% do capital subscrito. Se a situação dos compromissos assumidos pelo Banco o justificar, o Conselho de Administração pode decidir da constituição de reservas suplementares. Enquanto este fundo de reserva não tiver sido integralmente constituído, será alimentado pelas :

- a) Receitas de juros provenientes dos empréstimos concedidos pelo Banco a partir das importâncias a pagar pelos Estados-membros por força do artigo 5º;

- b) Receitas de juros provenientes dos empréstimos concedidos pelo Banco a partir das importâncias resultantes do reembolso dos empréstimos mencionados na alínea a),

desde que tais receitas de juros não sejam necessárias para cumprir as obrigações do Banco e fazer face às suas despesas.

2. Os recursos do fundo de reserva devem ser colocados de modo a estarem a todo o momento em condições de corresponder aos objectivos desse fundo.

Artigo 25º

1. O Banco será sempre autorizado a transferir para a moeda de um dos Estados-membros os haveres que detenha na moeda de outro Estado-membro, para realizar operações financeiras que correspondam às suas atribuições, tal como vêm definidas no artigo 130º do Tratado, e tendo em conta o disposto no artigo 23º destes Estatutos. O Banco evitará, na medida do possível, proceder a tais transferências, caso detenha haveres disponíveis ou realizáveis na moeda de que necessita.

2. O Banco não pode converter em divisas de países terceiros os haveres que detenha na moeda de um dos Estados-membros, sem o consentimento desse Estado.

3. O Banco pode dispor livremente da fracção do seu capital realizado em ouro ou em divisas convertíveis, bem como das divisas obtidas por empréstimo em mercados exteriores à Comunidade.

4. Os Estados-membros comprometem-se a colocar à disposição dos devedores do Banco as divisas necessárias ao reembolso do capital e dos juros dos empréstimos concedidos ou garantidos pelo Banco para projectos a realizar no seu território.

Artigo 26º

Se um Estado-membro não cumprir as suas obrigações de membro decorrentes destes Estatutos, designadamente a obrigação de pagar a sua quota do capital subscrito, de conceder os seus empréstimos especiais ou de assegu-

rar o serviço da sua dívida, pode ser suspensa, por decisão do Conselho de Governadores, deliberando por maioria qualificada, a concessão de empréstimos ou garantias a esse Estado-membro ou aos seus nacionais.

Esta decisão não desvinculará o Estado nem os seus nacionais das suas obrigações para com o Banco.

Artigo 27º

1. Se o Conselho de Governadores decidir suspender a actividade do Banco, todas as actividades devem cessar imediatamente, com excepção das operações necessárias para assegurar devidamente a utilização, a protecção e a conservação dos bens, bem como a satisfação dos compromissos.
2. Em caso de liquidação, o Conselho de Governadores nomeará os liquidatários e dar-lhes-á instruções para procederem à liquidação.

Artigo 28º

1. Em cada um dos Estados-membros o Banco goza da mais ampla capacidade jurídica reconhecida às pessoas colectivas pelas legislações nacionais, podendo, designadamente, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis e estar em juízo.

Os privilégios e imunidades concedidos ao Banco são definidos no Protocolo previsto no artigo 218º do Tratado.

2. Os bens do Banco não podem ser objecto de qualquer requisição ou expropriação, independentemente da forma que assumam.

Artigo 29º

Os litígios entre o Banco, por um lado, e os seus credores, devedores ou quaisquer terceiros, por outro, serão resolvidos pelos órgãos jurisdicionais nacionais competentes, sem prejuízo da competência atribuída ao Tribunal de Justiça.

O Banco deve escolher domicílio em cada um dos Estados-membros. Todavia, pode, em qualquer contrato, estipular um domicílio especial ou prever um processo de arbitragem.

Os bens e haveres do Banco só podem ser penhorados ou sujeitos a execução por decisão judicial.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P.H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO AO COMÉRCIO

INTERNO ALEMÃO E ÀS QUESTÕES

COM ELE RELACIONADAS

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

TENDO EM CONSIDERAÇÃO as condições actualmente existentes em consequência da divisão da Alemanha,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

1. Considerando que fazem parte do comércio interno alemão as trocas comerciais entre os territórios alemães sujeitos à Lei Fundamental da República Federal da Alemanha e os territórios alemães que não se encontram sujeitos a esta Lei Fundamental, a aplicação do Tratado na Alemanha não exige qualquer modificação do regime actual desse comércio.
2. Cada Estado-membro informará os outros Estados-membros e a Comissão de quaisquer acordos relativos às trocas comerciais com os territórios alemães que não se encontram sujeitos à Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, bem como das disposições de execução desses acordos. Cada Estado-membro velará por que esta execução não contrarie os princípios do mercado comum e tomará, designadamente, as medidas adequadas a fim de evitar os prejuízos que possam ser causados nas economias dos outros Estados-membros.
3. Cada Estado-membro pode tomar medidas adequadas, a fim de obviar às dificuldades que para ele possam resultar do comércio entre um Estado-membro e os territórios alemães que não se encontram sujeitos à Lei Fundamental da República Federal da Alemanha.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J.Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO A CERTAS
DISPOSIÇÕES RESPEITANTES À FRANÇA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO resolver, em conformidade com os objectivos gerais deste Tratado, certos problemas específicos existentes actualmente,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

I - Encargos e auxílios

1. A Comissão e o Conselho examinarão anualmente o regime dos auxílios à exportação e dos encargos especiais à importação, em vigor na zona do franco.

Aquando deste exame, o Governo Francês dará conhecimento das medidas que se propõe tomar, a fim de reduzir e racionalizar os níveis dos auxílios e encargos.

O Governo Francês comunicará igualmente ao Conselho e à Comissão quaisquer novos encargos que pretenda introduzir em consequência de novas liberalizações, bem como quaisquer adaptações de auxílios e encargos a que pretenda proceder até ao limite da taxa máxima do encargo em vigor em 1 de Janeiro de 1957. Estas diferentes medidas podem ser objecto de discussão no âmbito daquelas instituições.

2. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode, se considerar que a ausência de uniformidade é prejudicial a certos sectores industriais dos outros Estados-membros, pedir ao Governo Francês que tome certas medidas de uniformização dos encargos e auxílios, em cada uma das três categorias seguintes: matérias-primas, produtos semi-acabados e produtos acabados. Caso o Governo Francês não tome estas medidas, o Conselho, deliberando igualmente por maioria qualificada, autorizará os outros Estados-membros a tomarem medidas de protecção, fixando, para o efeito, as respectivas condições e modalidades.

3. No caso de a balança de pagamentos correntes da zona do franco se ter mantido em equilíbrio durante mais de um ano, e no caso de as reservas monetárias terem atingido um nível considerado satisfatório, em particular quanto ao volume do seu comércio externo, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode decidir que o Governo Francês deve suprimir o sistema de encargos e auxílios.

Caso a Comissão e o Governo Francês não estejam de acordo sobre a questão de saber se o nível de reservas monetárias da zona do franco pode ser considerado satisfatório, remeterão o assunto para parecer a uma personalidade ou organismo escolhido, de comum acordo, como árbitro. Em caso de desacordo, o árbitro será designado pelo presidente do Tribunal de Justiça.

A supressão assim decidida deve ser executada de modo a não perturbar o equilíbrio da balança de pagamentos e a poder, em particular, ser efectuada progressivamente. Uma vez executada a supressão, as disposições do Tratado são integralmente aplicáveis.

A expressão "balança de pagamentos correntes" deve ser entendida na acepção que lhe é dada pelas organizações internacionais e pelo Fundo Monetário Internacional; abrange a balança comercial e as transacções invisíveis com natureza de rendimentos ou prestações de serviços.

II - Remuneração das horas extraordinárias

1. Os Estados-membros consideram que o estabelecimento do mercado comum conduzirá, no final da primeira fase, a uma situação em que a base para além da qual serão remuneradas as horas extraordinárias bem como a taxa média de acréscimo de remuneração destas horas na indústria corresponderão às existentes em França, segunda a média do ano de 1956.

2. Se tal situação não se verificar no final da primeira fase, a Comissão deve autorizar a França a tomar, em relação aos sectores industriais afectados por disparidades no regime de remuneração das horas extraordinárias, medidas de protecção, fixando, para o efeito, as respectivas condições e modalidades, salvo se, durante esta fase, o aumento médio do nível dos salários nos mesmos sectores de outros Estados-membros exceder, relativamente à média do ano de 1956, o aumento verificado em França, numa percentagem fixada pela Comissão com a aprovação do Conselho, o qual deliberará por maioria qualificada.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
António Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

PROTOCOLLO RESPEITANTE
A
ITÁLIA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO resolver certos problemas específicos respeitantes à Itália,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

OS ESTADOS-MEMBROS DA COMUNIDADE

TOMAM NOTA de que o Governo Italiano se encontra empenhado na execução de um programa decenal de expansão económica que tem por fim sanar os desequilíbrios estruturais da economia italiana, designadamente através da dotação em equipamento das Zonas menos desenvolvidas no Sul e nas Ilhas e da criação de novos postos de trabalho com o objectivo de eliminar o desemprego;

CHAMAM A ATENÇÃO para o facto de este programa do Governo Italiano ter sido tomado em consideração e aprovado nos seus princípios e objectivos por organizações de cooperação internacional de que os Estados-membros são membros;

RECONHECEM que a consecução dos objectivos do programa italiano corresponde ao seu interesse comum;

ACORDAM, com vista a facilitar ao Governo Italiano a realização desta tarefa, em recomendar às instituições da Comunidade que ponham em execução todos os meios e procedimentos previstos no Tratado, designadamente através de uma utilização adequada dos recursos do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Social Europeu;

SÃO DE OPINIÃO de que as instituições da Comunidade devem, na aplicação do Tratado, tomar em conta o esforço que a economia italiana terá de suportar nos próximos anos, bem como a conveniência em evitar que se produzam tensões perigosas, designadamente na balança de pagamentos ou no nível de emprego, que possam comprometer a aplicação deste Tratado em Itália;

RECONHECEM especialmente que, em caso de aplicação dos artigos 108º e 109º, será necessário velar por que as medidas exigidas ao Governo Italiano não prejudiquem o cumprimento do seu programa de expansão económica e de melhoria do nível de vida da população.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak

Adenauer

Pineau

Antonio Segni

Bech

J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers

Hallstein

M. Faure

Gaetano Martino

Lambert Schaus

J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RESPEITANTE
AO
GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO resolver certos problemas específicos respeitantes ao Grão-Ducado do Luxemburgo,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

Artigo 1º

1. Atendendo à situação especial da sua agricultura, o Grão-Ducado do Luxemburgo fica autorizado a manter as restrições quantitativas à importação dos produtos constantes da lista anexa à decisão das partes contratantes no Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, de 3 de Dezembro de 1955, respeitante à agricultura luxemburguesa.

A Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos aplicarão o regime previsto no terceiro parágrafo do artigo 6º da Convenção relativa à União Económica Belgo-Luxemburguesa, de 25 de Julho de 1921.

2. O Grão-Ducado do Luxemburgo tomará todas as medidas de ordem estrutural, técnica e económica que tornem possível a integração progressiva da agricultura luxemburguesa no mercado comum. A Comissão pode dirigir ao Grão-Ducado recomendações sobre as medidas a tomar.

No termo do período de transição, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, decidirá em que medida as derrogações concedidas ao Grão-Ducado do Luxemburgo devem ser mantidas, modificadas ou abolidas.

Qualquer Estado-membro interessado pode recorrer desta decisão para uma instância de arbitragem designada nos termos do nº 4 do artigo 8º do Tratado.

Artigo 2º

Aquando da elaboração dos regulamentos previstos no nº. 3 do artigo 48º do Tratado, relativo à livre circulação dos trabalhadores, a Comissão terá em conta, no que respeita ao Grão-Ducado do Luxemburgo, a especial

situação demográfica deste país.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P.H. Spaak

Adenauer

Pineau

Antonio Segni

Bech

J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers

Hallstein

M. Faure

Gaetano Martino

Lambert Schaus

J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO ÀS
MERCADORIAS ORIGINÁRIAS E PROVENIENTES
DE CERTOS PAÍSES E QUE BENEFICIAM DE UM
REGIME ESPECIAL, AQUANDO DA IMPORTAÇÃO
NUM DOS ESTADOS-MEMBROS

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO tornar mais precisa a aplicação deste Tratado a mercadorias originárias e provenientes de certos países e que beneficiam de um regime especial, aquando da importação num dos Estados-membros,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

1. A aplicação do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia não exige qualquer modificação do regime aduaneiro aplicável, à data da entrada em vigor do Tratado, às importações :

- a) Nos países do Benelux, de mercadorias originárias e provenientes do Suriname e das Antilhas Neerlandesas;
- b) Em França, de mercadorias originárias e provenientes de Marrocos, da Tunísia, da República do Vietname, do Cambodja e do Laos. As disposições precedentes aplicam-se igualmente aos Estabelecimentos Franceses do Condomínio das Novas Hébridas ;
- c) Em Itália, de mercadorias originárias e provenientes da Líbia e da Somália, actualmente sob tutela italiana.

2. As mercadorias importadas num Estado-membro e que beneficiam do regime acima referido não podem ser consideradas como estando em livre prática nesse Estado, na acepção do artigo 102 do Tratado, quando forem reexportadas para outro Estado-membro.

3. Antes do final do primeiro ano após a entrada em vigor do Tratado, os Estados-membros comunicarão à Comissão e aos outros Estados-membros as disposições respeitantes aos regimes especiais referidos neste Protocolo, bem como a lista dos produtos que deles beneficiam.

Informarão igualmente a Comissão e os outros Estados-membros das modificações posteriormente introduzidas em tais listas ou regimes.

4. A Comissão velará por que a aplicação das disposições precedentes não prejudique os outros Estados-membros; para o efeito, pode tomar todas as medidas adequadas quanto às relações entre Estados-membros.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P.H. Spaak

Adenauer

Pineau

Antonio Segni

Bech

J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers

Hallstein

M. Faure

Gaetano Martino

Lambert Schauss

J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO AO
REGIME A APLICAR AOS PRODUTOS
SUBMETIDOS À COMPETÊNCIA DA COMUNIDADE
EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO NO QUE RESPEITA
À ARGÉLIA E AOS DEPARTAMENTOS ULTRAMARINOS
DA REPÚBLICA FRANCESA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

CONSCIENTES de que as disposições deste Tratado respeitantes à Argélia e aos departamentos ultramarinos da República Francesa colocam o problema do regime a aplicar aos produtos que são objecto do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em relação à Argélia e a esses departamentos,

DESEJANDO encontrar uma solução adequada em harmonia com os princípios dos dois Tratados,

RESOLVERÃO este problema num espírito de colaboração recíproca, logo que possível, e o mais tardar aquando da primeira revisão do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

PROTOCOLO
RELATIVO AOS ÓLEOS MINERAIS
E A ALGUNS DOS SEUS DERIVADOS

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

1. Cada Estado-membro pode manter, em relação aos outros Estados-membros e a Estados terceiros, por um período de seis anos a contar da data da entrada em vigor do Tratado, os direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente aplicados aos produtos das posições 27.09, 27.10, 27.11, 27.12 e ex 27.13 (parafina, ceras de petróleo ou de minerais betuminosos e resíduos parafínicos) da Nomenclatura de Bruxelas, em 1 de Janeiro de 1957, ou, caso sejam inferiores, à data da entrada em vigor do Tratado. Todavia, o direito aduaneiro a manter sobre os óleos brutos não pode ter por efeito aumentar de mais de 5% a diferença existente em 1 de Janeiro de 1957 entre os direitos aplicáveis, por um lado, aos óleos brutos e, por outro, aos derivados acima mencionados. No caso de tal diferença não existir, qualquer diferença que venha a estabelecer-se não pode exceder 5% do direito aplicado em 1 de Janeiro de 1957 aos produtos da posição 27.09. Se, antes do termo do período de seis anos, se proceder a uma redução dos direitos aduaneiros e dos encargos de efeito equivalente em relação aos produtos da posição 27.09, os direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente, que incidam sobre os outros produtos acima mencionados, devem ser objecto de uma redução correspondente.

No termo deste período, os direitos mantidos nas condições previstas no parágrafo anterior, serão totalmente suprimidos em relação aos outros Estados-membros. Na mesma data, a pauta aduaneira comum será aplicável em relação a Estados terceiros.

2. Ficam sujeitos ao disposto no nº 3, alínea c), do artigo 92º do Tratado os auxílios à produção dos óleos minerais referidos na posição 27.09 da Nomenclatura de Bruxelas, na medida em que tais auxílios sejam considerados necessários para aproximar o preço dos óleos brutos do preço praticado no mercado mundial, C.S.F. porto europeu de um Estado-membro. Durante as duas primeiras fases, a Comissão só fará uso dos poderes previstos no artigo 93º, na medida em que tal seja necessário para impedir uma aplicação abusiva dos referidos auxílios.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak

Adenauer

Pineau

Antonio Segni

Bech

J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers

Hallstein

M. Faure

Gaetano Martino

Lambert Schaus

J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO
À APLICAÇÃO DO TRATADO QUE
INSTITUI A COMUNIDADE ECONÓMICA
EUROPEIA ÀS PARTES NÃO EUROPEIAS
DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

PREOCUPADAS, no momento da assinatura do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, em precisar o alcance do disposto no artigo 227º deste Tratado relativamente ao Reino dos Países Baixos,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

O Governo do Reino dos Países Baixos, em razão da estrutura constitucional do Reino, tal como se encontra estabelecida no Estatuto de 29 de Dezembro de 1954, terá a faculdade de, por derrogação ao artigo 227º, apenas ratificar o Tratado relativamente ao Reino, na Europa, e relativamente à Nova-Guiné Neerlandesa.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO AO
ESTATUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES NO TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA,

DESEJANDO fixar o Estatuto do Tribunal de Justiça, previsto no artigo 188º deste Tratado;

DESIGNARAM, para esse efeito, como plenipotenciários:

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS :

Barão J.Ch. Snoy et d'OPPUERS,
Secretário-Geral do Ministério dos Assuntos Económicos,
Chefe da delegação belga junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA :

Sr. Professor Doutor Carl Friedrich OPHÜLS,
Embaixador da República Federal da Alemanha, Chefe da delegação alemã
junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA :

Sr. Robert MARJOLIN,
Professor das Faculdades de Direito, Vice-Chefe da delegação francesa
junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA :

Sr. V. Badini CONFALONIERI,
Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Chefe da delegação
italiana junto da Conferência Intergovernamental;

SUA ALTEZA REAL A GRÃ-DUQUESA DO LUXEMBURGO :

Sr. Lambert SCHAUS,
Embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo, Chefe da delegação luxemburguesa
junto da Conferência Intergovernamental;

SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS :

Sr. J. LINTHORST HOMAN,
Chefe da delegação neerlandesa junto da Conferência Intergovernamental;

OS QUAIS, depois de terem trocado os seus plenos poderes reconhecidos em boa e devida forma,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas ao Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia :

Artigo 1º

O Tribunal, instituído pelo artigo 4º do Tratado, é constituído e exercerá as suas funções em conformidade com as disposições do Tratado e deste Estatuto.

TÍTULO I

Estatuto dos juízes e dos advogados-gerais

Artigo 2º

Antes de assumirem funções, os juízes devem, em sessão pública, prestar o juramento de exercer as suas funções com total imparcialidade e consciência e de respeitar o segredo das deliberações do Tribunal.

Artigo 3º

Os juízes gozam de imunidade de jurisdição. No que diz respeito aos actos por eles praticados na sua qualidade oficial, incluindo as suas palavras e escritos, continuam a beneficiar de imunidade após a cessação das suas funções.

O Tribunal, reunindo em sessão plenária, pode levantar a imunidade.

Quando uma acção penal seja exercida contra um juiz após o levantamento da imunidade, este só pode ser julgado, em qualquer dos Estados-membros, pela instância competente para julgar os magistrados pertencentes à mais alta jurisdição nacional.

Artigo 4º

Os juízes não podem exercer quaisquer funções políticas ou administrativas.

Não podem, salvo derrogação concedida a título excepcional pelo Conselho, exercer qualquer actividade profissional, remunerada ou não.

Os juízes assumirão, aquando da sua posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação das mesmas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os deveres de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios.

Em caso de dúvida, o Tribunal decidirá.

Artigo 5º

Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções dos juízes cessam individualmente por demissão.

Em caso de demissão de um juiz, a carta de demissão será dirigida ao presidente do Tribunal para ser transmitida ao presidente do Conselho. A notificação deste último determina a abertura de vaga no lugar.

Salvo nos casos previstos no artigo 6º, o juiz permanecerá no cargo até que assuma funções o seu sucessor.

Artigo 6º

Os juízes só podem ser afastados das suas funções ou privados do seu direito a pensão ou de outros benefícios que a substituam se, por decisão unânime dos juízes e advogados-gerais do Tribunal, tiverem deixado de corresponder às condições exigidas ou de cumprir os deveres decorrentes do cargo. O interessado não participa nestas deliberações.

O escrivão comunicará a decisão do Tribunal aos presidentes da Assembleia e da Comissão e notificará-la-á ao presidente do Conselho.

Em caso de decisão que afaste um juiz das suas funções, a notificação

do presidente do Conselho determina a abertura de vaga no lugar.

Artigo 7º

Os juizes, cujas funções cessem antes de decorrido o respectivo período de exercício, são substituídos pelo tempo que faltar para o termo daquele período.

Artigo 8º

As disposições dos artigos 2º a 7º, inclusive, são aplicáveis aos advogados-gerais.

TÍTULO II

Organização

Artigo 9º

O escrivão prestará, perante o Tribunal, o juramento de exercer as suas funções com total imparcialidade e consciência e de respeitar o segredo das deliberações do Tribunal.

Artigo 10º

O Tribunal regula a substituição do escrivão, em caso de impedimento deste.

Artigo 11º

Serão atribuídos ao Tribunal funcionários e outros agentes, a fim de assegurar o seu funcionamento. São responsáveis perante o escrivão, sob a autoridade do presidente.

Artigo 12º

Sob proposta do Tribunal, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode prever a nomeação de relatores-adjuntos e estabelecer o seu estatuto. Os relatores-adjuntos podem ser chamados, nas condições estabelecidas no regulamento processual, a participar na instrução das causas pendentes no Tribunal e a colaborar com o juiz relator.

Os relatores-adjuntos, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e que reúnam as qualificações jurídicas necessárias, são nomeados pelo Conselho. Os relatores-adjuntos prestarão, perante o Tribunal, o juramento de exercer as suas funções com total imparcialidade e consciência e de respeitar o segredo das deliberações do Tribunal.

Artigo 13º

Os juízes, os advogados-gerais e o escrivão devem residir no local onde o Tribunal tem a sua sede.

Artigo 14º

O Tribunal funciona de modo permanente. O Tribunal fixará a duração das férias judiciais, tendo em conta as necessidades do serviço.

Artigo 15º

O Tribunal só pode reunir validamente com número ímpar de juízes. As deliberações do Tribunal, quando reunido em sessão plenária, são válidas se estiverem presentes cinco juízes. As deliberações das secções só são válidas se forem proferidas por três juízes; em caso de impedimento de um juiz de uma secção, pode ser chamado um juiz de outra secção, nas condições estabelecidas no regulamento processual.

Artigo 16º

Os juízes e os advogados-gerais não podem exercer funções em causa

em que tenham intervindo anteriormente como agentes, consultores ou advogados de uma das partes, ou sobre que tenham sido chamados a pronunciar-se como membros de um tribunal, comissão de inquérito, ou a qualquer outro título.

Se, por qualquer razão especial, um juiz ou um advogado-geral considerarem que não devem intervir no julgamento ou no exame de determinada causa, devem comunicar o facto ao presidente. Se o presidente considerar que um juiz ou um advogado-geral não deve, por qualquer razão especial, intervir no julgamento ou apresentar conclusões em determinada causa, disso informará o interessado.

Em caso de dificuldade na aplicação deste artigo, o Tribunal decidirá.

As partes não podem invocar nem a nacionalidade de um juiz, nem o facto de nenhum juiz da sua nacionalidade integrar o Tribunal ou uma das suas secções, para pedir a alteração da composição do Tribunal ou de uma das suas secções.

TÍTULO III

Processo

Artigo 17º

Os Estados e as instituições da Comunidade são representados no Tribunal por um agente nomeado para cada causa; o agente pode ser assistido por um consultor ou por advogado autorizado a exercer num dos Estados-membros.

As outras partes devem ser representadas por advogado autorizado a exercer num dos Estados-membros.

Os agentes, consultores e advogados, que compareçam perante o Tribunal, gozam dos direitos e garantias necessárias ao exercício independente das suas funções, nas condições estabelecidas no regulamento processual.

O Tribunal goza, em relação aos consultores e advogados que perante ele compareçam, dos poderes normalmente atribuídos nesta matéria aos tribunais, nas condições estabelecidas no referido regulamento.

Os professores nacionais de Estados-membros, cuja legislação lhes reconheça o direito de pleitear, gozam, perante o Tribunal, dos direitos reconhecidos por este artigo aos advogados.

Artigo 18º

O processo perante o Tribunal compreende duas fases, uma escrita e outra oral.

O processo escrito compreende a comunicação às partes e às instituições da Comunidade, cujas decisões estejam em causa, de requerimentos, memorandos, defesas e observações e, eventualmente, de réplicas, bem como de todas as peças e documentos em seu apoio ou cópias autenticadas.

As comunicações serão efectuadas pelo escrivão segundo a ordem e nos prazos fixados no regulamento processual.

O processo oral compreende a leitura do relatório apresentado pelo juiz relator, a audição pelo Tribunal dos agentes, consultores e advogados e das conclusões do advogado-geral, bem como, se for caso disso, a audição de testemunhas e peritos.

Artigo 19º

O pedido é apresentado ao Tribunal por requerimento escrito enviado ao escrivão. Do requerimento deve constar a indicação do nome e domicílio do requerente e a qualidade do signatário, a indicação da parte contra a qual o pedido é apresentado, o objecto do litígio, as conclusões e uma exposição sumária dos fundamentos do pedido.

O requerimento deve ser acompanhado, se for caso disso, do acto cuja anulação seja pedida ou, no caso a que se refere o artigo 175º do Tratado, de um documento comprovativo da data do convite previsto no mesmo artigo. Se esses documentos não tiverem sido apresentados com o requerimento, o escrivão convidará o interessado a apresentá-los dentro de prazo razoável, sem que possa ser invocada caducidade no caso de a regularização se efectuar depois de decorrido o prazo para a apresentação do pedido.

Artigo 20º

Nos casos previstos no artigo 177º do Tratado, a decisão do órgão jurisdicional nacional que suspenda o processo e que suscite a questão perante o Tribunal será a este notificada por iniciativa desse órgão. Esta decisão será em seguida notificada, pelo escrivão do Tribunal, às partes em causa, aos Estados-membros e à Comissão, bem como ao Conselho, se o acto cuja validade ou interpretação é contestada dele emanar.

No prazo de dois meses a contar desta última notificação, as partes, os Estados-membros, a Comissão e, se for caso disso, o Conselho têm o direito de apresentar ao Tribunal memorandos ou observações escritas.

Artigo 21º

O Tribunal pode pedir às partes que exibam todos os documentos e prestem todas as informações que considere pertinentes. Em caso de recusa, o Tribunal registá-la-á.

O Tribunal pode também pedir aos Estados-membros e às instituições, que não sejam partes no processo, todas as informações que considere necessárias à apreciação da causa.

Artigo 22º

O Tribunal pode, em qualquer momento, confiar uma peritagem a qualquer pessoa, corporação, serviço, comissão ou órgão da sua escolha.

Artigo 23º

Podem ser ouvidas testemunhas, nas condições estabelecidas no regulamento processual.

Artigo 24º

O Tribunal goza, no que respeita às testemunhas faltosas, dos poderes geralmente atribuídos nessa matéria aos tribunais e pode aplicar sanções pecuniárias, nas condições estabelecidas no regulamento processual.

Artigo 25º

As testemunhas e os peritos podem ser ouvidos sob juramento, de acordo com a fórmula estabelecida no regulamento processual ou nos termos previstos na legislação nacional da testemunha ou do perito.

Artigo 26º

O Tribunal pode ordenar que uma testemunha ou um perito sejam ouvidos pela autoridade judicial do seu domicílio.

Esta ordem será dirigida, para execução, à autoridade judicial competente, nas condições estabelecidas no regulamento processual. Os documentos resultantes da execução da carta rogatória serão enviados ao Tribunal, nas mesmas condições.

O Tribunal suportará as despesas, sem prejuízo de, quando for caso disso, as fazer recair sobre as partes.

Artigo 27º

Os Estados-membros considerarão qualquer violação dos juramentos das testemunhas e dos peritos como se a infracção tivesse sido cometida perante um tribunal nacional com competência em matéria cível. Por participação do Tribunal, o Estado-membro em causa processará os autores desse delito perante o órgão jurisdicional nacional competente.

Artigo 28º

A audiência é pública, salvo se o Tribunal, oficiosamente ou a pedido das partes, por motivos graves, decidir em contrário.

Artigo 29º

Durante as audiências, o Tribunal pode interrogar os peritos, as testemunhas e as próprias partes. Todavia, estas últimas só podem litigar por intermédio do seu representante.

Artigo 30º

Em relação a cada audiência será redigida uma acta assinada pelo presidente e pelo escrivão.

Artigo 31º

A ordem por que são realizadas as audiências é determinada pelo presidente.

Artigo 32º

As deliberações do Tribunal são e permanecem secretas.

Artigo 33º

Os acórdãos serão fundamentados e mencionarão os nomes dos juízes que intervieram na deliberação.

Artigo 34º

Os acórdãos serão assinados pelo presidente e pelo escrivão e lidos em audiência pública.

Artigo 35º

O Tribunal decidirá sobre as custas.

Artigo 36º

O presidente do Tribunal pode decidir, em processo sumário que derroque, se necessário, certas disposições deste Estatuto e que será estabelecido no regulamento processual, sobre os pedidos tendentes a obter, quer a suspensão prevista no artigo 185º do Tratado, quer a aplicação de medidas provisórias nos termos do artigo 186º do Tratado, quer a suspensão da execução em conformidade com o disposto no último parágrafo do artigo 192º do Tratado.

Em caso de impedimento do presidente, este será substituído por outro juiz, nas condições estabelecidas no regulamento processual.

A decisão proferida pelo presidente ou pelo seu substituto tem carácter meramente provisório e em nada prejudica a decisão do Tribunal sobre o fundo da causa.

Artigo 37º

Os Estados-membros e as instituições da Comunidade podem intervir nas causas submetidas ao Tribunal.

O mesmo direito é reconhecido a qualquer pessoa que demonstre interesse na resolução da causa submetida ao Tribunal, excepto se se tratar de causas entre Estados-membros, entre instituições da Comunidade, ou entre Estados-membros, de um lado, e instituições da Comunidade, do outro.

As conclusões do pedido de intervenção devem limitar-se a sustentar as conclusões de uma das partes.

Artigo 38º

Se o requerido não apresentar resposta escrita, tendo sido devidamente citado, o acórdão é proferido à sua revelia. O acórdão pode ser impugnado no prazo de um mês a contar da sua notificação. Salvo decisão em contrário do Tribunal, a impugnação não suspende a execução do acórdão proferido à revelia.

Artigo 39º

Os Estados-membros, as instituições da Comunidade e quaisquer outras pessoas singulares ou colectivas podem, nos casos e condições estabelecidas no regulamento processual, impugnar os acórdãos proferidos sem que tenham intervindo na respectiva causa, mediante recurso de oposição de terceiro, se esses acórdãos tiverem prejudicado os seus direitos.

Artigo 40º

Em caso de dúvida sobre o sentido e o alcance de um acórdão, cabe ao Tribunal interpretá-lo, a pedido de uma parte ou de uma instituição da Comunidade que nisso demonstrem interesse.

Artigo 41º

A revisão de um acórdão só pode ser pedida ao Tribunal se se descobrir um facto susceptível de exercer influência decisiva, o qual, antes de proferido o acórdão, era desconhecido do Tribunal e da parte requerente da revisão.

A revisão tem início com um acórdão do Tribunal, que declare expressamente verificada a existência de um facto novo, lhe reconheça as características exigidas para a revisão e declare o pedido admissível com esse fundamento.

Nenhum pedido de revisão pode ser apresentado depois de decorrido o prazo de dez anos a contar da data do acórdão.

Artigo 42º

O regulamento processual fixará prazos especiais tendo em consideração as distâncias.

O decurso de prazos não terá qualquer efeito jurídico prejudicial, se o interessado provar a existência de caso fortuito ou de força maior.

Artigo 43º

As acções contra a Comunidade em matéria de responsabilidade extracontratual prescrevem no prazo de cinco anos a contar da ocorrência do facto que lhe tenha dado origem. A prescrição interrompe-se, quer pela apresentação do pedido no Tribunal, quer através de pedido prévio que o lesado pode dirigir à instituição competente da Comunidade. Neste último caso, o pedido deve ser apresentado no prazo de dois meses previsto no artigo 173º do Tratado; o disposto no segundo parágrafo do artigo 175º do Tratado é aplicável, se for caso disso.

Artigo 44º

Do regulamento processual do Tribunal, referido no artigo 188º do Tratado, constarão, para além das disposições previstas neste Estatuto, quaisquer outras disposições que se tornem indispensáveis para aplicar o presente Estatuto e, se necessário, para completá-lo.

Artigo 45º

O Conselho, deliberando por unanimidade, pode introduzir nas disposições deste Estatuto as adaptações complementares que se afigurem necessárias em consequência das medidas eventualmente tomadas pelo Conselho, nos termos do último parágrafo do artigo 165º do Tratado.

Artigo 46º

O presidente do Conselho procederá, imediatamente depois de prestar juramento, à designação, por sorteio, dos juizes e dos advogados-gerais, cujas funções cessam no termo do primeiro período de três anos, em conformidade com o disposto nos segundo e terceiro parágrafos do artigo 167º do Tratado.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Protocolo.

FEITO em Bruxelas, aos dezassete de Abril de mil novecentos e cinquenta e sete.

J. Ch. Snoy et d'Oppuers

C.F. Ophüls

Robert Marjolin

Vittorio Badini

Lambert Schaus

J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO AOS
PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES
DA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES NO TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA,

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 218º deste Tratado, a Comunidade goza, nos territórios dos Estados-membros, das imunidades e privilégios necessários ao cumprimento da sua missão, nas condições definidas em Protocolo separado;

CONSIDERANDO, por outro lado, que, nos termos do artigo 28º do Protocolo relativo aos Estatutos do Banco Europeu de Investimento, o Banco goza dos privilégios e imunidades definidas no Protocolo referido no parágrafo anterior,

DESIGNARAM, a fim de estabelecer este Protocolo, como plenipotenciários :

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS :

Barão J.Ch. Snoy et d'OPPUERS

Secretário-Geral do Ministério dos Assuntos Económicos, Chefe da delegação belga junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA :

Sr. Professor Doutor Carl Friedrich OPHÜLS

Embaixador da República Federal da Alemanha, Chefe da delegação alemã junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA :

Sr. Robert MARJOLIN

Professor das Faculdades de Direito, Vice-Chefe da delegação francesa junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA :

Sr. V. Badini CONFALONIERI

Sub-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Chefe da delegação italiana junto da Conferência Intergovernamental;

SUA ALTEZA REAL A GRÃ-DUQUESA DO LUXEMBURGO :

Sr. Lambert SCHAUS

Embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo, Chefe da delegação luxemburguesa junto da Conferência Intergovernamental;

SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS :

Sr. J. LINTHORST HOMAN

Chefe da delegação neerlandesa junto da Conferência Intergovernamental;

OS QUAIS, depois de terem trocado os seus plenos poderes reconhecidos em boa e devida forma,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas ao Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia :

CAPÍTULO I

Bens, fundos, haveres e operações
da Comunidade

Artigo 1º

Os locais e as construções da Comunidade são invioláveis. Não podem ser objecto de busca, requisição, confisco ou expropriação. Os bens e haveres da Comunidade não podem ser objecto de qualquer medida coerciva, administrativa ou judicial, sem autorização do Tribunal de Justiça.

Artigo 2º

Os arquivos da Comunidade são invioláveis.

Artigo 3º

A Comunidade, os seus haveres, rendimentos e outros bens estão isentos de quaisquer impostos directos.

Os governos dos Estados-membros tomarão, sempre que lhes for possível, as medidas adequadas tendo em vista a remissão ou o reembolso do montante dos impostos indirectos e das taxas sobre a venda que integrem os preços dos bens móveis e imóveis, no caso de a Comunidade realizar, para seu uso oficial, compras importantes em cujo preço estejam incluídos impostos e taxas dessa natureza. Todavia, a aplicação dessas medidas não deve ter por efeito falsear a concorrência na Comunidade.

Não serão concedidas exonerações quanto a impostos, taxas e direitos que constituam mera remuneração de serviços de interesse geral.

Artigo 4º

A Comunidade está isenta de quaisquer direitos aduaneiros, proibições e restrições à importação e à exportação quanto a artigos destinados a seu uso oficial ; os artigos assim importados não podem ser cedidos a título oneroso ou gratuito no território do país em que tenham sido importados, salvo nas condições autorizadas pelo governo desse país.

A Comunidade está igualmente isenta de quaisquer direitos aduaneiros e de quaisquer proibições e restrições à importação e à exportação quanto às suas publicações.

CAPÍTULO II

Comunicações e livres-trânsitos

Artigo 5º

As instituições da Comunidade beneficiam, no território de cada Estado-membro, para as comunicações oficiais e para a transmissão de todos os seus documentos, do tratamento concedido por esse Estado às missões diplomáticas.

A correspondência oficial e as outras comunicações oficiais das instituições da Comunidade não podem ser censuradas.

Artigo 6º

Os presidentes das instituições da Comunidade podem atribuir aos membros e agentes destas instituições livres-trânsitos cuja forma será estabelecida pelo Conselho e que serão reconhecidos como títulos válidos de circulação pelas autoridades dos Estados-membros. Esses livres-trânsitos serão atribuídos aos funcionários e agentes, nas condições estabelecidas pelos estatutos previstos no artigo 212º do Tratado.

A Comissão pode concluir acordos tendo em vista o reconhecimento desses livres-trânsitos como títulos válidos de circulação no território de Estados terceiros.

CAPÍTULO III

Membros da Assembleia

Artigo 7º

As deslocações dos membros da Assembleia, que se dirijam para ou regressem do local de reunião da Assembleia, não ficam sujeitas a restrições administrativas ou de qualquer outra natureza.

Em matéria aduaneira e de controlo de divisas são concedidas aos membros da Assembleia :

- a) Pelo seu próprio governo, as mesmas facilidades que são concedidas aos altos funcionários que se deslocam ao estrangeiro em missão oficial temporária ;
- b) Pelos governos dos outros Estados-membros, as mesmas facilidades que são concedidas aos representantes de governos estrangeiros em missão oficial temporária.

Artigo 8º

Os membros da Assembleia não podem ser procurados, detidos ou perseguidos pelas opiniões ou votos emitidos no exercício das suas funções.

Artigo 9º

Enquanto durarem as sessões da Assembleia, os seus membros beneficiam :

- a) No seu território nacional, das imunidades reconhecidas aos membros do Parlamento do seu país;
- b) No território de qualquer outro Estado-membro, da não sujeição a qualquer medida de detenção e a qualquer procedimento judicial.

Beneficiam igualmente de imunidade, quando se dirigem para ou regressam do local de reunião da Assembleia.

A imunidade não pode ser invocada em caso de flagrante delito e não pode também constituir obstáculo ao direito de a Assembleia levantar a imunidade de um dos seus membros.

CAPÍTULO IV

Representantes dos Estados-membros
que participam nos trabalhos das
instituições da Comunidade

Artigo 10º

Os representantes dos Estados-membros que participam nos trabalhos das instituições da Comunidade, bem como os seus conselheiros e peritos, gozam, durante o exercício das suas funções e durante as viagens com destino ou em proveniência do local da reunião, dos privilégios, imunidades e facilidades usuais.

O presente artigo é igualmente aplicável aos membros dos órgãos consultivos da Comunidade.

CAPÍTULO V

Funcionários e agentes da Comunidade

Artigo 11º

No território da cada Estado-membro e independentemente da sua nacionalidade, os funcionários e agentes da Comunidade referidos no artigo 212º do Tratado :

- a) Gozam, sem prejuízo do disposto nos artigos 179º e 215º do Tratado, de imunidade de jurisdição no que diz respeito aos actos por eles praticados na sua qualidade oficial, incluindo as suas palavras e escritos, e continuarão a beneficiar desta imunidade após a cessação das suas funções;
- b) Não estão sujeitos, bem como os cônjuges e membros da família a seu cargo, às disposições que limitam a imigração e às formalidades de registo de estrangeiros;
- c) Gozam, no que respeita às regulamentações monetárias ou de câmbio, das facilidades usualmente reconhecidas aos funcionários das organizações internacionais;
- d) Têm o direito de importar o mobiliário e bens pessoais, livres de direitos, do país da última residência ou do país de que são nacionais, por ocasião do início de funções no país em causa, e do direito de reexportar o mobiliário e bens pessoais, livres de direitos, aquando da cessação das suas funções no referido país, sem prejuízo, num e noutro caso, das condições julgadas necessárias pelo governo do país em que tal direito é exercido;
- e) Têm o direito de importar, livre de direitos, o automóvel destinado a uso pessoal, adquirido no país da última residência ou no país de que são nacionais, nas condições do mercado interno deste, e de o reexportar, livre de direitos, sem prejuízo, num e noutro caso, das condições julgadas necessárias pelo governo do país em causa.

Artigo 12º

Os funcionários e agentes da Comunidade ficam sujeitos a um imposto que incidirá sobre os vencimentos, salários e emolumentos por ela pagos e que reverterá em seu benefício, de acordo com as condições e o processo

fixados pelo Conselho, o qual deliberará com base nas propostas formuladas pela Comissão, no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do Tratado.

Os funcionários e agentes da Comunidade ficam isentos de impostos nacionais que incidam sobre os vencimentos, salários e emolumentos pagos pela Comunidade.

Artigo 13º

Para efeitos da aplicação dos impostos sobre o rendimento ou sobre o patrimônio e do imposto sucessório, bem como para efeitos da aplicação das convenções concluídas entre os Estados-membros da Comunidade, destinadas a evitar a dupla tributação, os funcionários e agentes da Comunidade que, exclusivamente para o exercício de funções ao serviço da Comunidade, fixem a sua residência no território de um Estado-membro que não seja o país onde tenham o domicílio fiscal no momento da sua entrada ao serviço da Comunidade, são considerados, quer no país da residência, quer no país do domicílio fiscal, como tendo conservado o domicílio neste último Estado, desde que se trate de membro da Comunidade. Esta disposição é igualmente aplicável ao cônjuge, desde que não exerça qualquer actividade profissional própria, e aos filhos a cargo e à guarda das pessoas referidas no presente artigo.

Os bens móveis pertencentes às pessoas referidas no parágrafo anterior que se encontrem no território do Estado de residência ficam isentos de imposto sucessório nesse Estado; para efeitos da aplicação deste imposto, serão considerados como se se encontrassem no Estado do domicílio fiscal, sem prejuízo dos direitos de Estados terceiros e da eventual aplicação das disposições das convenções internacionais relativas à dupla tributação.

Os domicílios constituídos exclusivamente para o exercício de funções ao serviço de outras organizações internacionais não são tomados em consideração na aplicação do disposto no presente artigo.

Artigo 14º

O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta formulada pela Comissão no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do Tratado,

fixará o regime das prestações sociais aplicáveis aos funcionários e agentes da Comunidade.

Artigo 15º

O Conselho, deliberando sob proposta da Comissão, e após consulta das outras instituições interessadas, determinará as categorias de funcionários e agentes da Comunidade a que é aplicável, no todo ou em parte, o disposto nos artigos 11º, 12º, segundo parágrafo, e 13º.

Os nomes, qualificações e endereços dos funcionários e agentes compreendidos nestas categorias serão comunicados periodicamente aos governos dos Estados-membros.

CAPÍTULO VI

Privilégios e imunidades das missões junto da Comunidade

Artigo 16º

O Estado-membro no território do qual está situada a sede da Comunidade concede às missões dos Estados terceiros acreditadas junto da Comunidade as imunidades diplomáticas usuais.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Artigo 17º

Os privilégios, imunidades e facilidades são concedidos aos funcionários e agentes da Comunidade exclusivamente no interesse desta.

Cada instituição da Comunidade deve levantar a imunidade concedida a um funcionário ou agente, sempre que considere que tal levantamento não é contrário aos interesses da Comunidade.

Artigo 18º

Para efeitos da aplicação do presente Protocolo, as instituições da Comunidade cooperarão com as autoridades responsáveis dos Estados-membros interessados.

Artigo 19º

As disposições dos artigos 11º a 14º, inclusive, e 17º são aplicáveis aos membros da Comissão.

Artigo 20º

As disposições dos artigos 11º a 14º, inclusive, e 17º são aplicáveis aos juízes, advogados-gerais, escrivão e relatores-adjuntos do Tribunal de Justiça, sem prejuízo do disposto no artigo 3º do Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça, respeitante à imunidade de jurisdição dos juízes e advogados-gerais.

Artigo 21º

O presente Protocolo é igualmente aplicável ao Banco Europeu de Investimento, aos membros dos seus órgãos, ao seu pessoal e aos representantes dos Estados-membros que participem nos seus trabalhos, sem prejuízo do disposto no Protocolo relativo aos Estatutos do Banco.

O Banco Europeu de Investimento fica, além disso, isento de toda e qualquer imposição fiscal e parafiscal, aquando da sua criação e dos aumentos de capital, bem como das diversas formalidades que tais operações possam implicar no Estado da sua sede. Do mesmo modo a sua dissolução e liquidação não darão origem a qualquer imposição. Por último, a actividade do Banco e dos seus órgãos, desde que se exerça nas condições estatutárias, não dá origem à aplicação do imposto sobre o volume de negócios.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Protocolo.

FEITO em Bruxelas, aos dezassete de Abril de mil novecentos e cinquenta e sete.

J. Ch. Snoy et d'Oppuers

C.F. Ophüls

Robert Marjolin

Vittorio Badini

Lambert Schaus

J.Linthorst Homan

CONVENÇÃO DE APLICAÇÃO
RELATIVA À ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES
E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS
À COMUNIDADE

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO aprovar a Convenção de aplicação prevista no artigo 136º do Tratado,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

Artigo 1º

Os Estados-membros participarão, de acordo com as condições a seguir fixadas, nas medidas adequadas à promoção do desenvolvimento social e económico dos países e territórios enumerados no Anexo IV do Tratado, mediante um esforço que será complementar do esforço desenvolvido pelas autoridades responsáveis por esses países e territórios.

Para o efeito, é instituído um Fundo de Desenvolvimento para os Países e Territórios Ultramarinos, ao qual os Estados-membros pagarão, durante cinco anos, as contribuições anuais previstas no Anexo A da presente Convenção.

O Fundo é administrado pela Comissão.

Artigo 2º

As autoridades responsáveis pelos países e territórios apresentarão à Comissão, de acordo com as autoridades locais ou com os representantes da população dos países e territórios interessados, os projectos sociais e económicos para os quais seja pedido o financiamento da Comunidade.

Artigo 3º

A Comissão aprovará anualmente os programas gerais de afectação dos fundos disponíveis às diferentes categorias de projectos, de acordo com o Anexo B da presente Convenção.

Dos programas gerais constarão projectos para o financiamento de:

- a) Certas instituições sociais, nomeadamente hospitais, estabelecimentos de ensino ou de investigação técnica, instituições de orientação e promoção de actividades profissionais das populações;
- b) Investimentos económicos de interesse geral directamente ligados à execução de um programa que inclua projectos de desenvolvimento produtivos e concretos.

Artigo 4º

No início de cada ano financeiro, o Conselho, deliberando, por maioria qualificada, após consulta da Comissão, determinará os montantes a consagrar ao financiamento:

- a) Das instituições sociais mencionadas na alínea a) do artigo 3º;
- b) Dos investimentos económicos de interesse geral referidos na alínea b) do artigo 3º.

A decisão do Conselho deve ter em vista uma repartição geográfica racional dos montantes disponíveis.

Artigo 5º

1. A Comissão determinará a repartição dos montantes disponíveis, nos termos da alínea a) do artigo 4º, pelos diversos pedidos de financiamento de instituições sociais.
2. A Comissão elaborará as propostas de financiamento dos projectos de investimento económico que considere abrangidos pela alínea b) do artigo 4º.

A Comissão submeterá estas propostas ao Conselho.

Se, no prazo de um mês, nenhum Estado-membro pedir que tais propostas sejam submetidas à apreciação do Conselho, estas considerar-se-ão aprovadas.

Quando uma proposta for submetida à apreciação do Conselho, este delibe-

rará por maioria qualificada, no prazo de dois meses.

3. Os montantes não afectados no decurso de um ano serão reportados para os anos seguintes.

4. Os montantes atribuídos serão postos à disposição das autoridades responsáveis pela execução dos trabalhos. A Comissão velará por que esses montantes sejam utilizados para os fins a que foram destinados e nas condições económicas mais favoráveis.

Artigo 6º

No prazo de seis meses a contar da data da entrada em vigor do Tratado, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, fixará as modalidades relativas à exigência e transferência das contribuições financeiras, ao regime orçamental e à administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento.

Artigo 7º

A maioria qualificada prevista nos artigos 4º, 5º e 6º é de 67 votos.

Os Estados-membros dispõem, respectivamente, de :

Bélgica	11 votos
Alemanha	33 votos
França	33 votos
Itália	11 votos
Luxemburgo	1 voto
Países Baixos	11 votos

Artigo 8º

Em cada país ou território, o direito de estabelecimento será gradualmente alargado aos nacionais e sociedades dos Estados-membros que não sejam os que mantêm relações especiais com esse país ou território. Durante o primeiro ano de aplicação da presente Convenção, o Conselho, deliberando por

maioria qualificada, sob proposta da Comissão, fixará as modalidades para assegurar a supressão gradual, no decurso do período de transição, de toda e qualquer discriminação.

Artigo 9º

Nas trocas comerciais entre os Estados-membros e os países e territórios, o regime aduaneiro aplicável é o previsto nos artigos 133º e 134º do Tratado.

Artigo 10º

Durante o período de vigência da presente Convenção, os Estados-membros aplicarão nas suas trocas comerciais com os países e territórios as disposições do capítulo do Tratado relativo à supressão das restrições quantitativas entre os Estados-membros, por eles aplicadas, durante o mesmo período, nas suas relações recíprocas.

Artigo 11º

1. Em cada país ou território em que existam contingentes de importação, e um ano após a entrada em vigor da presente Convenção, os contingentes abertos aos Estados que não sejam aquele com o qual esse país ou território mantém relações especiais serão transformados em contingentes globais acessíveis, sem discriminação, aos outros Estados-membros. A partir da mesma data, esses contingentes serão aumentados anualmente por aplicação do disposto no artigo 32º e nos nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7 do artigo 33º do Tratado.

2. Quando, no caso de um produto não liberalizado, o contingente global não atingir 7% da importação total num país ou território, será estabelecido um contingente de 7% dessa importação, no prazo máximo de um ano após a entrada em vigor da presente Convenção, e aumentado anualmente nos termos do nº 1.

3. Quando, no caso de certos produtos, não for aberto qualquer contingente à importação num país ou território, a Comissão fixará, por meio de decisão, as modalidades de abertura e alargamento dos contingentes oferecidos

aos outros Estados-membros.

Artigo 12º

Na medida em que os contingentes de importação dos Estados-membros incidam sobre importações provenientes, tanto de um Estado que mantenha relações especiais com um país ou território, como deste país ou território, a parte de importação proveniente dos países e territórios será objecto de um contingente global, estabelecido a partir das estatísticas de importação. Este contingente será estabelecido no decurso do primeiro ano de aplicação da presente Convenção e aumentado nos termos do artigo 10º.

Artigo 13º

As disposições do artigo 10º são aplicáveis sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir, nem um meio de discriminação arbitrária, nem qualquer restrição dissimulada ao comércio.

Artigo 14º

Após o termo de vigência da presente Convenção e até serem adoptadas as disposições de associação a prever para um novo período, os contingentes de importação nos países e territórios, por um lado, e nos Estados-membros, por outro, permanecerão, no que diz respeito aos produtos originários de tais países e territórios, ao nível fixado para o quinto ano. Será igualmente mantido o regime do direito de estabelecimento existente no final do quinto ano.

Artigo 15º

1. As importações de café verde na Itália e nos países do Benelux, e de bananas na República Federal da Alemanha, provenientes de países terceiros, beneficiarão de contingentes pautais, nos termos dos Protocolos anexos

à presente Convenção.

2. Se o termo de vigência da Convenção se verificar antes da conclusão de um novo acordo, os Estados-membros beneficiarão, na pendência do novo acordo de contingentes pautais relativamente às bananas, ao cacau em grão e ao café verde, para os quais valem os direitos aplicáveis no início da segunda fase; tais contingentes serão iguais ao volume das importações provenientes de países terceiros efectuadas durante o último ano de que existam dados estatísticos.

Esses contingentes serão aumentados, se for caso disso, proporcionalmente ao crescimento do consumo nos países importadores.

3. Os Estados-membros que beneficiem de contingentes pautais, para os quais valem os direitos aplicados à data da entrada em vigor do Tratado, de acordo com os Protocolos relativos às importações de café verde e de bananas provenientes de países terceiros, têm o direito de obter para estes produtos, em vez do regime previsto no número anterior, a manutenção desses contingentes pautais ao nível que tenham atingido no termo de vigência da Convenção.

Esses contingentes serão aumentados, se for caso disso, nos termos do nº 2.

4. A pedido dos Estados interessados, a Comissão fixará o volume dos contingentes pautais previstos nos números anteriores.

Artigo 16º

As disposições dos artigos 1º a 8º, inclusive, da presente Convenção são aplicáveis à Argélia e aos departamentos franceses ultramarinos.

Artigo 17º

Sem prejuízo da aplicação do disposto nos artigos 14º e 15º, a presente Convenção é concluída por um período de cinco anos.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

Anexo A previsto no artigo 1º da Convenção

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Percentagens	10%	12,5%	16,5%	22,5%	38,5%	100%

Países

Em milhões de unidades de conta U.E.P.

Bélgica	7	8,75	11,55	15,75	26,95	70
Alemanha	20	25	33	45	77	200
França	20	25	33	45	77	200
Itália	4	5	6,60	9	15,40	40
Luxemburgo	0,125	0,15625	0,20625	0,28125	0,48125	1,25
Países Baixos	7	8,75	11,55	15,75	26,95	70

Anexo B previsto no artigo 3º da Convenção

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Percentagens	10%	12,5%	16,5%	22,5%	38,5%	100%

Países e
territórios
ultramarinos
de:

Em milhões de unidades de conta U.E.P.

Bélgica	3	3,75	4,95	6,75	11,55	30
França	51,125	63,906	84,356	115,031	196,832	511,25
Itália	0,5	0,625	0,825	1,125	1,925	5
Países Baixos	3,5	4,375	5,775	7,875	13,475	35

PROTOCOLO
RELATIVO AO CONTINGENTE PAUTAL PARA AS
IMPORTAÇÕES DE BANANAS
(ex 08.01 da Nomenclatura de Bruxelas)

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas à Convenção :

1. A partir da primeira aproximação dos direitos externos prevista no nº 1, alínea b), do artigo 23º do Tratado e até ao final da segunda fase, a República Federal da Alemanha beneficiará de um contingente anual de importação, livre de direitos, de 90% das quantidades importadas durante o ano de 1956, após dedução das quantidades provenientes dos países e territórios referidos no artigo 131º do Tratado.

2. A partir do final da segunda fase e até ao final da terceira fase, este contingente será de 80% da quantidade acima definida.

3. Os contingentes anuais fixados nos números anteriores serão aumentados de 50% da diferença entre, por um lado, as quantidades totais importadas no decurso do ano anterior e, por outro, as importadas durante o ano de 1956.

No caso de as importações totais terem diminuído em relação ao ano de 1956, os contingentes anuais acima previstos não podem exceder 90% das importações de cada ano anterior, no período referido no nº 1, e 80% das importações de cada ano anterior, no período referido no nº 2.

4. A partir da aplicação integral da pauta aduaneira comum, o contingente será de 75% das importações do ano de 1956. Este contingente será aumentado nos termos do primeiro parágrafo do nº 3.

No caso de as importações terem diminuído em relação ao ano de 1956, o contingente anual acima previsto não pode exceder 75% das importações de cada ano anterior.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, decidirá da supressão ou modificação deste contingente.

5. O montante das importações do ano de 1956, deduzidas as importações provenientes dos países e territórios referidos no artigo 131º do Tratado, que, nos termos das disposições anteriores, deve servir de base ao cálculo dos contingentes, é de 290.000 toneladas.

6. No caso de os países e territórios se encontrarem na impossibilidade de fornecer integralmente as quantidades pedidas pela República Federal da Alemanha, os Estados-membros interessados declaram-se prontos a dar o seu acordo a um aumento correspondente do contingente pautal alemão.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
L. Linthorst Homan

No momento da assinatura deste Protocolo, o Plenipotenciário da República Federal da Alemanha fez, em nome do seu Governo, a declaração seguinte, de que os outros Plenipotenciários tomaram a devida nota :

A República Federal da Alemanha declara-se pronta a apoiar as medidas que possam ser tomadas por entidades privadas alemãs tendo em vista favorecer, na República Federal, a venda de bananas provenientes dos países e territórios ultramarinos associados.

Com esse objectivo, devem iniciar-se, tão depressa quanto possível, negociações entre os meios económicos dos diferentes países interessados no fornecimento e comércio de bananas.

PROTOCOLO
RELATIVO AO CONTINGENTE PAUTAL PARA AS
IMPORTAÇÕES DE CAFÉ VERDE
(ex 09.01 da Nomenclatura de Bruxelas)

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas à Convenção :

A. Itália

Durante o primeiro período de associação dos países e territórios ultramarinos à Comunidade e após a primeira modificação dos direitos aduaneiros realizada nos termos do artigo 232 do Tratado, as importações de café verde, provenientes de países terceiros, no território da Itália ficarão sujeitas aos direitos aduaneiros aplicáveis à data da entrada em vigor do Tratado, até ao limite de um contingente anual igual ao total das importações de café verde efectuadas na Itália e provenientes de países terceiros durante o ano de 1956.

A partir do sexto ano após a entrada em vigor do Tratado e até ao final da segunda fase, o contingente inicial previsto no parágrafo anterior será reduzido de 20 %.

A partir do início da terceira fase, e para o período de duração desta, o contingente será fixado em 50% do contingente inicial.

Durante quatro anos após o termo do período de transição, as importações de café verde na Itália podem continuar a beneficiar dos direitos aduaneiros aplicáveis nesse país à data da entrada em vigor do Tratado, até um montante que não exceda 20% do contingente inicial.

A Comissão examinará se a percentagem e o prazo previstos no parágrafo anterior se justificam.

As disposições do Tratado são aplicáveis às quantidades importadas para além dos contingentes acima previstos.

B. Benelux

A partir do início da segunda fase, e para o período de duração desta, as importações de café verde, provenientes de países terceiros, nos territórios dos países do Benelux podem continuar a ser efectuadas, livres de direitos aduaneiros até uma tonelagem de 85% da quantidade total de

café verde importada durante o último ano de que existam dados estatísticos.

A partir do início da terceira fase, e para o período de duração desta, as importações, livres de direitos aduaneiros, previstas no parágrafo anterior, serão reduzidas a 50% da tonelagem total das importações de café verde efectuadas durante o último ano de que existam dados estatísticos.

As disposições do Tratado são aplicáveis às quantidades importadas para além dos contingentes acima previstos.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

CONVENÇÃO
RELATIVA A CERTAS INSTITUIÇÕES
COMUNS ÀS COMUNIDADES EUROPEIAS

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA, SUA ALTEZA REAL A GRÃ-DUQUESA DO LUXEMBURGO, SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS,

PREOCUPADOS em limitar o número de instituições encarregadas de desempenhar atribuições análogas nas Comunidades Europeias, por eles constituídas,

DECIDIRAM criar para estas Comunidades certas instituições únicas e, para esse efeito, designaram como plenipotenciários:

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS:

Sr. Paul Henri SPAAK,
Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Barão J.Ch. Snoy et d'OPPUERS,
Secretário-Geral do Ministério dos Assuntos Económicos, Chefe da delegação belga junto da Conferência Intergovernamental;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:

Sr. Doutor Konrad ADENAUER,
Chanceler Federal;

Sr. Professor Doutor Walter HALLSTEIN,
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA:

Sr. Christian PINEAU,
Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Sr. Maurice FAURE,
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA

Sr. Antonio SEGNI,
Presidente do Conselho de Ministros;

Sr. Professor Gaetano MARTINO,
Ministro dos Negócios Estrangeiros;

SUA ALTEZA REAL A GRÃ-DUQUESA DO LUXEMBURGO:

Sr. Joseph BECH,
Chefe do Governo, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
Sr. Lambert SCHAUS,
Embaixador, Chefe da delegação luxemburguesa junto da Conferência
Intergovernamental;

SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS:

Sr. Joseph LUNS,
Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Sr. J. LINTHORST HOMAN,
Chefe da delegação neerlandesa junto da Conferência Intergovernamental;

OS QUAIS, depois de terem trocado os seus plenos poderes reconhecidos em
boa e devida forma,

ACORDARAM no seguinte:

SECÇÃO I

A Assembleia

Artigo 1º

Os poderes e a competência atribuídos à Assembleia, quer pelo Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, quer pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, serão exercidos, nas condições previstas nesses Tratados, por uma Assembleia única, composta e designada nos termos do artigo 138º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e do artigo 108º do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Artigo 20

1. A partir da sua entrada em funções, a Assembleia única, referida no artigo anterior, substituirá a Assembleia Comum prevista no artigo 210 do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. A Assembleia única exercerá os poderes e a competência atribuídos à Assembleia Comum pelo referido Tratado, em conformidade com as suas disposições.

2. Para o efeito, o artigo 210 do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço fica revogado, à data da entrada em funções da Assembleia única, referida no artigo anterior, e é substituído pelas disposições seguintes :

"Artigo 210

1. A Assembleia é composta por delegados que serão designados pelos Parla-mentos de entre os seus membros, segundo o processo estabelecido por cada Estado-membro.

2. O número de delegados é fixado da seguinte forma:

Alemanha	36
Bélgica	14
França	36
Itália	36
Luxemburgo	6
Países Baixos	14

3. A Assembleia elaborará projectos destinados à eleição por sufrágio universal directo, segundo um processo uniforme em todos os Estados-membros.

O Conselho, deliberando por unanimidade, aprovará as disposições adequadas, cuja adopção recomendará aos Estados-membros, em conformidade com as res-pectivas normas constitucionais".

SECÇÃO II

O Tribunal de Justiça

Artigo 30

A competência atribuída ao Tribunal de Justiça, quer pelo Tratado que

institui a Comunidade Económica Europeia, quer pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, será exercida, nas condições previstas nesses Tratados, por um Tribunal de Justiça único, composto e designado nos termos dos artigos 165º a 167º, inclusive, do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e dos artigos 137º a 139º, inclusive, do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Artigo 4º

1. A partir da sua entrada em funções, o Tribunal de Justiça único, referido no artigo anterior, substituirá o Tribunal previsto no artigo 32º do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. O Tribunal de Justiça único exercerá a competência atribuída àquele Tribunal pelo referido Tratado, em conformidade com as suas disposições.

O presidente do Tribunal de Justiça único, referido no artigo anterior, exercerá as atribuições conferidas pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço ao presidente do Tribunal previsto neste Tratado.

2. Para o efeito, à data da entrada em funções do Tribunal de Justiça único, referido no artigo anterior :

a) O artigo 32º do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço fica revogado e é substituído pelas disposições seguintes :

"Artigo 32º

O Tribunal é composto por sete juízes.

O Tribunal reúne-se em sessão plenária. Pode, no entanto, criar secções, cada uma delas constituída por três ou cinco juízes, quer para procederem a certas diligências de instrução, quer para julgarem certas categorias de causas, de acordo com as condições previstas em regulamento estabelecido para o efeito.

O Tribunal reúne-se em sessão plenária, sempre que tenha de decidir sobre causas introduzidas por qualquer Estado-membro ou instituição da Comunidade, bem como sobre questões prejudiciais que lhe sejam submetidas por força do artigo 41º.

Se o Tribunal lho solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de juízes e proceder às necessárias adaptações dos segundo e terceiro parágrafos do presente artigo e do segundo parágrafo do artigo 32Q-B".

"Artigo 32Q - A

O Tribunal é assistido por dois advogados-gerais.

Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas submetidas ao Tribunal, para assitir este último no desempenho das suas atribuições, tal como vêm definidas no artigo 31Q.

Se o Tribunal lho solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados-gerais e proceder às necessárias adaptações do terceiro parágrafo do artigo 32Q-B".

"Artigo 32Q - B

Os juízes e os advogados-gerais, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência, são nomeados, de comum acordo, pelos governos dos Estados-membros, por um período de seis anos.

De três em três anos proceder-se-á a uma substituição parcial dos juízes, a qual incidirá alternadamente sobre três e quatro juízes. Os três juízes cujas funções cessem no termo do primeiro período de três anos são designados por sorteio.

De três em três anos proceder-se-á a uma substituição parcial dos advogados-gerais. O advogado-geral cujas funções cessem no termo do primeiro período de três anos é designado por sorteio.

Os juízes e os advogados-gerais cessantes podem ser nomeados de novo.

Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o presidente do Tribunal, que pode ser reeleito".

"Artigo 32Q - C

O Tribunal nomeia o seu escrivão e estabelece o respectivo estatuto".

b) São revogadas as disposições do Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça anexo ao Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em tudo o que contrarie o disposto nos artigos 32º a 32º-C , inclusive, desse Tratado.

SECÇÃO III

O Comité Económico e Social

Artigo 5º

1. As funções confiadas ao Comité Económico e Social, quer pelo Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, quer pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, serão exercidas, nas condições previstas nesses Tratados, por um Comité Económico e Social único, composto e designado nos termos do artigo 194º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e do artigo 166º do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

2. O Comité Económico e Social único, referido no número anterior, deve compreender uma secção especializada e pode incluir subcomités competentes em domínios ou questões incluídas no âmbito do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

3. O disposto nos artigos 193º e 197º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia é aplicável ao Comité Económico e Social único, referido no nº 1.

SECÇÃO IV

O financiamento destas instituições

Artigo 6º

As despesas de funcionamento da Assembleia única, do Tribunal de Justiça único e do Comité Económico e Social único serão repartidas, em partes iguais, pelas Comunidades interessadas.

As disposições para a execução do presente artigo serão adoptadas, de comum acordo, pelas autoridades competentes de cada Comunidade.

Disposições finais

Artigo 7º

A presente Convenção será ratificada pelas Altas partes Contratantes em conformidade com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.

A presente Convenção entrará em vigor na data em que entrarem em vigor o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Artigo 8º

A presente Convenção, redigida num único exemplar, em língua alemã, francesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer dos quatro textos, será depositada nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas no final da presente Convenção.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

PROTOCOLO RELATIVO
ÀS IMPORTAÇÕES NA COMUNIDADE
ECONÓMICA EUROPEIA
DE PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS
NAS ANTILHAS NEERLANDESAS

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES

DESEJANDO precisar o regime de trocas comerciais aplicável às importações na Comunidade Económica Europeia de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas,

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas a este Tratado :

Artigo 1º

O presente Protocolo é aplicável aos produtos petrolíferos indicados nas posições 27.10, 27.11, 27.12, ex. 27.13 (parafina, ceras de petróleo ou de minerais betuminosos e resíduos parafínicos) e 27.14 da Nomenclatura de Bruxelas, importados para utilização nos Estados-membros.

Artigo 2º

Os Estados-membros comprometem-se a conceder aos produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas as preferências pautais resultantes da associação destas últimas à Comunidade, nas condições previstas no presente Protocolo. Estas disposições são válidas quaisquer que sejam as regras de origem aplicadas pelos Estados-membros.

Artigo 3º

1. Quando a Comissão, a pedido de um Estado-membro ou por iniciativa própria, verificar que as importações na Comunidade de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas sob o regime previsto no artigo 2º supra provocam dificuldades reais no mercado de um ou de vários Estados-membros, decidirá que os direitos aduaneiros aplicáveis a essas importações sejam introduzidos, aumentados ou reintroduzidos pelos Estados-membros interessados, na medida e durante o período necessário para fazer face a tal situação. As taxas dos direitos aduaneiros assim introduzidos, aumentados ou reintroduzidos não podem exceder as dos direitos aduaneiros aplicáveis relativamente a países terceiros para os mesmos produtos.

2. As disposições do número anterior podem, de qualquer modo, ser aplicadas sempre que as importações na Comunidade de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas atinjam os dois milhões de toneladas por ano.

3. As decisões tomadas pela Comissão por força dos nºs 1 e 2, incluindo as que tenham por fim rejeitar o pedido de um Estado-membro, serão comunicadas ao Conselho. Este pode apreciá-las a pedido de qualquer Estado-membro e em qualquer momento alterá-las ou revogá-las, por meio de decisão tomada por maioria qualificada.

Artigo 4º

1. Se um Estado-membro considerar que as importações de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas, efectuadas directamente ou através de outro Estado-membro sob o regime previsto no artigo 2º supra, provocam dificuldades reais no seu mercado e que é necessária uma acção imediata para lhes fazer face, pode decidir, por iniciativa própria, aplicar a essas importações direitos aduaneiros cujas taxas não podem exceder as dos direitos aduaneiros aplicáveis relativamente a países terceiros para os mesmos produtos. Esse Estado-membro notificará esta decisão à Comissão que decidirá no prazo de um mês se as medidas por ele tomadas podem ser mantidas ou se devem ser alteradas ou suprimidas. O disposto no nº 3 do artigo 3º é aplicável a esta decisão da Comissão.

2. Quando as importações de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas, efectuadas directamente ou através de outro Estado-membro sob o regime previsto no artigo 2º supra, num ou mais Estados-membros da CEE, excederem, durante um ano civil, as quantidades indicadas em anexo a este Protocolo, as medidas eventualmente tomadas por força do nº 1 por esse ou esses Estados-membros durante o ano em curso serão consideradas legítimas; a Comissão, depois de se certificar de que as quantidades fixadas foram atingidas, registará formalmente as medidas tomadas. Nesse caso, os outros Estados-membros abster-se-ão de submeter a questão ao Conselho.

Artigo 5º

Se a Comunidade decidir aplicar restrições quantitativas às importações de produtos petrolíferos de qualquer proveniência, essas restrições podem ser igualmente aplicadas às importações dos mesmos produtos provenientes das Antilhas Neerlandesas. Nesse caso, será assegurado às Antilhas Neerlandesas um tratamento preferencial relativamente a países terceiros.

Artigo 6º

1. As disposições dos artigos 2º a 5º serão revistas por decisão unânime do Conselho, após consulta da Assembleia e da Comissão, quando for adoptada uma definição comum de origem para os produtos petrolíferos provenientes de países terceiros e de países associados, ou quando forem tomadas decisões no âmbito de uma política comercial comum para os produtos em causa, ou ainda quando for estabelecida uma política energética comum.

2. Todavia, no momento de tal revisão devem, de qualquer modo, ser mantidas preferências equivalentes em favor das Antilhas Neerlandesas, sob uma forma adequada e para uma quantidade mínima de dois milhões e meio de toneladas de produtos petrolíferos.

3. Os compromissos da Comunidade relativos às preferências equivalentes mencionadas no nº. 2 deste artigo podem, se necessário, ser objecto de uma repartição por país, tendo em conta as quantidades indicadas em anexo a este Protocolo.

Artigo 7º

Para a execução deste Protocolo, cabe à Comissão seguir a evolução das importações nos Estados-membros de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Neerlandesas. Os Estados-membros comunicarão à Comissão, a qual assegurará a sua difusão, todas as informações úteis para o efeito, segundo as modalidades administrativas que esta recomendar.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Protocolo.

H. Fayat
R. Lahr
J.M. Boegner
C. Russo

E. Schaus
H. R. Van Houten
W.F.M. Lampe

FEITO em Bruxelas, aos treze de Novembro de mil novecentos e sessenta e dois.

Anexo ao Protocolo

Para execução do nº 2 do artigo 4º do Protocolo relativo às importações na Comunidade Económica Europeia de produtos petrolíferos refinados nas Antilhas Holandesas, as Altas Partes Contratantes decidiram que a quantidade de dois milhões de toneladas de produtos petrolíferos das Antilhas será repartida entre os Estados membros da seguinte forma :

Alemanha	625.000 toneladas
União económica belgo-luxemburguesa	200.000 toneladas
França	75.000 toneladas
Itália	100.000 toneladas
Países Baixos	1.000.000 toneladas

ACTA FINAL

P I/231

A CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL PARA O MERCADO COMUM E EURATOM, instituída em Veneza aos 29 de Maio de 1956 pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Reino da Bélgica, da República Federal da Alemanha, da República Francesa, da República Italiana, do Grão-Ducado do Luxemburgo e do Reino dos Países Baixos, que prosseguiu os seus trabalhos em Bruxelas e, após a conclusão destes, se reuniu em Roma aos 25 de Março de 1957, APROVOU OS TEXTOS SEGUINTEs :

I

1. TRATADO que institui a Comunidade Económica Europeia, e seus Anexos,
2. Protocolo relativo aos Estatutos do Banco Europeu de Investimento,
3. Protocolo relativo ao comércio interno alemão e às questões com ele relacionadas,
4. Protocolo relativo a certas disposições respeitantes à França,
5. Protocolo respeitante à Itália,
6. Protocolo respeitante ao Grão-Ducado do Luxemburgo,
7. Protocolo relativo às mercadorias originárias e provenientes de certos países e que beneficiam de um regime especial aquando da importação num dos Estados-membros,
8. Protocolo relativo ao regime a aplicar aos produtos submetidos à competência da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço no que respeita à Argélia e aos departamentos ultramarinos da República Francesa,
9. Protocolo relativo aos óleos minerais e a alguns dos seus derivados,
10. Protocolo relativo à aplicação do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia às partes não europeias do Reino dos Países Baixos,
11. Convenção de aplicação relativa à associação dos países e territórios ultramarinos à Comunidade, e seus anexos,
12. Protocolo relativo ao contingente pautal para as importações de banana,

13. Protocolo relativo ao contingente pautal para as importações de café verde.

II

1. TRATADO que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, e seus Anexos,
2. Protocolo relativo à aplicação do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica às partes não europeias do Reino dos Países Baixos.

III

CONVENÇÃO relativa a certas instituições comuns às Comunidades Europeias.

No momento da assinatura destes textos a Conferência adoptou as declarações a seguir enumeradas e anexas à presente Acta:

1. Declaração comum relativa à cooperação com os Estados-membros das organizações internacionais,
2. Declaração comum respeitante a Berlim,
3. Declaração de intenções tendo em vista a associação à Comunidade Económica Europeia dos países independentes pertencentes à zona do franco,
4. Declaração de intenções tendo em vista a associação à Comunidade Económica Europeia do Reino da Líbia,
5. Declaração de intenções relativa à Somália actualmente sob tutela da República Italiana,
6. Declaração de intenções tendo em vista a associação à Comunidade Económica Europeia do Suriname e das Antilhas Neerlandesas.

A Conferência, por outro lado, tomou conhecimento das declarações a seguir enumeradas e anexas à presente Acta :

1. Declaração do Governo da República Federal da Alemanha relativa à definição da expressão "nacionais alemães",
2. Declaração do Governo da República Federal da Alemanha relativa à aplicação dos Tratados a Berlim,
3. Declaração do Governo da República Francesa relativa aos pedidos de patente que abrangem conhecimentos sujeitos ao regime de segredo, por razões de defesa.

Por fim, a Conferência decidiu elaborar em momento posterior :

1. O Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica Europeia,
2. O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Comunidade Económica Europeia,
3. O Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia da Energia Atómica,
4. O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Os Protocolos 1 e 2 constituirão anexos do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e os Protocolos 3 e 4 constituirão anexos do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas no final da presente Acta Final.

FEITO em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.

P. H. Spaak
Adenauer
Pineau
Antonio Segni
Bech
J. Luns

J. Ch. Snoy et d'Oppuers
Hallstein
M. Faure
Gaetano Martino
Lambert Schaus
J. Linthorst Homan

DECLARAÇÕES

1. Declaração comum relativa à cooperação com os Estados-membros das organizações internacionais

OS GOVERNOS DO REINO DA BÉLGICA, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, DA REPÚBLICA FRANCESA, DA REPÚBLICA ITALIANA, DO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO E DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

NO MOMENTO da assinatura dos Tratados que instituem a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica,

CONSCIENTES das responsabilidades que assumem para o futuro da Europa, pela união dos seus mercados, aproximação das suas economias e definição, neste domínio, dos princípios e modalidades de uma política comum,

RECONHECENDO que a instituição de uma união aduaneira e de uma colaboração estreita no desenvolvimento pacífico da energia nuclear, instrumentos eficazes de progresso económico e social, deve contribuir, não apenas para a sua prosperidade, mas também para a dos outros países,

PREOCUPADOS em associar estes países às perspectivas de expansão que esta realização lhes oferece,

DECLARAM-SE DISPOSTOS a concluir, a partir da entrada em vigor destes Tratados, acordos com outros países, nomeadamente no âmbito das organizações internacionais de que façam parte, de modo a atingir estes objectivos de interesse comum e a garantir o desenvolvimento harmonioso do conjunto das trocas comerciais.

2. Declaração comum respeitante a Berlim

OS GOVERNOS DO REINO DA BÉLGICA, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, DA REPÚBLICA FRANCESA, DA REPÚBLICA ITALIANA, DO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO E DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

TENDO EM ATENÇÃO a situação especial de Berlim e a necessidade de lhe proporcionar o apoio do mundo livre,

PREOCUPADOS em confirmar a sua solidariedade com a população de Berlim,

FARÃO USO DOS SEUS BONS OFÍCIOS na Comunidade para que sejam tomadas todas as medidas necessárias com o objectivo de facilitar a situação económica e social de Berlim, favorecer o seu desenvolvimento e garantir a sua estabilidade económica.

3. Declaração de intenções tendo em vista a associação à Comunidade Económica Europeia dos países independentes pertencentes à zona do franco

OS GOVERNOS DO REINO DA BÉLGICA, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, DA REPÚBLICA FRANCESA, DA REPÚBLICA ITALIANA, DO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO E DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

TENDO EM CONSIDERAÇÃO os acordos e convenções de natureza económica, financeira e monetária concluídos entre a França e os outros países independentes pertencentes à zona do franco,

PREOCUPADOS em manter e intensificar as correntes tradicionais de trocas comerciais entre os Estados-membros da Comunidade Económica Europeia e esses países independentes, e em contribuir para o desenvolvimento económico e social destes últimos,

DECLARAM-SE PRONTOS, a partir da entrada em vigor deste Tratado, a propor a estes países negociações com vista à conclusão de convenções de associação económica à Comunidade.

4. Declaração de intenções tendo em vista a associação à Comunidade Económica Europeia do Reino da Líbia

OS GOVERNOS DO REINO DA BÉLGICA, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, DA REPÚBLICA FRANCESA, DA REPÚBLICA ITALIANA, DO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO E DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

TENDO EM CONSIDERAÇÃO os laços económicos existentes entre a Itália e o Reino da Líbia,

PREOCUPADOS em manter e intensificar as correntes tradicionais de trocas comerciais entre os Estados-membros da Comunidade e o Reino da Líbia, e

em contribuir para o desenvolvimento económico e social deste último,

DECLARAM-SE PRONTOS, a partir da entrada em vigor deste Tratado, a propor ao Reino da Líbia negociações tendo em vista a conclusão de convenções de associação económica à Comunidade.

5. Declaração de intenções relativa à Somália actualmente sob tutela da República Italiana

OS GOVERNOS DO REINO DA BÉLGICA, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, DA REPÚBLICA FRANCESA, DA REPÚBLICA ITALIANA, DO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO E DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

PREOCUPADOS, no momento da assinatura do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, em precisar o alcance do disposto nos artigos 131º e 227º deste Tratado, atendendo a que, nos termos do artigo 24º do Acordo de tutela para o território da Somália, a administração italiana deste território cessará em 2 de Dezembro de 1960,

ACORDARAM em conceder às autoridades que serão responsáveis, após essa data, pelas relações externas da Somália a faculdade de confirmar a associação deste território à Comunidade e declaram-se prontos a propor, se for caso disso, a essas autoridades negociações tendo em vista a conclusão de convenções de associação económica à Comunidade.

6. Declaração de intenções tendo em vista a associação à Comunidade Económica Europeia do Suriname e das Antilhas Neerlandesas.

OS GOVERNOS DO REINO DA BÉLGICA, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, DA REPÚBLICA FRANCESA, DA REPÚBLICA ITALIANA, DO GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO E DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

TENDO EM CONSIDERAÇÃO os laços estreitos que unem as diversas partes que constituem o Reino dos Países Baixos,

PREOCUPADOS em manter e intensificar as correntes tradicionais de trocas comerciais entre os Estados-membros da Comunidade Económica Europeia, por um lado, e o Suriname e as Antilhas Neerlandesas, por outro, e em contribuir para o desenvolvimento económico e social destes países,

DECLARAM-SE PRONTOS, a partir da entrada em vigor deste Tratado e a pedido do Reino dos Países Baixos, a encetar negociações tendo em vista a conclusão de convenções de associação económica do Suriname e das Antilhas Neerlandesas à Comunidade.

1. Declaração do Governo da República Federal da Alemanha relativa à definição da expressão "nacionais alemães"

No momento da assinatura do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, o Governo da República Federal da Alemanha faz a seguinte declaração:

"No que respeita à República Federal da Alemanha, por "nacionais" entendem-se todos os alemães, na acepção da sua Lei Fundamental".

2. Declaração do Governo da República Federal da Alemanha relativa à aplicação dos Tratados a Berlim

O Governo da República Federal da Alemanha reserva-se o direito de declarar, aquando do depósito dos seus instrumentos de ratificação, que o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica são igualmente aplicáveis ao "Land" de Berlim.

3. Declaração do Governo da República Francesa relativa aos pedidos de patente que abrangem conhecimentos sujeitos ao regime de segredo, por razões de defesa

O Governo da República Francesa,

Tendo em consideração o disposto no artigo 17º e no nº 2 do artigo 25º do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica,

Declara-se disposto a tomar as medidas administrativas e a propor ao Parlamento Francês as medidas legislativas necessárias a fim de que, a partir da entrada em vigor deste Tratado, os pedidos de patente que abrangem conhecimentos secretos sejam seguidos, em conformidade com o procedimento normal, da concessão de patentes com proibição temporária de publicação.